

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
COORDENAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
MESTRADO EM HISTÓRIA: CULTURA E PODER
LINHA DE PESQUISA: IDENTIDADES, TRADIÇÕES E TERRITORIALIDADES

O SILÊNCIO NO MAGISTÉRIO
PROFESSORAS NA INSTRUÇÃO PÚBLICA NA PROVÍNCIA DE GOYAZ
SÉCULO XIX

MARIA DAS GRAÇAS CUNHA PRUDENTE

GOIÂNIA
2009

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
COORDENAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
MESTRADO EM HISTÓRIA: CULTURA E PODER
LINHA DE PESQUISA: IDENTIDADES, TRADIÇÕES E TERRITORIALIDADES

O SILÊNCIO NO MAGISTÉRIO
PROFESSORAS NA INSTRUÇÃO PÚBLICA NA PROVÍNCIA DE GOYAZ
SÉCULO XIX

MARIA DAS GRAÇAS CUNHA PRUDENTE

Orientadora:

Prof.^a Dr.^a Maria do Espírito Santo Rosa Cavalcante

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História: Cultura e Poder, da Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade Católica de Goiás, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História: Cultura e Poder.

GOIÂNIA
2009

P971s Prudente, Maria das Graças Cunha.

O silêncio no magistério : professoras na instrução pública na província de Goyaz, Século XIX / Maria das Graças Cunha Prudente. – 2009.

145 f. : il.

Dissertação (mestrado) – Universidade Católica de Goiás, Departamento de História, Geografia, Sociologia e Relações Internacionais, 2009.

“Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria do Espírito Santo Rosa Cavalcante”.

1. Professoras – instrução pública – Século XIX – Cidade de Goiás. 2. Escola pública – história – Goiás. 3. Mulher – professora – história. I. Título. II. Título: Professoras na instrução pública na província de Goyaz, Século XIX.

CDU 37.011.3-051-055.2(091)(817.3Goiás)(043.3)
37.018.591(091)(817.3Goiás)



UNIVERSIDADE
Católica
DE GOIÁS

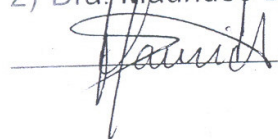
PRÓ-REITORIA DE
PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
Av. Universitária, 1069 • Setor Universitário
Caixa Postal 86 • CEP 74605-010
Goiânia • Goiás • Brasil
Fone: (62) 3946.1071 • Fax: (62) 3946.1073
www.ucg.br • prope@ucg.br

DISSERTAÇÃO DO MESTRADO EM HISTÓRIA DEFENDIDA EM
11 DE FEVEREIRO DE 2009 E Aprovada PELA BANCA
EXAMINADORA.

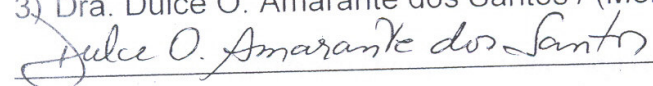
1) Dra. Maria do Espírito Santo Rosa Cavalcante / (Presidente) UCG



2) Dra. Maurides Batista de Macedo Filha / (Membro) UCG



3) Dra. Dulce O. Amarante dos Santos / (Membro) UFG



DEDICATÓRIA

Agradeço a Deus, por permitir-me a realização de um sonho.

Dedico este trabalho à minha família, meu porto seguro, que em todos os momentos e de todas as formas está presente em minha vida. Agradeço a meu pai Rômulo Prudente (in memoriam), à minha mãe Mariquinha, à minha irmã Liliana, aos irmãos Waterloo (in memoriam), Rômulo e Fernando, às cunhadas, Dina e Ana Paula e às sobrinhas e sobrinhos, filhas e filhos do coração: Laís, Renata, Amanda, Cecília, Ana Luisa, Mariana, Heitor e Fernandinho; meu carinho, amizade e eterna gratidão.

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, professora Dr.^a Maria do Espírito Santo Rosa Cavalcante, por acreditar no meu trabalho e, com comprometimento e vasto conhecimento, mostrar-me o caminho da pesquisa, utilizando, para tanto, a humildade do aprendiz. O meu respeito e amizade.

À professora Dr.^a Dulce O. Amarante dos Santos, pela gentileza de participar da banca de defesa e pelas valiosas contribuições já no Exame de Qualificação.

À professora Dr.^a Maurides Batista de Macedo Filha, pela leitura atenta do trabalho e relevantes sugestões desde a elaboração do projeto de pesquisa.

Às professoras, professores e colegas do Mestrado, pelo tempo de aprendizado.

À Camila Ribeiro Barbosa, secretária do programa de Mestrado em História, pela simpatia e gentileza em nos atender.

Ao Thiago F. Sant'Anna, pela cuidadosa leitura do projeto e por compartilhar seus conhecimentos sobre a História das Mulheres.

Ao André Luís de Souza Filgueira, ex-aluno e agora colega de profissão, amigo incansável, por me convencer a fazer o Mestrado.

À colega e amiga Lázara Freitas, por me mostrar que é possível rir e ser feliz nos momentos de maior ansiedade. E como rimos...

Ao Antônio Cesar Caldas Pinheiro, Euzébio Fernandes de Carvalho, Janira Sodré Miranda, Fabiane de Moraes Bueno e Jeorveci A. Alves (Jô), pesquisadores (as), historiadores (as), amigos e amigas do IPEHBC, pela fraterna acolhida num ambiente tão propício ao estudo.

À Maria Carmem Lisita, Sália Barros Diniz, Alaíste Pereira de Souza e Suely Aparecida Marques, do Arquivo Histórico Estadual-GO, guardiãs “organizadas” da nossa memória, pelas orientações e informações que viabilizaram essa pesquisa.

À Maria de Fátima Silva Cançado, pelo acolhimento e os contatos na Cidade de Goiás, e paciência e persistência na busca dos vestígios das professoras, através dos seus inúmeros amigos e na documentação da Fundação Frei Simão Dorvi e no Gabinete Literário Goiano.

À Milena Bastos, pela preciosa documentação encontrada no Museu das Bandeiras.

À Márcia Freire, profissional que sabe ouvir, e por transformar a angústia em esperança de transformação pessoal.

À Aparecida Devanir, minha profunda gratidão e amizade.

RESUMO

A presente dissertação de mestrado reconstrói a história das professoras da instrução pública da Cidade de Goiás, do ano de 1832 ao ano de 1887. Buscar-se-á compreender o momento e o espaço em que estavam inseridas essas mulheres para adentrar no magistério público. Para tal, serão analisadas as representações que foram, ao longo do tempo, construídas sobre elas e mostrar-se-á como atuavam e se representavam neste espaço predominantemente masculino. Trata-se de uma pesquisa sobre as primeiras professoras públicas da Cidade de Goiás, as quais, numa atitude de coragem, ousaram abrir as portas do trabalho remunerado para as mulheres. Fazendo uso da documentação manuscrita do Poder Executivo, referentes ao Governo e a instrução pública, dos impressos, dos jornais A Matutina Meiapontense, O Correio Oficial de Goyaz, A Tribuna Livre, O Publicador Goiano, O Comércio, Goyaz e da Literatura objetiva-se dar visibilidade às primeiras professoras dessa cidade e demonstrar, desse modo, que estas mulheres possuem história.

Palavras-chave: História das Mulheres; Professoras; Instrução Pública; Século XIX; Cidade de Goiás.

ABSTRACT

This Marter's thesis reconstructs the history of the woman teachers of public instruction of the City of Goiás, from 1832 to 1887. It seeks to understand the moment and space in which those women were inserted, to be allowed to enter the public teaching. Representations that have been built over time on women will be analyzed and it will be showed how they acted and represented themselves in such a predominantly masculine space. This is a research on the first woman teachers of the City of Goiás who, in an attitude of courage, dared to open the doors of paid work for women. Using the handwritten documents of the Executive Power, referring to the Government and public instruction, of the printed, and of the newspapers *A Matutina Meiapontense*, *O Correio Official de Goyaz*, *A Tribuna Livre*, *O Publicador Goiano*, *O Comércio*, *Goyaz*, and of the Literature, this work aims to provide visibility to the first woman teachers and thus demonstrates that these woman have history.

Keywords: History of Women; Teachers; Public Instruction; Nineteenth Century; City of Goiás.

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA	ii
AGRADECIMENTOS.....	iii
RESUMO	iv
ABSTRACT	v
1. INTRODUÇÃO	08
PRIMEIRA PARTE.....	18
2 A SENSIBILIDADE REESCREVE A HISTÓRIA DAS MULHERES	18
2.1 REPRESENTAÇÕES DAS MULHERES NO SÉCULO XIX – EMANCIPAÇÃO E SUBMISSÃO	23
2.2 EDUCAÇÃO PARA TODOS E TODAS – O DIREITO À EDUCAÇÃO FEMININA	31
2.2.1 A Contradição dos Regulamentos	35
2.3 O PROCESSO DE FEMINIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO.....	43
2.3.1 Resistência no Magistério Feminino na Província de Goiás	46
2.3.2 Desvalorização Salarial – uma estratégia de desqualificação do magistério.....	49
SEGUNDA PARTE.....	54
3 AS PROFESSORAS DA INSTRUÇÃO PÚBLICA DA CIDADE DE GOIÁS POSSUEM HISTÓRIA?	54
3.1 MARIA ROMANA DA PURIFICAÇÃO	60
3.2 ANGÉLICA DE SOUZA LOBO.....	65
3.3 SILVINA ERMELINDA XAVIER DE BRITO	67
3.4 MARIA CYRIACA FERREIRA	76
3.5 MARIA VICTORIA DE MORAES BRANDÃO	82
4 “TRISTE CONDIÇÃO É A DE PROFESSORA N’ESTA TERRA”	86
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	99

6 FONTES	102
6.1 FONTES MANUSCRITAS	102
6.1.1 Arquivo Histórico Estadual – GO	102
6.1.2 Fundação Frei Simão Dorvi	102
6.1.3 Gabinete Literário Goiano	103
6.1.4 Museu das Bandeiras	103
6.2. FONTES IMPRESSAS	103
6.2.1Jornais.....	103
6.2.2 Diversos.....	104
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	105
ANEXOS.....	112

1 INTRODUÇÃO

Escrever sobre as professoras públicas da Cidade de Goiás, do ano de 1832 a 1887, não foi uma tarefa fácil, pois como apontou Perrot, durante muito tempo, as mulheres foram deixadas na sombra da História. No título, é feita uma referência ao livro de Michelle Perrot, “As mulheres ou os silêncios da história”, no qual é citado o nosso interesse pela pesquisa: “É o olhar que faz a História. No coração de qualquer relato histórico, há a vontade de saber. No que se refere às mulheres, esta vontade foi por muito tempo inexistente” (PERROT, 2005, p.14). É compreensível encontrar nos documentos do século XIX, escritos pelos homens, o papel secundário das mulheres e dados fragmentados ou o silêncio sobre elas. Porém, é imperdoável que elas permaneçam nessa condição por séculos. Pesquisar sobre as professoras é conferir-lhes visibilidade e historicidade, sendo esse o objetivo desta pesquisa.

Buscando os vestígios deixados por estas cinco professoras, estaremos também reconstruindo parte da História de Goiás, ao analisar a educação na Província, no século XIX. Os relatórios dos presidentes da Província apresentam constante preocupação com a falta de instrução dos goianos, apontada, por uns, como causa da pobreza cultural. Outros responsabilizam as famílias pelo pouco empenho em manter os filhos e filhas nas escolas, o que, na visão desses dirigentes causava o atraso da instrução e da Província de Goiás.

Isto mostra que a instrução pública estava sempre presente nos relatórios dos presidentes da Província, ora como causa ora como consequência do atraso cultural. Apresentavam os países civilizados como exemplos a serem seguidos, apresentavam propostas, elaboravam novos regulamentos, porém, no relatório de final de mandato, concluíam informando das precárias condições econômicas da Província.

O que percebemos em geral, diante da documentação, é que havia uma prática muito diferenciada do discurso. Para nosso desapontamento, constatamos que há persistência dessa prática ainda no século XXI. A cada novo regulamento, esperavam-se transformações imediatas na instrução, contudo, as novas propostas não davam continuidade às anteriores. Como exemplo o Parecer de Ruy Barbosa, de 1882. Este fez um minucioso estudo da educação do Brasil, e apresentou propostas que, até hoje, continuam sendo apresentadas como propostas de mudança, sob um novo discurso. Naquele momento o Parecer ficou engavetado.

Por que o silêncio sobre a participação das mulheres no magistério? Sabemos que as mulheres estavam lá, no mesmo tempo e espaço em que os documentos oficiais apresentam e dão nomes aos homens “construtores da história”. Assim, ao reconhecer as professoras da

Cidade de Goiás, de 1832 a 1887, devemos centrar na abordagem das mulheres como objeto e sujeito da história e fazê-las visíveis.

Buscamos, como suporte teórico, a História das Mulheres, uma vez, que o objetivo é o registro da existência destas mulheres, pioneiras na função de professoras públicas. Elas passam a ser o objeto e sujeito da história; campo que se abriu a partir da necessidade de mostrar outras histórias. Contribuiu para a abertura desse caminho, a explosão do movimento feminista, que, no Brasil, ocorreu na década de 70. Inicialmente, como um movimento reivindicatório por melhores condições de vida. Diante das novas abordagens históricas, abriu-se, como se disse, o campo para o estudo das mulheres enquanto sujeito e objeto da História. Porém, a influência mais marcante foi a descoberta do político no âmbito do cotidiano.

Assim, a expansão dos estudos sobre a mulher vinculou-se a uma redefinição do político, frente ao deslocamento do campo do poder das instituições públicas e do Estado para a esfera do privado e do cotidiano. A essa politização do dia a dia incorpora-se também a visão do relativismo pós-moderno, que praticamente destrói a tradicional distinção entre o central e o periférico na história, contribuindo, assim, para o desaparecimento progressivo do acontecimento histórico, do fato como foco central de análise. Bem como deixou explícito que o domínio que os historiadores tinham do passado era parcial (MATTOS, 2000, p.11).

O primeiro pressuposto desse campo de pesquisa foi reintegrar as mulheres à história, descobrir e reconstruir suas histórias, de modo que as várias representações criadas sobre elas, como de passividade, reclusão, ociosidade sejam questionadas, bem como oportunizar a apresentação de sua própria existência e resistência em toda sua complexidade.

No final da década de 70, questiona-se a viabilidade da categoria das “mulheres” e introduz a diferença como um problema a ser analisado. Ou seja, as mulheres são diferentes enquanto classe, raça, etnia, sexualidade e política, firmou-se a certeza na existência de múltiplas identidades.

Inicialmente, foram várias as dificuldades no desenvolvimento da História das Mulheres. Dentre elas destacamos o perigo do isolamento intelectual daquelas que se dedicaram a este novo campo; necessidade de redefinir conceitos; importância dos temas levantados sobre as mulheres, sempre ligados a uma ‘natureza’ feminina; o elevado número de estudos sobre os discursos normativos, sem fazer uma relação com as resistências; o desconhecimento da história do feminismo e de sua articulação com a história política e social e a falta de reflexão teórica e metodológica (Revista Gênero, 2001, p.8,9).

Matos aponta que a História das Mulheres, “foi muito além da chamada História contributiva, mas ainda enfrenta dificuldades em articular estratégias metodológicas vinculadas à teoria feminista e mantém um estreito contato com correntes renovadoras da História” (MATTOS, 2000, p. 26).

Ao reconstruir a Histórias das Mulheres que, em seu tempo, não tiveram voz, e considerando que as relações entre os sexos são construções sociais, “é preciso compreender como uma cultura feminina se constrói no interior de um sistema de relações desiguais, como ela mascara as falhas, relativa aos conflitos, baliza tempos e espaços, como, enfim, pensa suas particularidades e suas relações com a sociedade global” (SOIHET, 2001, p.17).

No tocante às manifestações, intervenções e atuações das mulheres, “destacam-se as abordagens posteriores à irrupção da História Social e da História Cultural – quando algumas historiadoras se voltaram para o enfoque do cotidiano e de manifestações no plano público até então desconsideradas” (SOIHET, 1997, p.283). Nesta linha, podemos apontar os trabalhos pioneiros de Michelle Perrot, Natalie Zemon Davis e Arlete Farge, Joan Scott, Maria Odila da Silva Dias, Rachel Soihet, Maria Izilda Santos de Matos, Margareth Rago, Eni de Mesquita, Mary Del Priore, Joana Maria Pedro, que através de suas pesquisas mostraram suas histórias e as atitudes de resistências desenvolvidas pelas mulheres em seus cotidianos.

Nas últimas décadas, a História Cultural, preocupou-se com as identidades coletivas de uma ampla variedade de grupos sociais até então marginalizados. As mulheres tornaram-se visíveis na sociedade e isso instigou o interesse na reconstrução de suas vidas e de suas expectativas nas sociedades passadas, descobrindo-as como sujeitos da história e objeto de estudo.

A temática História das Mulheres possibilitará conhecer, através de pesquisas, as características próprias das mulheres professoras goianas do século XIX. Conhecer seu cotidiano profissional, suas manifestações no plano público, no momento de sua inserção no mercado de trabalho, que, nesta pesquisa, se restringirá a instrução pública. Domínio muito instigante, uma vez que desconstruiremos a invisibilidade feminina do passado através da busca de testemunhas sobre as mulheres nas várias fontes, incluindo a do discurso masculino presente nos documentos oficiais.

O recorte de tempo delimitado para a pesquisa é o de 1832 a 1887. Período que corresponde à abertura da primeira escola pública para meninas na Cidade de Goiás. Período esse em que a professora Maria Romana da Purificação, através de concurso, assume a regência da escola de meninas, em 20 de julho de 1832. O ano de 1887 representou o último regulamento feito pelo presidente da Província, na instrução pública durante a Monarquia.

A abordagem metodológica tem como referência a pesquisa documental. Para tanto, utilizaremos a documentação manuscrita do Poder Executivo, referentes ao Governo e à instrução pública, dos impressos, dos jornais como: A Matutina Meiapontense (1830 – 1834), O Correio Oficial de Goyaz (1837 – 1921), A Tribuna Livre (1878 – 1884), O Comércio (1879 – 1884), Goyaz (1884 – 1910), O Publicador Goiano (1885 – 1889) e da Literatura. Uma parte dessa documentação se encontra nos arquivos da Cidade de Goiás, no Museu das Bandeiras, na Fundação Cultural Frei Simão Dorvi e no Gabinete Literário Goiano. Outra parte, nos arquivos de Goiânia, como o Arquivo Histórico Estadual-GO e o Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central da Universidade Católica de Goiás – IPEHBC.

Compreendemos que o documento é o registro de um outro acontecimento, sendo a escrita a representação de uma época. Assim se faz necessária a crítica das fontes, e perguntar por que um dado texto ou imagem veio a existir e se, por exemplo, seu propósito era convencer o público a realizar alguma ação. E como bem ressalta Pesavento a respeito dos documentos: “É a questão formulada ou o problema que ilumina o olhar do historiador, que transforma os vestígios do passado em fonte ou documento, mas é preciso fazê-los falar”. Continua ela, “Caso contrário, eles revelam somente a existência de um outro tempo, de um antigo, em que os homens falavam uma língua diferente, neste país estranho do passado” (PESAVENTO, 2005, p 63).

É importante, então, a contextualização do documento pesquisado, para apreendemos em que condições aquele documento foi redigido, com que propósito e por quem? É preciso partir do pressuposto que um documento nunca é neutro, e sempre carrega consigo a opinião da pessoa e/ou do órgão que o escreveu, ou seja, entender o texto, no contexto de sua época. Somente assim poderemos organizar ativamente a nossa experiência intelectual, em um constante intercâmbio entre o momento propriamente empírico e o teorizador. Ao construir esse conhecimento, devemos dar destaque à subjetividade, portanto, muitas vezes, devemos apelar para a intuição e a imaginação.

Ao utilizar os relatórios dos presidentes como uma das fontes para a pesquisa, entendemo-as como as mensagens que os presidentes da Província apresentavam à Assembléia Legislativa, no início de cada ano legislativo, e que tornaram-se obrigatórios a partir de 1834, pelo Artigo 8º do Ato Adicional. Compõem um corpo documental homogêneo e representativo do século XIX. Utilizar os relatórios dos presidentes da Província de Goiás é colocar-se diante de um conjunto de documentos que descrevem cinquenta e quatro anos da vida política, econômica e cultural da Província. Eles apresentam as representações mais

concretas e particularizadas criadas pela Província de 1834 a 1888 e apontam para o conjunto de toda a administração pública de Goiás. São análises na perspectiva de longa duração e apresentam exemplos sobre o imaginário e as representações observadas na Província (ABREU, 2006, p.12). Revelam ainda a visão do outro sobre a cultura goiana, pois após 1850 os administradores escolhidos pelo Imperador vinham de outras regiões do Brasil.

Através dos relatórios, estabeleceu-se um diálogo entre a Província e a Corte, nos quais predomina, nos discursos dos presidentes, a idéia do isolamento, da passividade do goiano e a falta de recursos para o seu desenvolvimento, e de que as mudanças, quando ocorreram, foram em grau bastante lento (ABREU, 2006, p.13).

Nos relatórios escritos pelos presidentes da Província era comum dar importância à educação, necessidade primeira de toda nação que quisesse acompanhar os países desenvolvidos da Europa ou até mesmo exemplos mais próximos como os Estados Unidos da América. A cada novo presidente, persistia o discurso da necessidade de investimento, de pesquisa em novos métodos de ensino, de novos regulamentos, e de abertura de escolas, mas pouco se falou sobre as condições vivenciadas pelas mulheres nesta nova investida. Elas estavam presentes, assumiram uma nova condição cultural e social, porém, delas pouco se sabe. “São figuras anônimas, escondidas nas frestas dos documentos históricos. Figuras mansas, obscuras e tidas como dependentes do mundo masculino” (PRIORE, v.14, n.9, p. 1606).

Ao trabalhar com a documentação manuscrita dos arquivos do Poder Executivo, relativa aos atos do Governo e em especial à Instrução Pública, e encontrada em forma de ofícios, recibos, folhas de pagamentos, relações das escolas, relação do pagamento anual das casas de instrução pública, ofícios de professoras, relatório dos inspetores, leis e regulamentos temos como objetivo analisar o discurso de tais documentos. Queremos, assim, reconhecer nas entrelinhas suas mensagens, desconstruir seu conteúdo, perceber os silêncios impostos e recriar, a partir dessas fontes, a organização da sociedade vilaboense, entendendo melhor o cotidiano e as relações de poder em que se estavam inserindo as professoras no espaço profissional, até então, masculino.

Uma fonte importante no desenvolvimento desta pesquisa foi o livro do professor Genesco Ferreira Bretas (1991), *História da Instrução Pública em Goiás*. A obra descreve a instrução pública em Goiás, de 1787 a 1930, e, ao relatar os fatos, relativos à instrução, teve por base uma vasta documentação, muitos desses documentos são inacessíveis, hoje, para essa pesquisa.

Trabalho igualmente importante, como fonte de pesquisa, foi a tese de doutorado - A Instrução Primária na Província de Goiás no Século XIX - de Sandra Elaine Aires de Abreu (2006). Esta faz uma aprofundada análise da vasta documentação pesquisada.

Utilizo também, como fonte o trabalho de Nancy Ribeiro de Araújo e Silva – Tradição e Renovação Educacional em Goiás, (1975), pesquisa relevante pelo seu pioneirismo no estudo sobre a Educação em Goiás e pelas preciosas contribuições.

O pioneirismo de Gilberto Freyre, na utilização de jornais como fonte de pesquisa para estudar diferentes aspectos da sociedade brasileira do século XIX, seguido por vários pesquisadores, consolidou, com a História Cultural, a imprensa como fonte privilegiada de pesquisa para análise de novos objetos.

Este foi um caminho trilhado também por esta pesquisa. Neste trabalho, os jornais foram utilizados como fonte; buscamos entender como foi construída, nos diferentes jornais, as representações sobre as mulheres goianas e como as próprias mulheres se faziam presentes através de seus próprios escritos. A Província de Goiás abrigava, a partir de 1830, uma variedade de jornais. Nas análises, utilizamos os seguintes: A Matutina Meiapontense, O Correio Oficial de Goyaz, A Tribuna Livre, O Tocantins, O Comércio, Goyaz. Alguns destes atravessaram todo o século XIX.

Outra fonte que não poderia deixar de ser investigada nesta pesquisa é a literatura, fonte que usa da emoção, das sensibilidades no seu tempo da escrita, possibilitando ao historiador capturar, nas palavras de Pesavento,

(...) sintonia fina ou ao clima de uma época, ao modo pelo qual as pessoas pensavam o mundo, a si próprias, quais os valores que guiavam seus passos, quais os preconceitos, medos e sonhos. Ela dá a ver sensibilidades, perfis, valores. Ela representa o real, ela é fonte privilegiada para a leitura do imaginário (PESAVENTO, 2005, p.82).

Ao utilizar da literatura para expressar o fato acontecido, o que é próprio da área da História, estaremos mais próximos do ambiente, das regras e códigos da sociedade vilaboense do século XIX, conhecendo o espaço percorrido pelas mulheres, seus cotidianos na busca de uma profissão reconhecida e remunerada.

Diante das fontes levantadas, devem-se observar os mínimos detalhes, verificar todas as correlações de significados possíveis, utilizar, neste momento, da sensibilidade para ler o documento, para ouvir o seu silêncio. Observar, ainda, que o documento é o registro de um outro acontecimento, sendo a escrita a representação de uma época. Construir um discurso

sobre o passado das mulheres professoras, através das fontes apontadas acima, é dar sentido à representação de um tempo histórico.

Pretendemos apresentar um novo olhar “diante de um infindável acervo de vestígios do passado que ficaram à margem da pesquisa, sem interpretação. Acervo que demanda uma nova leitura, mais cuidadosa, observação sensível e inédita dos acontecimentos anteriormente relatos em perspectiva estritamente econômica, social, político e institucional” (LANGUE, 2006, p.24).

Os historiadores partem do princípio de que pessoas diferentes podem ver o mesmo evento ou estruturas a partir de perspectivas muito diversas. Daí as estruturas sociais deixaram de ser “duras”. Com o poder da imaginação, e apoiado em documentos, é possível perceber um mundo de formas socioculturais maleáveis, fluidas.

Na reconstrução histórica da inserção das mulheres professoras na Instrução Pública, a partir de 1832, na Cidade de Goiás, algumas indagações se fazem necessárias. Exemplo disso é a que levantou Scott, “Por que as mulheres são invisíveis como sujeitos históricos, ainda que nós saibamos que elas participaram de grandes e pequenos eventos da história humana?” (SCOTT, 1990, p. 19). Ao longo deste trabalho esperamos responder alguns questionamentos que nortearam nossa pesquisa, averiguaremos alguns pontos, por exemplo: Quais os valores e os espaços femininos permitidos às mulheres vilaboenses no século XIX? Em que aspectos as relações sociais, em Goiás, foram modificadas para que as mulheres integrassem na instrução pública como professoras? Como se deu a construção da imagem dessas professoras na sociedade vilaboense no século XIX? Como as mulheres professoras aproveitaram o espaço conquistado através do magistério? Como captar, no cotidiano das professoras, o sentimento gerado entre a conquista e os limites impostos?

A história das primeiras professoras da Cidade de Goiás, ainda que exista, não foi registrada. Faz-se necessário reconstruir e tornar visível o pioneirismo desempenhado por essas mulheres do início do século XIX. Percorrer os registros deixados sobre elas ou por elas nos arquivos, nos cartórios, nos jornais, na literatura, em seus escritos e analisá-los. Dar visibilidade às experiências dessas professoras é o desafio desta pesquisa. Buscamos destacar suas vivências como sujeitos da história, presença essa que encontramos de forma fragmentada, na documentação consultada, e, de forma mais subjetiva, perceber o percurso e as relações sociais que elas fizeram.

Para desenvolver a pesquisa sobre as professoras na instrução pública da Cidade de Goiás, do ano de 1832 a 1887, trilhamos caminhos que nos levaram a fazer algumas escolhas e delimitações. Estabelecendo como foco de pesquisa as professoras da instrução pública,

temos como uma das fontes de pesquisa os manuscritos do Poder Executivo, que, em última instância, determinava e, não rara às vezes, elaborava as leis e regulamentos da instrução na província. Portanto, são documentos do Governo, escritos e fiscalizados por homens para serem executados. Ao termos acesso a essa vasta documentação, que em diferentes condições estão nos arquivos, percebemos a dificuldade de rastrear o percurso dessas mulheres e a necessidade de um embasamento teórico que nos possibilitasse fazer uma outra leitura desses documentos. O registro da inserção das mulheres existe, e uma leitura mais atenta dele nos diz algo mais ou, em alguns casos, deixam de dizer. Esse não dizer também se torna indício de uma informação.

Ao fazermos algumas delimitações, compreendemos que não existem fatos que sejam, exclusivamente, político ou cultural, pois todas as dimensões da realidade social interagem. De acordo com Barros (BARROS, 2005; p.15),

(...) o ser humano, em sua ânsia de melhor compreender o mundo, acaba sendo obrigado a proceder a recortes e a operações simplificadores, e é neste sentido que devem ser considerados os compartimentos que foram criados pelos próprios historiadores para enquadrar os seus vários tipos de estudos históricos.

Faz-se necessário destacar que, no processo da pesquisa, a problematização será feita independente do compartimento historiográfico aqui analisado, trabalhando sempre que necessário em um campo de interconexões. Procederemos assim porque, na realidade social efetiva, as várias dimensões da História nunca aparecem desligadas umas das outras.

É importante percebê-la como uma história plural, apresentando caminhos alternativos para a investigação histórica, através de seus múltiplos objetos e inúmeras fontes. Ela enfoca não apenas os mecanismos de produção dos objetos culturais, como também os seus mecanismos de recepção. Portanto, o seu território é muito vasto, oferece um amplo campo temático, com uma variedade crescente de objetos de pesquisa.

A renovação dos campos de pesquisa, seja nos temas seja nos objetivos, bem como a utilização de uma variedade de fontes dão a História Cultural maior visibilidade. Essa procura de “outras histórias”; permitiu a descoberta do outro, da alteridade, dos excluídos da história, entre eles, as mulheres.

A partir de um novo olhar, algumas categorias passaram a reorientar a postura do historiador. Uma dessas categorias é a da representação: categoria central da História Cultural. Corresponde aos modos de ver os objetos culturais, assim como os sujeitos produtores e receptores de cultura. Para Pesavento, os indivíduos e grupos dão sentido ao

mundo por meio das representações que constroem sobre a realidade. Outra categoria é o de práticas: corresponde aos ‘modos de fazer’. As práticas culturais são pensadas como algo que está além das instâncias oficiais de produção cultural, das técnicas e das realizações, mas também em relação aos usos e costumes que caracterizam uma sociedade. Desta forma, faz-se necessário,

organizar e significar os discursos construídos sobre o passado materializado em diferentes formas de registros escritos, como a imprensa, a legislação, a literatura de viagem e memorialística e a historiografia. Nessa operação a certeza de que nunca saberemos o que aconteceu realmente na sociedade goiana do século XIX, (...), mas apenas uma percepção de como esse passado nos foi dado a ler dentre as várias possíveis. Assim, procedendo, também construímos outros discursos, outras representações (SANT’ANNA, 2005, p. VI).

As realidades vivenciadas pelas professoras, no período de 1832 a 1887, são complexas, resta-nos capturar os fragmentos, recolhidos nas fontes trabalhadas, e montar uma interpretação possível da inserção dessas mulheres como professoras na instrução pública na Província de Goiás.

O trabalho está dividido em duas partes. Na primeira, sob o título “A sensibilidade reescreve a história das mulheres”, apresentamos a maneira encontrada para ler a documentação, a fim de reconstruirmos a história dessas professoras, considerando que a história elabora um discurso sobre o passado, através do olhar e da subjetividade de cada historiador (MATOS, 2000, p.12). Abordaremos, ainda, uma visão geral do espaço conquistado pelas mulheres, ao longo do século XIX, e as representações criadas sobre elas, até mesmo como uma forma de controle do espaço de poder.

Nessa primeira parte do trabalho, também analisaremos a lei que regulamentava o direito à educação feminina e como ocorreu, na Província, o processo de feminização do magistério, reconhecido, até então, como espaço masculino.

Na segunda parte, denominada: “As professoras da instrução pública da Cidade de Goiás possuem história?” demonstraremos o percurso vivenciado por essas mulheres, e como cada uma, a seu modo, abriu espaços e se fez respeitada pelo seu trabalho. Para tanto, apresentaremos o caminho de Dona Maria Romana da Purificação, Dona Angelica de Souza Lobo, Mestra Silvina Ermelinda Xavier de Brito, Mestra Maria Cyriaca Ferreira, Dona Maria Victoria de Moraes Brandão.

Concluindo o capítulo, aproveitaremos o desabafo da professora Maria d’Anunciação Fonseca, “triste condição é a de professora n’esta terra”, para analisarmos as resistências ao

trabalho destas professoras, as dificuldades profissionais cotidianas, a persistência no desenvolvimento da profissão. As professoras são lembradas com carinho e admiração por alguns e, a partir de agora, por um registro histórico de suas existências.

PRIMEIRA PARTE

2 A SENSIBILIDADE REESCREVE A HISTÓRIA DAS MULHERES

A preocupação com as sensibilidades da História Cultural trouxe para os domínios de Clio a emergência da subjetividade nas preocupações do historiador. É a partir da experiência histórica pessoal que se resgatam emoções, sentimentos, idéias, temores ou desejos, o que não implica abandonar a perspectiva de que esta tradução sensível da realidade seja historicizada e socializada para os homens de uma determinada época. Os homens aprendem a sentir e a pensar, ou seja, a traduzir o mundo em razões e sentimentos (PESAVENTO, Sandra. Sensibilidades no tempo, tempo das sensibilidades, Coloquio, Nuevo Mundo Mundos Nuevos, n.º4 – 2004, mis en ligne le 4 février 2005).

Percorrer os indícios que nos levam às fontes documentais sobre as professoras, do século XIX, na Cidade de Goiás, não é tarefa fácil, quando se propõe utilizar a documentação disponível, mas com um olhar que perpassa os limites dos textos escritos, emanados de instituições governamentais. “Ir além de tomar o documento como ‘dados’, procurar compreender a significação da escrita, nas entrelinhas, nas subjetividades dos documentos. Procurar atingir as sensibilidades de um outro tempo e de um outro no tempo” (PESAVENTO, 2005, p. 43).

Ao escrever a história das professoras goianas do século XIX, período em que a representação masculina sobre as mulheres já estava consolidada no imaginário social, seja através da visão dos viajantes estrangeiros, dos religiosos, dos legisladores ou dos médicos, faz-se necessário “identificar a utilização dos sentidos que permitiu construir imagens do outro, dar forma ao imaginário social” (CORBIN, 2005, p. 13). Assim, compreendendo o sentido dessa representação, estaremos mais próximas dos sentimentos e das emoções vivenciada por essas mulheres. Assim definiu Pesavento o caminho a seguir, quando queremos dar sensibilidade e emoção à ciência, na construção do conhecimento histórico:

Sensibilidade como uma forma de apreensão do mundo para além do conhecimento científico. As sensibilidades corresponderiam a este núcleo primário de percepção e tradução da experiência humana que se encontra no âmago da construção de um imaginário social. O conhecimento sensível opera como uma forma de reconhecimento e tradução da realidade que brota não do racional ou das construções mentais mais elaboradas, mas dos sentidos, que vêm do íntimo de cada indivíduo (PESAVENTO, 2005, p. 5).

As fontes escritas utilizadas nesta pesquisa não tiveram o mérito de serem inéditas. São fontes revisitadas, mas que buscam dar novas interpretações para discursos já densamente trabalhados como documentos. O inédito na pesquisa é a forma como serão tratadas as fontes, a fim de dar voz às mulheres silenciadas nos documentos, ou que ficaram, ao longo do tempo, como dado secundário nas pesquisas. Como bem esclarece Costa (COSTA, 2008, p. 106-108),

O historiador das sensibilidades são vozes que ultrapassam o limiar dos fatos, dos documentos históricos e perambulam na busca de outras vozes além daquelas gravadas pela escrita; que desejam tornar presente falas emudecidas enfim, que buscam penetrar na substância, na seiva de cada documento trabalhado. Que utilizam na escrita da história de estruturas interpretativas, fragmentadas e heterogêneas sem, no entanto, estabelecerem hierarquia que assegure a existência de vozes mais importantes ou significativas do que outras.

Estas considerações revelam-se fundamentais para a compreensão da relação de construção do conhecimento histórico entre a pesquisadora e as fontes pesquisadas. Buscamos, pois, a atuação das mulheres que, em meio a preconceitos, costumes culturais arraigados, transgredindo diversas regras, mas também conservando-as, abriram caminhos na construção de uma profissão.

Alain Corbin, em sua pesquisa: *O Mundo Reencontrado de Louis-François Pinagot: no Rastro de um Desconhecido (1798 – 1876)*, refere-se “a atonia de uma existência comum”, descreve como uma viagem ao mundo das sombras pode recuperar a vivência de uma pessoa anônima (CORBIN, 2005, p.4). Ao reconstruir a história dessas primeiras professoras, buscaremos, também, informações “no mundo das sombras”, uma vez, que são representações criadas sobre elas. Para trazer à luz a existência dessas professoras, citadas nos documentos do governo da Província, buscaremos o sentido e a coerência das representações criadas pelas mulheres vilaboenses no magistério. Isto ocorreu oficialmente a partir de 1827, mas se efetivou, em Goiás, em 1832. Então, através de uma leitura subjetiva, registraremos a passagem das mulheres que ali viveram o seu cotidiano profissional. Como define Corbin, seria isso a história das sensibilidades, “identificar a utilização dos sentidos que permitiu construir imagens do outro, dar forma ao imaginário social” (CORBIN, 2005, p.7).

Ao interessar pelo estudo do indivíduo e da subjetividade, características da História das Sensibilidades, estaremos dando voz à D. Maria Romana da Purificação, à D. Angelica de Souza Lobo, à Mestra Silvina Ermelinda Xavier de Brito, à Mestra Maria Cyriaca Ferreira e à D. Maria Victoria de Moraes Brandão, personagens, até então, anônimas da história da educação em Goiás. Aqui se tem-os como objetivo destacá-las como mulheres que estiveram

à frente das escolas públicas, pelo pioneirismo e pelas dificuldades próprias de um tempo histórico, início do século XIX. Em um lugar distante do centro de decisões políticas, das influências econômicas e culturais: a Cidade de Goiás.

Estamos diante de um infindável acervo de vestígios do passado que ficaram à margem da pesquisa, sem interpretação e que demanda uma nova leitura, mais cuidadosa, observação mais sensível e inédita dos acontecimentos anteriormente relatados em uma perspectiva estritamente econômica, social e político-institucional (LANGE, 2006, p.24).

Temos como meta definir esse tempo histórico, explicar essa realidade, buscar as razões e as intenções das práticas sociais e das representações construídas sobre a realidade a partir da inserção das mulheres no magistério. Porém, o que instiga essa pesquisa é a percepção, aceitação, rejeição, conformismo, revolta, ou seja, são as várias sensações e as emoções que estiveram presentes na história dessas mulheres.

Nesta medida, as sensibilidades não só comparecem no cerne do processo de representação do mundo, como correspondem, para o historiador da cultura, àquele objeto a ser capturado no passado, ou seja, a própria energia da vida, a enargheia, de que nos fala Carlos Ginzburg. Capturar a enargheia, a força da vida, seria a meta última e refinada daquele interessado em reconfigurar o tempo do passado (PESAVENTO, LANGE, 2007, p. 13).

Importante constatar a diferença entre o tempo pesquisado e o tempo presente da pesquisadora, o que torna difícil capturar as sensibilidades, que estarão sob o signo da alteridade. Outros tempos, outras sensações. Está aí o desafio, compreender o cotidiano dessas mulheres de outros tempos. Representar o que já foi representado pelas fontes escritas:

Mas como trazer para o presente, a complexidade da experiência humana do passado? Só pelo esforço da imaginação, pela educação e adestramento do olhar, recolhendo sinais, indícios, tecendo correlações, estabelecendo nexos entre as marcas deixadas, preenchendo lacunas e ausências. [...] O poder interpretativo do olho deve ser estimulado, para dar a ver e dar a ler as marcas do passado, que encerram outros significados para a representação do mundo que não são os nossos (PESAVENTO e LANGE, 2007, p.20).

Ao voltarmos o nosso olhar para a documentação, relatórios dos inspetores paroquiais, responsáveis por acompanhar e fiscalizar as escolas, nos deparamos, ao longo da documentação pesquisada, com certos adjetivos utilizados somente para as professoras, “as qualidades femininas”. O ofício abaixo, endereçado ao Inspetor Geral da Província, mostra-nos:

Jose Joaquim de Nascimento, Presbitero Secular Parocho [ilegível], Vigario da Vara da Freguesia de N. S. do Rosario da Cidade de Meia Ponte.

Attesto que a Senr.^a D. Anna Victoria Gomes, Professora da Instrução primaria do sexo feminino desta cidade, tem-se conduzido sempre com probidade, e sã moral, tanto civil, como religiosa, por isso que goza de excellete reputação, implantando com isso seo exemplo de religiosidade nos corações de suas discípulas o amor a virtude. Em abono da verdade passo a presente por me ser pedida.

Cidade de Meia Ponte, 16 de outubro de 1863.

Jose Joaquim do Nascimento

(CX.150 – Ano 1863 – Governo: Ofícios, Representação provincial - Instrução Pública: Ofícios, Relatórios, Requerimentos. Arquivo Histórico Estadual - GO).

Geralmente, estes relatórios tinham como objetivo mostrar o desempenho das professoras, mas percebemos que o que se destacava era, normalmente, a sua conduta pessoal, moral, religiosidade, o amor ao trabalho. Em relação às alunas, o zelo e o capricho com a escola. Ou seja, procuravam observar, nas professoras, as mesmas qualidades construídas sobre as representações de mães e esposas daquele período. Na verdade, o desempenho das professoras, como profissionais, estava reduzido à imagem de boa mãe de família. Em outro documento, o Inspetor Paroquial pede autorização para abrir uma escola feminina em Rio Verde. Ao apresentar a professora, sua capacidade profissional novamente se restringe à conduta moral. É o que demonstra o ofício abaixo:

Ilm.^o Rev.^o Senr.^o

Levo as maos de [...] o requerimento junto a este, de D. [ilegível] Malvina de Campos pretendendo hua cadeira de instrucção primaria do sexo feminino, para [...] levar à consideração da Exm^a Presidente da Provincia.

A pretendente he huma viúva, que mora em companhia de seos Pais, seo comportamento, e honestidade é exemplar, nada deixa a desejar, e assim de seos Pais. E existe muitas meninas nesta Parochia no caso de receber instrucção, sendo de grande vantagem ter aqui essa aula.

Deos guarde a V.[...]

Rio Verde 3 de fevereiro de 1872

José Joaquim Leão

Inspector Parochial

(Cx. 212 Ano 1872 Instrução Pública – Ofícios – Arquivo Histórico Estadual – GO)

A pretendente atende às características das representações das mulheres: ela é exemplo de ‘virtude e honestidade’. Apesar de ser viúva, o que lhe asseguraria ter certa autonomia, Dona Malvina de Campos morava com os pais, mais uma garantia de bom comportamento.

Não tinha a presença do marido, mas a presença do pai dava a certeza da conduta exigida pela sociedade. Fica claro que a presença masculina serve como comprovação de poder em uma sociedade, onde a construção social, histórica e cultural produziu as diferenças entre o masculino e o feminino. O homem como representante do ser ativo e racional, e a mulher, passiva e emotiva. Daí a observação dos critérios, na escolha de uma professora. Quando não aconteciam os exames como critério de seleção, a nomeação se fazia por indicação política e, naturalmente, pela conduta moral construída e esperada de uma mulher.

Diz Pesavento que “o conhecimento sensível opera como uma forma de reconhecimento e tradução da realidade que brota não do racional ou das construções mentais mais elaboradas, mas dos sentidos, que vêm do íntimo de cada indivíduo” (PESAVENTO, 2007, p. 27), fica como desafio, a identificação na lei, do que é exigido para o magistério masculino, e para o feminino. O que é utilizado na prática cotidiana da Província. Ler com os sentidos, as atribuições dadas através da lei. Buscar compreender as diferenças através das sensibilidades.

A Lei de 15 de outubro de 1827, em apenas 17 artigos, regulamentava o funcionamento do ensino primário no Brasil, e estabelecia nos Artigos 7º, 8º e 10º que “os pretendentes aos lugares de mestre ou mestra submeter-se-ão a concurso público, perante os presidentes (de província), em Conselho, e que provarem estar no gozo de seus direitos políticos e civis, sem nota que desabone sua conduta geral [...]” (BRETAS, 1991, p.126).

A presença perante o presidente da Província e do Conselho seria justamente para avaliar os conhecimentos relativos aos conteúdos estabelecidos como disciplina obrigatória a ser ministrada aos alunos e alunas. Etapa suprimida com o passar dos tempos, ficando como quesito, especialmente observado nas professoras, a parte referente à conduta moral. “O mundo do sensível incide justo sobre as formas de valorizar, de classificar o mundo, ou de reagir diante de determinadas situações e personagens sociais. Em suma, as sensibilidades estão presentes na formulação imaginária do mundo que os homens produzem em todos os tempos” (PESAVENTO, 2004, p. 10). Esse modo de proceder os levou a alguns extremos como o de nomear professoras que eram analfabetas, pois o critério profissional e intelectual para as mulheres, neste momento, era pouco observado. Problema só posteriormente conhecido, depois das reclamações dos pais ao Inspetor Paroquial.

2.1 REPRESENTAÇÕES DAS MULHERES NO SÉCULO XIX – EMANCIPAÇÃO E SUBMISSÃO:

Ao abordar as representações das mulheres professoras se faz necessário, inicialmente, analisar as transformações políticas, econômicas e sociais que ocorreram no mundo a partir do século XIX. Mudanças que possibilitaram a inserção das mulheres na educação e, pouco a pouco, o seu predomínio como docentes.

No campo econômico, a Europa viveu uma revolução que transformou sua organização social e política: a Revolução Industrial. Posteriormente, sua influência se estendeu por todo o continente, bem como para fora da Europa. São transformações em diversos campos: na agricultura, no transporte, no comércio, na tecnologia e na demografia, as quais alteraram a vida das pessoas dessa época.

No campo da política, ocorrem as chamadas revoluções burguesas, que permitiram à burguesia chegar ao poder. As revoluções americana e francesa abriram o caminho para a consolidação do mundo capitalista contemporâneo e permitiram a luta por liberdade, igualdade e prosperidade: princípios fundamentais da sociedade burguesa.

O Brasil sofreu influência dessas mudanças, e é possível identificar algumas consequências sociais em decorrência do processo de urbanização. A demanda por mão-de-obra possibilitou às mulheres uma maior participação nas atividades externas à esfera doméstica.

Com a expansão da escolaridade brasileira, que era vista como possibilidade de desenvolvimento econômico, a exemplo dos países europeus e da América do Norte, as mulheres passaram a adquirir o direito à educação. Após sete anos de apresentação de propostas e debates, elaborou-se a primeira lei brasileira sobre a educação, Lei de 15 de outubro de 1827.

A aplicabilidade dessa lei na Província de Goiás se fez posteriormente, devido às particularidades próprias dessa Província. A região passou a ser Província imperial em 13 de setembro de 1824, e a Cidade de Goiás foi escolhida a capital da Província e elevada a condição de cidade em 1818. Devido à distância do Rio de Janeiro, centro de poder político e econômico; às dificuldades de comunicação e de transportes, caminhos percorridos por animais de carga, que resultavam em meses de espera, a Província se mantinha isolada da corte. Por tudo isso, somente no dia 16 de dezembro, fez-se aqui o juramento solene à aclamação do Imperador Constitucional do Brasil, D. Pedro I, que em 14 de setembro de 1824, nomeou o primeiro presidente da Província, Dr. Caetano Maria Lopes Gama.

De acordo com a historiografia de Goiás, o século XIX, no aspecto econômico, foi um período de transição da mineração para a agropecuária. A produção agrícola, voltou-se para a subsistência e comercialização interna. Na política, constataram-se interferências em todos os setores do poder central. Nomearam presidentes de fora, o que dificultava a compreensão da cultura local e reproduzia um discurso negativo ao longo do período analisado:

[...] o isolamento de Goiás em consequência da sua localização geográfica, das enormes distâncias e ausências de comunicação, as baixas rendas, o déficit constante, que existiu mesmo antes da implantação da capitania, a dispersão e pequeno número da população, o baixo nível cultural da mesma, enfim os problemas econômicos, geográficos, demográficos e culturais impediram a solução das questões administrativas, fazendo-as se arrastarem anos a fio, e impediam mesmo um verdadeiro sucesso de qualquer administração (MACHADO, 1978, p.53).

A luta pela sobrevivência não se ligava a instrução, considerada, pela maioria, de pouca utilidade prática, exceto para os

[...] funcionários públicos residentes, quase todos, na Capital, onde se encontrava a nata intelectual, e em Meiaponte, centro cultural de então, se assim podemos dizer. Da metade para a maioria, a população passava, simplesmente, sem maiores aspirações, pelo roteiro da existência: nascer, trabalhar, crescer, casar, procriar, cuidar da família. [...] O trinômio homem-escola-meio estavam grandes distâncias a obstar o deslocamento da criança. [...] É mister assinalar que as reduzidas disponibilidades financeiras não levavam os governantes a espalharem escolas em profusão, bem como os faziam diminuir despesas, suprimindo-as. Sem um plano global de ensino ou mesmo de uma rede regular de escolas, com aulas esparsas pelo vasto sertão e com professores não remunerados a contento, em cujas aulas, a frequência não era a que se poderia esperar, foi inexistente no século XVIII e embrionária no século XIX a instrução pública em Goiás (SILVA, 1975, p.40).

A partir de 1827, ocorreu a abertura de um espaço profissional para as mulheres, na educação. Para elas, o magistério representou a construção de novos valores, novas mentalidades e costumes; revelaram-se novos perfis femininos e a certeza da existência de múltiplas identidades. Para compreender essas mulheres do passado, que apresentam entre si inúmeras diferenças sociais, étnicas e de crenças religiosas, recorreremos às representações que foram criadas sobre elas.

Partimos do princípio de que foram representações criadas sobre elas, num discurso de identidade que legitimava as mulheres como uma categoria homogênea. Em função disso tentaremos mostrar, através da documentação pesquisada, que as professoras, em suas práticas diárias, confrontaram, reivindicaram, ainda que de forma isolada, assumiram suas diferenças e ocuparam um espaço profissional.

Compreender como se deu a construção das representações das mulheres professoras no século XIX se faz importante em vários aspectos. Destaco aqui dois deles. Primeiro, conhecer como se construíram as representações das mulheres professoras é historicizar, também, a educação e as mulheres no espaço social em que se inseriam. Segundo, a compreensão desse processo de inserção das mulheres no magistério pode trazer elementos que colaboram para a valorização dessas mulheres, como pioneiras a ocuparem um espaço profissional remunerado e de prestígio.

Uma das representações foi especialmente construída pelos viajantes europeus: uma imagem de mulheres desprovidas de qualquer atrativo físico e intelectual, e submissas diante da dominação masculina. Essa é a referência que faz Saint-Hilaire sobre as mulheres goianas, em sua passagem no ano de 1819,

Durante o dia só se vêem homens nas ruas da cidade de Goiás. Tão logo chega a noite, porém, mulheres de todas as raças saem de suas casas e se espalham por toda parte. Geralmente fazem o seu passeio em grupos, raramente acompanhadas de homens. Envolvem o corpo em amplas capas de lã, cobrindo a cabeça com lenço ou um chapéu de feltro. Também nessas horas elas caminham umas atrás das outras, e antes se arrastam do que andam, sem moverem a cabeça nem os braços, parecendo sombras deslizando no silêncio da noite. Algumas vão cuidar de seus negócios particulares, outras fazem visitas, mas a maioria sai à procura de aventuras amorosas. Como não recebem educação, sua conversa é inteiramente desprovida de encanto. São inibidas e estúpidas, e se acham reduzidas praticamente ao papel de fêmeas para os homens (SAINT-HILAIRE, 1975, p.54).

O português Raymundo José da Cunha Mattos, que desde 1814 estava no Brasil a serviço da corte portuguesa, chegou a Goiás, no dia 15 de julho de 1823 como governador das Armas. Em seu livro ‘Chorographia Histórica da Província de Goyaz’, escreveu a seguinte observação sobre a vestimenta da população, o que difere da descrição de Saint-Hilaire, especialmente quanto à aparência das mulheres e suas atividades sociais. Porém, traz também em suas observações a referência de outra cultura. Ele destaca o comportamento recatado das mulheres, mas diferentemente de outros viajantes, apresenta algumas mulheres como bem instruídas,

Tanto os homens como as senhoras da cidade vestem-se com elegância e com bons gêneros: os dos arraiais são mais simples, mas todos tem asseio e decência nos seus vestidos: o luxo não faz grandes progressos em Goiás.

As senhoras são honestas, afáveis e muito mais polidas do que se deveria esperar de terras tão distantes das cidades da beira mar, assento da civilização. Elas são esbeltas, mui alvas, e coradas; algumas têm olhos formosíssimos, dentes perfeitos e encontram-se talhes de modelo. São mais altas do que baixas, e ainda as mais grossas de corpo tem proporções mui regulares.

Algumas senhoras cantam sofrivelmente e tocam saltério, cítaras, guitarras e violas: poucas sabem dançar; as mulheres ordinárias também dançam boas cousas, mas a sua favorita paixão é pelos lundus em que mostram destreza incomparável.

As senhoras raras vezes aparecem a pessoas desconhecidas; vão quase todas à missa muito de madrugada; fazem as suas visitas de noite, mas na semana santa, e no dia de Passos apresentam-se com a mais pomposa decência que se pode considerar (MATOS, 1979, p.91,92,93).

Um dos últimos viajantes a percorrer Goiás, no século XIX, foi Oscar Leal. Brasileiro, filho de português, recebeu educação em Portugal e após concluir seus estudos regressou ao Brasil e iniciou uma série de viagens. Em Goiás, esteve no ano de 1889. Deixou registrado em seu livro, ‘Viagem às Terras Goyanas’, a seguinte impressão sobre o comportamento do povo goiano, em sua passagem por Perinópolis,

N’esta cidade assim como em vários pontos do Estado o povo é dócil, affavel, porém desconfiado. O egoísmo tem seus adeptos e há pouca familiaridade. As reuniões, as soirées, as modas, o luxo e bom tom, são cousas que só alli penetrarão para o futuro com a aproximação das vias férreas. A’ excepção de seis famílias, as senhoras e moças só apparecem na rua de noite ou, aliás, ao domingo por ocasião da missa. É costume, porém, quando uma vizinha quer ver a outra, saltar os muros dos quintais até chegar aos fundos da mesma (LEAL, 1980, p.74).

Transcorridos 71 anos das impressões registradas por Saint-Hilaire, pouco diferem delas as de Oscar Leal, que reafirma, em certa medida, o comportamento recluso das mulheres goianas e sua ausência nos espaços públicos da cidade. Sobre o cotidiano das casas e cultura local, Oscar Leal fez as seguintes observações,

Em Perynópolis assim como em outros pontos de Goyaz não é costume as senhoras sentarem-se à meza nas horas de refeição. A princípio estranhando os usos, comecei por acreditar que isto só se dava quando haviam visitas, mas depois soube que em primeiro lugar, é costume geralmente servirem-se os homens de casa e depois as senhoras que as mais das vezes comem na cosinha. Nota-se quase sempre a falta de collegios e casas de educação onde as filhas de famílias se instruem e eduquem. Em Perynópolis as reuniões são raras e os bailes mais que raríssimos. Convidar-se uma senhora alli para dançar é quase um desaforo, segundo me informaram lá mesmo (LEAL, 1980, p.75, 76, 77).

Na obra de Augusta de Faro Fleury Curado, “Do Rio de Janeiro a Goiás – 1896”, sua filha, Maria Paula Fleury de Godoy, descreve na introdução, a imagem que tem de sua mãe. Imagem que poderíamos ter como uma representação das mulheres do século XIX da elite goiana: esposa de político e mãe dedicada. São construções que reforçam o ideal de mulher do século XIX. Seguem alguns fragmentos da escrita de Maria Paula Fleury de Godoy,

Minha Mãe raramente saía. Vivia às voltas com os filhos, uma escadinha, tumultuosa e exigente. Mas ainda assim, achava tempo para auxiliar meu Pai, de quem fora sempre confidente, conselheira e colaboradora. Meu Pai, advogado e político, não dispensava a cooperação de Mamãe. E ela se dava inteiramente ao marido e aos filhos, ao seu lar, enfim. Só à noite, depois que os menores dormiam, e os mais velhos preparavam suas lições, mergulhava na leitura, junto à rede de Papai.

Assim, dedicada inteiramente ao lar, minha Mãe passava às vezes semanas inteiras sem sair, indo apenas até o jardim [...] Mamãe era uma grande católica. Era “mansa e humilde de coração” e soube, em toda sua vida, pôr em prática as palavras de Jesus. Exerceu a caridade cristã nas palavras e nas ações. Na aceitação do sofrimento, sob qualquer aspecto, na renúncia e na paciência, na bondade e na alegria, viveu como teria vivido uma santa.

Ela soube se esquecer completamente. A sua vontade, os seus desejos, a sua alegria, eram a vontade, os desejos e a alegria dos entes que Deus lhe confiara (GODOY, 2005, p.11,13, 14).

Augusta de Faro Fleury Curado, pertencente à elite, estava ligada às atividades culturais de Goiás, foi escritora respeitada na sociedade vilaboense. Porém, a representação construída para as mulheres: boas mães e donas de casa, com o dom da renúncia, da paciência, estava fortemente incorporada em seu cotidiano. E era admirada justamente por desenvolver tão bem esses vários papéis. Especialmente o que caracterizava as mulheres do período, o esquecimento de si para cuidar dos outros que eram deixados a seu encargo.

Construiu uma família ligada à cultura elitizada. Talvez ela incorpore a transição mais aceita pela sociedade do final do século XIX, da mulher culta, intelectual, mas exemplo de mãe e esposa, dentro do modelo preestabelecido para as mulheres.

Nossa pesquisa, contudo, fala de outras mulheres. Mulheres simples, que precisavam trabalhar para garantir a sobrevivência. Mulheres que foram alfabetizadas em casa, por familiares, mas que no início do século XIX, no momento permitido pela lei brasileira estavam prontas para assumirem o magistério. Aprendizado docente solitário e aperfeiçoado na prática diária. São conquistas, foi um ponto de partida para as transformações das relações na sociedade vilaboense.

A investigação realizada nos jornais: A Matutina Meiapontense, Correio Oficial de Goyaz, A Tribuna Livre, O Comércio, Goyaz, O Publicador Goiano teve como objetivos compreender esse espaço vivenciado pelas mulheres: a Cidade de Goiás, período de 1832 a 1887; apreender como os goianos construíram uma imagem das mulheres através de seus artigos; como as mulheres se fizeram presentes com seus próprios escritos e que representação tinham sobre elas próprias.

Ao se apropriarem, sem um confronto direto, dessa representação inicialmente construída, as mulheres professoras conquistaram um espaço público que lhes garantiu mais poder. Só posteriormente elas iniciaram suas reivindicações. Além de exercerem uma

atividade remunerada, ficava assegurada sua liberdade e a possibilidade de circulação por um espaço público maior que das demais mulheres. As relações sociais estão em constantes transformações e as representações também se transformam historicamente; é o que veremos ocorrer no magistério, inicialmente masculino e posteriormente predominantemente feminino.

No jornal *Correio Oficial de Goyaz*, de 1872, circulou pela primeira vez uma notícia sobre o trabalho da professora, escritora, Nísia Floresta, quando esta já residia na Europa onde era reconhecida pelo seu trabalho.

“D. Nísia Floresta – É com maior satisfação, e mesmo orgulho, que deixamos no lugar competente a notícia d’esta nossa distinta patricia, que vive na Europa d’esde muitos annos dando mostras de sua alta intelligencia e, illustração em muitas obras de literatura philosophica, publicadas em diversas línguas que são familiares. Tem nome firmado como escriptora e poeta (*Correio Oficial de Goyaz*, n.º433 p.4, 17 de agosto de 1872. IPEHBC).

Destacamos essa notícia, neste momento, não só pela importância que Nísia Floresta tem na história brasileira, como exemplo de luta feminista e emancipação, mas especialmente, por ter sido a primeira vez, ano de 1872, que aparece uma notícia de representação de sucesso de uma mulher neste jornal.

O mesmo jornal, no ano de 1873, trazia matéria sobre o papel das mulheres segundo várias religiões como a de Moisés, Mahomet, Bahama, Confúcio, Zoroastro e outros, demonstrando sempre o papel de submissão e devoção da mulher ao marido. Em uma sociedade em que a mulher tinha pouco ou nenhum meio de se ver como ser humano completo, na qual a Igreja Católica era uma das instituições reguladoras da forma de sua conduta e disciplina, o artigo determina a condição da mulher: ser esposa. Este era um de seus principais atributos, seguido pelo de mãe zelosa. São artigos que constroem imagens. Imagem tomada não como simples reflexo da estrutura social, mas como uma representação, com o poder de modificar a realidade que parece refletir. O artigo tem início com a religião de Jesus Cristo:

Que a mulher seja submissa à seu marido como ao Senhor, porque o marido é o chefe da mulher, como Jesus Christo é o chefe da igreja. As mulheres não devem querer guiar os seus maridos, nem ter sobre elles autoridades: porque Adão foi formado primeiro (*Jornal Correio Oficial de Goyaz* n.º. 478, de 5 de Julho de 1873 - IPEHBC).

Nos jornais pesquisados, poucos artigos davam notícias de outros lugares, com informações sobre as conquistas das mulheres. Ao contrário, por várias vezes constatamos o impedimento

do crescimento intelectual das mulheres através de provérbios ridicularizando-as ou de versos exaltando uma mulher idealizada:

Como as moças escolhem noivos – Aos quinze annos, vêem si está bem penteado e si tem muitos pares de calças. Aos dezoito, querem um moço alegre, divertido e que saiba dansar. Aos vinte, perguntam se é formado e querem-no intelligente. Aos vinte e três, perguntam se tem meio de vida e quaes são elles. Aos vinte e cinco, querem um homem grave e serio. Aos vinte e seis, fecham os olhos, e o que não fugir está filado. Dos vinte e sete em diante, desesperam, soffrem de enxaqueca constante, emmagrecem, e como já não pode arranjar-se, procuram desmanchar os casamentos das outras. D’ahi até os trinta e cinco são venenosas como víboras (Do Italiaya.) (Jornal: O Commércio n.º23 p.3, Goyaz, 5 de fevereiro de 1880 – IPEHBC)

As mulheres e os líquidos – As mulheres, diz um periódico russo, na infância são água; dos 12 aos 15 annos – limonada gazosa; dos 15 aos 25 – champagne; dos 25 aos 40 – licor; dos 40 aos 50 – vinho do porto feito em casa; e dos 50 aos 60 – vinagre (Jornal: Goyaz, n.º 247 de 18 de Junho de 1890. IPEHBC)

Mandamentos da mulher casada – 1º amar o esposo sobre todas as coisas; 2º não jurar o seo nome emvão perante a modista; 3º guardar-lhe os domingos e os dias santos, e também os outros dias; 4º amá-lo mais que ao pae e a mãe; 5º não o matar de cócegas; 6º guardar-lhe os bons bocados; 7º não lhe furtar poucos beijos; 8º não murmurar, quando elle se recolher tarde; 9º só desejar um próximo, e esse há de ser elle; 10º não cobiçar as cousas alheias... que estão nas lojas de moda. Estes dez mandamentos se encerram em dous... marido e mulher (Jornal: O Correio Official, nº3 de 10 de outubro de 1880. IPEHBC).

São textos que não contribuem para a formação da imagem feminina, ao contrário, trazem uma representação do casamento como necessidade exclusiva das mulheres, e já estipulam a idade ideal para casarem. Determinando também as conseqüências para as mulheres que não viessem a fazê-lo: enxaqueca, emagrecimento e tornarem-se amargas e más. São artigos que querem ser cômicos, porém, constroem uma imagem aceita pela sociedade do papel que as mulheres devem desempenhar. É a partir desses modelos que as mulheres se situam na sociedade, e são cobradas a segui-los.

O artigo abaixo segue a mesma idéia, reafirmando que, além do dom natural para o casamento, a mulher deveria ser também cuidadosa dona de casa, e, por si só, essa qualidade já lhe proporcionaria um bom casamento. Em nenhum artigo lido foi valorizado os atributos intelectuais das mulheres.

Isto é só para às solteiras: Um holandez, nobre e rico, que queria casar-se, mostrava as suas propriedades as raparigas que estavam bem dispostas a seu respeito. Vendose um dia embaraçado com a escolha teve uma idéa maravilhosa. Convidou-as todas juntas e poz uma vassoura atravessada no chão, a porta da entrada. Algumas raparigas, esbarravão na vassoura, passavão outras saltavam por cima, e outras

empurrarão-na com o pé. Uma enfim abaixou-se, pegou na vassoura e poz-a a um canto da casa. A escolha do holandez estava feita, e não se enganara, porque a noiva foi mais tarde uma gentil, cuidadosa dona de casa (A Tribuna Livre, 3 de abril de 1880. IPEHBC).

Diferentemente desses, em um longo artigo, secção editorial, o redator J. de Patrocínio Marques Tocantins, defende a importância da instrução para as mulheres, e a necessidade da Escola Normal como instituição para formação das futuras esposas e mães, faz críticas aos pais que tiram suas filhas da escola logo que aprendem a escrever. E deixa clara a função da boa educação feminina,

[...] Imperiosa é, pois, a necessidade de elevar a mulher a altura do seu natural e principal dever – o de mãe de família.(...) É preciso que todo mundo se convença de que, sem a educação da mulher, é impossível a civilização da sociedade, na qual tem ela uma activa e múltipla participação, já por si mesma, como pela natural autoridade, prestígio quase divino, que exerce como mãe [...] (Jornal: O Publicador Goiano, p.1, 27 de Junho de 1885 – IPEHBC).

Na visão dele, as mulheres deveriam estudar e ter boa formação, não por uma necessidade própria, mas para desenvolver o seu principal papel, naturalizado pela sociedade, o de mãe de família e cabia a ela, nessa tentativa de modernizar a Província, a formação dos filhos. O entendimento, pelas autoridades governamentais, de que uma política educacional proporcionaria um povo mais instruído, mais preparado para o desenvolvimento do país, correspondeu a uma visão ideológica que atribuía às mulheres o “papel de regeneradoras morais da sociedade” (ALMEIDA, 2006, p.138).

Em editorial, O Publicador Goiano (Janeiro de 1886) batia-se para que se desse à menina a mesma forma de educação oferecida aos rapazes, em escolas mistas abertas pelo governo e nas quais se substituíssem os professores de primeiras letras por professoras por serem elas mais amenas e mais aptas ao mister (SILVA, 1975, p.45).

Outras vezes, através do jornal, se faziam denúncias de escolas femininas que funcionavam com baixa frequência, por isso eram impedidas por lei de continuarem funcionando. Diante das denúncias, a escola era fechada, causando enorme prejuízo à professora e às alunas que não teriam outra oportunidade de instrução. Em vários relatórios dos presidentes da Província, estes demonstravam conhecimento das dificuldades enfrentadas pelas famílias para manterem os (as) filhos (as) na escola, chegando a enumerá-las. Foi o que fez o presidente Francisco Marianni, em 1854. Ele acreditava “... ser devido ao isolamento em que se encontra a população, falta de frequência dos alunos, ao pouco preparo dos professores, omissão dos seus deveres, atraso no pagamento de seus ordenados. Há 36

cadeiras para o sexo masculino e 6 para o feminino”. Outro presidente, José Martins Pereira de Alencastre, em 1861, acrescentava: “Os pais não se empenham na educação dos filhos por vários fatores, como, as longas distancia a percorrer, utilização da mão-de-obra dos filhos e filhas na lida diária” (Memórias Goianas, nº9, 1996, p.219).

Offício:

Ao Inspector Geral da Instrução Pública.

Tendo chegado no meo conhecimento, por comunicação oficiais, que a escola, de que é professora primaria D. Anna Gonçalves Teixeira de Araujo, da cidade de S. Luzia, funciona com menos de 10 alunnas, apresentando não obstante, attestado de freqüência para o conhecimento de seos vencimentos na respectiva agencia fiscal, cumpre que V.S. me informe a respeito (Jornal O Correio Official de Goyaz, n.º22 p.3 ano 1879 - IPEHBC).

O que se pode concluir é que a sociedade vislumbrava uma função de educação para as mulheres, e as autoridades a apoiavam, formalizando através do currículo diferenciado, próprio para as futuras mães de família. Porém, ao mesmo tempo em que reclamavam do pouco empenho das famílias, dificultavam a permanência das meninas nas poucas escolas existentes, fechando escolas com baixa freqüência e acusando as professoras de forjarem freqüências.

2.2 EDUCAÇÃO PARA TODOS E TODAS – O DIREITO À EDUCAÇÃO FEMININA

A primeira tentativa de organização da instrução pública no Brasil, após a independência, só ocorreu com a Lei de 15 de outubro de 1827. Até então, a educação pública era mantida pelo Estado Português, através das denominadas Escolas Régias. Criadas no governo de D. José I (1750 – 1774), a partir do Alvará de 28 de junho de 1759, sob ordens de seu Primeiro Ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal. Nesse momento as escolas de primeiras letras não foram privilegiadas nem em Portugal nem em seus domínios,

[...] nenhuma Escola Régia fora criada na reforma de 28 de junho para o Brasil, ou qualquer outra colônia portuguesa, embora se declarassem extintas nelas as escolas jesuíticas. A substituição destas por Escolas Régias somente foi providenciada 12 anos depois, na Carta de Lei de 6 de novembro de 1772. Durante esse período ficou o vazio que nos foi imposto pelo decreto da supressão da Companhia (BRETAS, 1991, p.35).

Das 479 escolas de ler e escrever, criadas de acordo com a Lei de 1772, somente 17 seriam para o Brasil. Porém, mais uma vez, a Província de Goiás não foi contemplada. Embora a situação da região, nesse momento, fosse de grande produção aurífera,

[...] remetia imensa quantidade de ouro para os cofres do El- Rei. Este só se lembrava de cercar essa produção da maior garantia possível para impedir roubos e extravios que prejudicassem os interesses da Coroa. [...] Não se cogitava de incentivar o comércio nem a indústria, nem ao menos o desenvolvimento da agricultura e da pecuária, porque estas atividades poderiam retirar das lavras muitos braços escravos (BRETAS, 1991, p.39).

A partir de 1790, na Província de Goiás começou a chegar os primeiros mestres de primeiras letras: no Arraial de Santa Luzia (Luziânia), no Arraial de Meiaponte (Pirenópolis), em Desemboque (hoje a região pertence a MG) e, em 1793, em Vila Boa (Cidade de Goiás). Posteriormente, aumentaram o número de cadeiras de primeiras letras, porém, já se constatava a dificuldade em manter e suprir devidamente as aulas. Mesmo com os baixos salários dos mestres, com ordenados de 150\$000 réis anuais, a Província já apresentava déficit, que se acumulava ao longo dos anos.

Aí começa uma prolongada penúria destes, que recebiam pelas metades os seus ordenados, assim mesmo com grande atraso, acumulando os restos anos, em cifras que se contavam por centenas de mil réis ou contos de réis. Essa penúria atravessa todo o período colonial em que houve em que houve Escolas Régias e vai refletir-se no período imperial, transformada em flagelo crônico (BRETAS, 1991, p.52).

Para custeio das escolas régias, cada província deveria colaborar, através do pagamento de impostos, com o Subsídio Literário, que vigorou de 1774 a 1827. A instrução da cobrança do imposto chegou a Vila Boa no início de 1774. Num período em que a mineração já apresentava declínio na produção, e a economia encontrava-se em um momento de transição. Sem uma organização produtiva, sem comércio regional, a ruralização, através da pecuária extensiva e a agricultura de subsistência, foi o início do processo de acomodação desenvolvido pela Província durante o século XIX.

Para a população desamparada em suas necessidades básicas, a exigência do imposto sobre a venda da carne e da aguardente da terra, para custear as escolas, não era visto com entusiasmo; uma vez que a instrução, naquele momento, não fazia parte de suas necessidades de sobrevivência. Era um momento de ruralização, com a utilização de toda a família no trabalho da lavoura e pecuária (ESTEVAM, 1998, p.62).

Em um Relatório apresentado à Assembléia Provincial de 3 de março de 1879, o presidente Aristides de Souza Spínola apresentou as dificuldades em desenvolver a instrução pública devido às condições econômicas da Província,

Não se pode melhorar convenientemente a instrução publica da Provincia sem melhorar as suas circunstancias financeiras.

Todos os ramos da administração estão presos ao thesouro como as artérias do coração.

E por sua vez, a prosperidade do thesouro depende da prosperidade publica.

Meos illustres antecessores tem todos lamentado a falta de pessoal habilitado para o magistério.

Que providencias se há tomado, administrativas ou legislativas, que medidas se tem realizado para se obter a habilitação do professor?

E não basta cuidar somente do noviciado.

Cumpre remunerar bem o mestre e garantir-lhe a carreira.

Ninguem quererá ter o trabalho com o noviciado e dedicar-se ao magistério sem uma conveniente remuneração e sem que seo futuro seja garantido

((Memórias Goianas. Vol.12 – Relatórios dos Governos da Província de Goiás 1875 – 1879. Goiânia, Editora da UCG, 1999, p.250).

É nesse contexto, que analisaremos como se deu a inserção das mulheres no magistério, a partir da Lei de 15 de outubro de 1827, que estabelecia em seus dois primeiros artigos que haveria “escolas de Primeiras Letras, para meninos e meninas, nas cidades, vilas e lugares mais populosos, onde forem necessárias” (BRETAS, 1991, p.125).

Diante da obrigatoriedade de abrir escolas de primeiras letras para meninas, subentendia-se outra exigência, a da professora. A co-educação dos sexos, ou seja, as escolas mistas foram admitidas no Regulamento de Instrução Pública de 1869. Portanto, se fazia necessário abrir espaço para as mulheres na carreira docente. Investigaremos primeiro a aplicação da Lei de 1827 e, em seguida, a primeira lei provincial, Lei de 23 de julho 1835, os Regulamentos dos anos de 1847, 1856, 1869, 1884, 1886 e 1887, apresentado a estrutura e organização da educação desse período e tomando as professoras como sujeitos da instrução pública, nos anos de 1832 a 1887.

Ao iniciar o Período Imperial, a Escola Régia, uma das estruturas educacionais do Brasil Colônia, deveria ser extinta, porém, até 1825 continuava a funcionar na Província de Goiás a mesma estrutura, com as últimas escolas criadas em 1808,

Teoricamente a Escola Régia em Goiás, e no Brasil todo' [...] acabariam. Mas até 1825 só funcionavam em Goiás as mesmas escolas deixadas por Mascarenhas em 1807, ano da Reforma, sendo uma de Latim, em Vila Boa, e seis de Primeiras Letras, em Vila Boa, Pilar, Traíras, Meiaponte, Santa Luzia e Natividade (BRETAS, 1991, p.85).

O presidente Miguel Lino de Moraes (1827 a 1831) não pôde implementar imediatamente a Lei de 1827, devido à falta de verbas no orçamento para criação de novas escolas, à ausência do Conselho Geral e à falta de pessoas habilitadas em todas as matérias especificadas no Artigo 6º da Lei – leitura, escrita, as quatro operações de aritmética, prática de quebrados decimais e proporções, as noções mais gerais de geometria prática, gramática da língua nacional, princípios de moral cristã e da doutrina da religião católica e apostólica romana.

A necessidade de preparar, em curto prazo, os candidatos ao magistério acabou sendo infrutífera; não havia pessoas com os conhecimentos necessários, para transmiti-los aos candidatos. O resultado dessa primeira investida educacional foi o preenchimento das cadeiras vagas sem que os candidatos tivessem os conhecimentos exigidos por lei.

José Rodrigues Jardim (1831 a 1837) o primeiro goiano a ser nomeado presidente da Província, procurou realizar concurso público para avaliação do candidato ao magistério primário. Para isso foi composta uma banca examinadora. Serviam de examinadores do conselho, quase sempre, os sacerdotes José Antônio da Silva e Souza e Luiz Bartolomeu Marques, Francisco Ferreira dos Santos Azevedo e d. José de Assis Mascarenhas, ouvidor da comarca. Após o exame, a banca se reunia numa sala secreta para discutir o parecer.

Depois da leitura desse parecer, encerrava-se a sessão. Buscou-se melhorar a qualidade dos mestres e efetivá-los. Primeiro foram chamados os professores interinos e depois os candidatos às novas escolas primárias. “Entre 1832 e 1835, o governo realizou vinte concursos e preencheu vitaliciamente as 24 cadeiras, [...], porém várias delas vagaram pouco tempo depois” (ABREU, 2006, p.25).

O concurso seguia sempre o mesmo ritual. Era grande o medo dos mestres de expor seus poucos conhecimentos, porém como o objetivo do presidente era preencher as cadeiras vagas através da lei, e dar um novo impulso à instrução pública, praticamente todos que se apresentavam ao exame tinham como resposta: “achando-o apto, o aprovão”. É o que se lê no parecer, transcrito abaixo, da primeira professora aprovada e apta para abrir a primeira escola de primeiras letras, do sexo feminino, na Cidade de Goiás:

Tendo os abaixo assinados sido nomeados pelo Exm^o Conselho do Governo d'esta Província, para examinarem a D. Romana da Purificação nas matérias exigidas pela Lei de 15 de outubro de 1827, achando-a apta a-approvarão; e para constar passarão a presente, que assignarão. Cidade de Goiás 2 de agosto de 1832. José Antonio da Silva e Souza – D. Francisco Assiz Mascarenhas = O Conselho conformou-se com o parecer (BRETAS, 1991, p.137).

2.2.1 A Contradança dos Regulamentos¹

Ao procurar entender a organização educacional feminina em Goiás, nos anos de 1832 a 1887, não podemos ignorar a vinculação dos costumes, e da cultura local com as leis elaboradas durante o século XIX. De um lado, as leis eram elaboradas, com a exigência de seu cumprimento, por autoridades que vinham de fora e que geralmente permaneciam por pouco tempo na Província. De outro, a percepção das dificuldades financeiras e sociais inviabilizavam a prática. Isto foi o que se evidenciou nos relatórios dos presidentes da Província, nos ofícios dos inspetores de instrução pública, nos ofícios dos (as) professores (as), nos artigos em jornais: fontes que foram utilizadas para reconstrução dos caminhos percorridos pelas professoras, para a atuação na instrução pública na província de Goiás e que serão ao longo do trabalho apresentadas.

Um dos primeiros trabalhos sobre educação em Goiás, produzido por Nancy Ribeiro de Araújo e Silva, em 1975, “Tradição e Renovação Educacional em Goiás”, já nos alertava sobre a importância de “vincular os fatos educacionais à história geral”. O que nos levou a buscar, nas transformações ocorridas no Brasil posterior à independência, a recepção de tais transformações pela sociedade, numa Província isolada, num período de transição (mineração) e acomodação de uma nova atividade econômica (agropecuária). Como analisar os caminhos percorridos por essas primeiras professoras ao inserirem numa profissão até então masculina? Mulheres que só tiveram assegurado seu direito à educação escolar pública e formal em 1827.

As primeiras feministas apontavam a educação e o direito de exercer uma profissão como única saída para romper com a dominação masculina. A primeira opção que se abriu às mulheres foi o magistério de primeiras letras, pela sua conotação de a maternidade.

¹ Artigo assinado por ‘um estudante’, no Jornal: O Publicador Goyano. 17 de Setembro de 1887, Nº 134, p.4. IPEHBC.

Com a primeira lei do ensino primário no Brasil em 15 de outubro de 1827 que estabelece em seu Artigo 1º: Haverá escolas de Primeiras Letras, para meninos e meninas, nas cidades, vilas e lugares mais populosos, onde forem necessárias”, e no Artigo 2º “mandava criar escolas públicas para meninas, nas cidades, vilas e lugares mais populosos, onde os presidentes, em Conselho, julgassem necessárias”, (BRETAS, 1991, p.125).

Como se desenvolveu a atuação dessas mulheres pioneiras, diante das regras estabelecidas pela primeira lei de instrução pública? Mais uma vez recorremos à obra de Silva, que nos mostra a necessidade de vincular o estudo da educação com o cotidiano e com as vivências dessas mulheres que se tornaram professoras públicas no início do século XIX, na Cidade de Goiás. Escreveu a autora: “exige que se considere a manifestação das idéias que influenciaram a ação das pessoas, modelaram os propósitos e preconceitos de uma sociedade” (SILVA, 1975, p.15). A partir da representação das mulheres vilaboenses, anteriormente analisadas, podemos compreender e avaliar o alcance das atividades desenvolvidas pelas primeiras professoras na instrução pública.

Abriu-se um campo de trabalho remunerado e oficial, para as mulheres, a partir de 1827, pelo fato de que a instrução das meninas deveria ser ministrada por mulheres. Na Província de Goiás, a concretização da lei só aconteceu em 1832, no governo do primeiro presidente goiano, José Rodrigues Jardim, que governou de 31 de dezembro de 1831 a 19 de março de 1837. Este em seus relatórios, apresentava as dificuldades de fazer cumprir a Lei de 1827, em seu Artigo 2º, uma vez que as escolas para meninas ainda não haviam sido criadas.

O Conselho da Província de Goiás propôs ao governo Central a criação de uma escola feminina em Natividade e outra na Capital. A de Natividade foi criada por Lei de 7 de junho de 1831, da Assembléia Geral. A da Cidade de Goiás foi criada por decreto de 25 de outubro do mesmo ano (BRETAS, 1991, p. 138).

Não obstante, a primeira escola feminina a ser aberta foi a da capital, duas candidatas concorreram, mas foi Maria Romana da Purificação que assumiu a cadeira de primeiras letras, em setembro de 1832. A de Natividade só foi provida em julho de 1837, por Leocádia Antônio dos Santos. Até a criação do Ato Adicional de 1834, estas foram as únicas escolas públicas femininas da Província,

O Governo Central, durante os sete anos de experiência com a aplicação da Lei de 15 de outubro de 1827, deve ter percebido que, em um país tão grande quanto o Brasil, não seria possível nem conveniente continuar com o sistema centralizado dos negócios da Instrução e outros ramos da administração pública. [...] Foi o que fez o Ato Adicional (Lei de 12 de agosto de 1834), ao criar as Assembléias Provinciais passando à competência destas o legislar sobre a instrução, [...] (BRETAS, 1991, p. 169).

Neste recorte temporal da pesquisa, o de 1832, com a criação da primeira cadeira feminina de ensino primário, ao ano de 1887, com o último regulamento sobre instrução primária pública do Império, apresentaremos alguns pontos específicos e diferenciadores, próprios das escolas femininas, adotados de acordo com a Lei de 1835 e os Regulamentos de 1856, 1869, 1884, 1886 e 1887, da Província de Goiás.

Diante da responsabilidade de legislar a educação da Província, o presidente José Rodrigues Jardim, pediu à Assembléia, na primeira reunião, dia 1º de junho de 1835, empenho e soluções realistas diante dos problemas apontados por ele. No Relatório que segue, ele aponta alguns deles:

A distancia que se achão estabelecidas as Aulas; a pequenez das rendas públicas, que não permite a criação de outras, tão necessárias em hum Paiz tão extenso, e onde se acha espargida; a pobreza de muitas famílias, que por falta de meios não podem manter distantes aos seos filhos; o disleixo de alguns Pais que por falta de conhecimentos não apreciam o bem, que se adquire com a Instrucção, e por isso não se empenhão, que a tenham seos filhos; o defeito de outras que por hum mal entendido amor condescendem com a repugnância, que seos filhos mostram ao estudo, e applicação, são os maiores obstáculos que se tem opposto ao progresso da Instrucção (Memórias Goianas. Vol.3 – Relatórios dos Governos da Província de Goiás 1835 – 1843. Goiânia, Editora da UCG, 1986, p.23).

Para o presidente Jardim, estavam claras as reais condições da instrução na Província, além do despreparo dos futuros mestres. De posse do projeto elaborado em Minas Gerais para o ensino primário, apresentou-o à Assembléia e feitas algumas alterações para adaptá-lo a realidade goiana, foi sancionada a primeira lei da Província sobre a instrução pública, a Lei nº 13 de 23 de julho de 1835. A Lei estabelecia que as escolas de meninas deveriam ser criadas onde houvesse escola masculina de 2º grau, e não poderiam funcionar com menos de dezesseis alunas. Em seu Artigo 3º o currículo consistia em “ensinar a ler e escrever, a prática da (sic) quatro operações aritméticas, ortografia, prosódia, doutrina cristã e noções gerais dos deveres morais, religiosos e domésticos”. (Lei nº13 de 23 de julho de 1835).

A Lei Provincial de 23 de Julho de 1835 sub nº 13 tem sido posta em execução, e promete vantagens em vista do crescido numero de Alunos, que frequentão as Aulas (refere-se a Escola) este anno: não tem apparecido oppositores (candidatos ao concurso para ocupar a cadeira) a algumas Aulas, e taes há que pela insalubridade dos lugares, em que se achão estabelecidas, e pela mesquinhez de seos Ordenados, tarde serão providas, [...] (Memórias Goianas. Vol.3 – Relatórios dos Governos da Província de Goiás 1835 – 1843. Goiânia, Editora da UCG, 1986, p.68).

Em 1856 foi expedido novo regulamento do ensino primário, cuja elaboração se deve ao presidente Antônio Augusto Pereira da Cunha (1855 a 1857). Nele, o currículo elaborado

para as meninas diferenciava: a aritmética se limitava às quatro operações sobre números inteiros e acrescentava o ensino de prendas domésticas. Ou seja, estava direcionando o lugar das mulheres na sociedade, ao excluir dos seus currículos frações ordinárias e decimais, proporção, sistema de pesos e medidas e acrescentado, somente a elas, as prendas domésticas. Concretizava-se a justificativa da legislação de 1827, que reitera uma prática cultural de atribuição e exercício de papéis diferenciados e desiguais. A educação para as mulheres se apresentava como meio de melhor prepará-las para serem esposas e mães competentes: “Como a função materna é um dos pilares da sociedade e da força dos Estados, torna-se um fato social” (PERROT, 2007, p.69). Porém, a maternidade vislumbrada está na sacralização da família, através do casamento normatizado pela Igreja Católica,

Um modelo, portanto, em que a educação destinada às mulheres deveria ser ministrada em doses bem regradas, pois o excesso poderia pôr tudo a perder, dada sua ‘inferioridade estrutural’. O meio termo educacional, ‘nem excesso de instrução, nem a total ignorância’. Nele estavam estabelecidos os limites da formação escolar considerada necessária para o desempenho dos papéis naturalizados como femininos, porque, afinal, segundo Rousseau, era necessário possibilitá-lhes ao menos alguma escolarização, pois [...]. Do cuidado das mulheres depende a primeira educação dos homens; das mulheres dependem ainda os seus costumes... Assim, educar os homens quando jovens, cuidar deles quando grandes, aconselhá-los... eis os deveres das mulheres em todos os tempos [...] (MUNIZ, 2003, p.166).

No dia 1º de janeiro de 1869, o presidente Ernesto Augusto Pereira (1868 a 1870) expediu novo regulamento em que pela primeira vez é permitida, nas escolas femininas, a frequência de meninos de até oito anos de idade, desde que a escola de sexo masculino esteja com número inferior ao permitido. Estabelecia que, para exercer o magistério, o candidato seria admitido por exames e deveria apresentar os seguintes documentos:

[...] certidão de idades provando ter pelo menos 21 anos; folha corrida dos lugares onde teria residido nos últimos três anos; atestado médico declarando que não padecia de nenhuma moléstia contagiosa (Art. 10). As mulheres se fossem casadas, deveriam apresentar certidão de casamento e autorização do marido para lecionarem e, se fossem viúvas certidão de óbito do marido. Se fossem separadas judicialmente, deveriam exibir a sentença do divórcio provando não terem sido responsáveis pela causa do divórcio. Caso não tivessem a sentença, deveriam apresentar justificativas que comprovassem não terem sido responsáveis pela separação. Se fossem solteiras e residissem sozinhas, deveriam ter pelo menos 23 anos; se morassem com os pais, a idade mínima era de 21 anos de idade. Assim, deveriam apresentar os mesmos documentos citados no Art. 10, excetuando-se as casadas, que poderiam ser professoras a partir dos 18 anos. Porém, todos os documentos, com exceção da folha corrida, poderiam ser substituídos por justificações no juízo municipal, sendo citado o inspetor paroquial para comparecer em juízo e assistir a essa justificação (Art. 11) (ABREU, 2006, p.61).

Os caminhos para a inserção na carreira docente eram os da nomeação vitalícia, que ocorria quando o opositor, ou seja, o candidato era aprovado em concurso público, anteriormente citado, ou por nomeação interina, quando era indicado para a regência de uma escola pelo inspetor geral ou pelo presidente da província. Como podemos constatar na documentação apresentada abaixo:

Provisão a Maria Romana da Purificação para Mestra de Meninas desta Cidade José Rodrigues Jardim, Cavalheiro da Ordem Imperial do Cruzeiro, Coronel das Ordenanças, e Presidente desta Província. Faço saber aos que a presente Provisão virem, que tendo Maria Romana da Purificação Requerida ao Exmo. Conselho do Governo ser admitida a Exame de todas as matérias determinadas pela Lei de 15 de Outubro de 1827, em oposição a Escola de Primeiras Letras para Meninas desta Cidade, afim de se-lhe passar Título Vitalício, caso fosse aprovada; e sendo examinada perante o Exmo. Conselho, nas referidas matérias, de que obteve Aprovação[...] (Ministério da Fazenda, Assentamentos – Títulos e Provisões. Pct. 842, 1828/1834, fls. 32 v-33. Museu das Bandeiras, Goiás).

Outra forma prevista em lei,

O Presidente da província, em conformidade do disposto no artigo 20 do Regulamento do 1º de Dezembro de 1856, resolve nomear a Candida Maria de São José, Professora interina da Escola de instrução primária de meninas da Villa do Catalão. Façam-se as necessárias comunicações.

Palácio do Governo de Goyaz 22 de Agosto de 1859.

Francisco Januario da Gama Cerqueira

(CX.128 – Pacote 01 – ANO 1859 – Documentos Manuscritos Avulsos - Instrução Pública, Offícios do governo, Guias de abonos, Mapas. Arquivo Histórico Estadual - GO).

Cada novo presidente que assumia, recebia um relatório sobre as condições em que se encontrava a Província, o presidente Antero Cícero de Assis exigiu posteriormente um relatório mais detalhado das condições em que se encontrava a instrução pública,

Relatório sobre as condições do ensino na província:

Inspetoria Geral da Instrução Publica de Goyaz 4 de maio de 1876.

Ilmº e Exmº Senrº

Em observância do que dispõe o artº 3º § 2º do Regulamento do 1º de Janeiro de 1869 e do officio circular de V. Ex.ª, datado a 22 de fevereiro deste anno, sob nº 2; tenho a honra de apresentar as occurrencias, que tiveram lugar nesta Repartição, à contar do 1º de Março p.p. à 30 de Abril do corrente.

Repartição da Instrução Publica

Continua a funcionar regularmente esta Repartição, achando-se em dia a escripturação e em bôa ordem o archivo, devido a asiduidade, zelo, e intelligencia, com que os Empregados desempenhão os seus deveres.

Do 1º de Maio do anno p.p. até 30 de Abril ultimo forão expedidos por esta Secretaria 260 officios, sendo 193 dirigidos a V.Ex.^a, 155aos Inspectores Parochiaes, e 12 à diversas autoridades e professores.

Instrucção Primaria

Existem creadas na província 86 escolas publicas, sendo 56 para o sexo masculino e 30 para o feminino, e duas ainda ignora-se os professores que para Mais forão nomeados: 5 estão fechadas, por falta de alumnos que as freqüentem, [...], 4 estão vagas e 75 estão funcionando.[...]

Das 82 actuaes professores, 27 são vitalícios, e 55 interinos: destes, 38 são do sexo masculino e 17 do feminino; e daquelles, 15 do masculino, e 12 do feminino.

[...]Existem actualmente 9 escolas particulares com 89 alumno[...]

(Cx.255 Ano 1876 Instrução Pública : Offícios diversos, relatórios Arquivo Histórico Estadual - GO).

Com o passar do tempo os concursos deixaram de ser a forma legal de ingresso no magistério e, por questões claramente políticas, os professores passaram a ser indicados por interesses e prestígios regionais. Como denuncia o artigo abaixo,

Instrucção Publica: Pedimos ao Sr. Dr.Theodoro (09-12-1881/20-06-1882) que, com a nomeação do Donato para professor vitalício da Conceição, feiche a porta à *fabrica de professores vitalícios por atacado*, que o Sr. Leite de Moraes (01-02-1881/09-12-1881) fundou com intuitos eleitoreiros e S. Ex. continúa à explorar, não sabemos com que vistas! Apparente-se ao menos algum respeito ao pudor publico. Lá porque o *affiche* de justo e honesto não lhe deo grande resultado não se-segue que S. Ex. tenha o direito de convencer-nos, nos seos actos adinistrativos, de que o abandonou de todo pelo programma diametralmente opposto. Já temos mostrado à saciedade que a fabrica de vitalicidade, pelo modo porque tem funcionado, não melhora em nada o corpo docente da instrucção primaria e só traz o péssimo resultado de augmentar as despesas publicas e de colocar os professores relapsos ou inhabeis fora do alcance dos meios de correcção ou de prompta substituição. A conveniência da instrucção e a da economia financeira da província concordão, pois, em que a administração mude de rumo (Jornal: A Tribuna Livre n.º266 p.2, 01-03-1883. IPEHBC).

A prática das indicações políticas se fortaleceu e lançou as bases das futuras oligarquias, que entraram em choque de interesses,

Nas últimas décadas do século XIX, grupos locais manifestaram-se insatisfeitos com a administração e responsabilidade os Presidentes “estrangeiros” pelo grande atraso de Goiás e passam a lutar pelo nascimento de uma consciência política. Sob pretexto de afastar o “oficialismo político” e assim enfeixar nas mãos o poder, fundaram os partidos políticos – Liberal (1878) e Conservador (1882) (PALACÍN, 1981, p.72).

No Memorial de Lembranças de Anna Joaquina da Silva Marques, fica bastante explícito o poder dos políticos locais nas indicações e na submissão a que os candidatos (as)

estavam expostos (as). Ter boas relações sociais, ou não, a um grupo de poder era determinante, como mostra o documento abaixo:

1889

Dia 9 de julho: O Te. Col. Antonio José Caiado nomeou Lili p.^a mestra de meninas em lugar da D.Maria Ciriaca Ferreira.

Dia 11 de julho: Denoite Nhola e Lili forão agradecer a Caiado a nomeação.

(Universidade Católica de Goiás. Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central. Memorial de Lembranças de Anna Joaquina da Silva Marques. Cidade de Goiás. 1881 – 1899. V. 1. Goiânia, 2006).

O presidente Camilo Augusto Maria de Brito (02/1884 a 11/1884) apresentou outro regulamento, em 9 de abril de 1884, e este trazia currículos diferenciados. Para os meninos, acrescentou o ensino de desenho e ginástica: para as meninas, trabalhos de agulhas, economia doméstica e calistenia². Passa a ser obrigatório o ensino elementar para os meninos dos 7 aos 13 anos e dos 6 aos 11 anos para as meninas.

Permanecendo no governo por alguns meses, Guilherme Francisco da Cruz (01/1886 a 08/1886) tomou conhecimento das dificuldades apresentadas pela instrução pública e, em 12 de abril de 1886, apresentou novo regulamento.

A reforma Cruz destruiu todas aquelas conquistas que tornaram moderna a reforma Camilo. [...] Proíbe-se aos professores a acumulação, com o magistério público, de qualquer emprego remunerado ou profissão lucrativa. [...] A reforma Cruz desagradou a muitos (BRETAS, 1991, p. 259).

Com o Regulamento de 11 de fevereiro de 1887, continuava a haver um currículo diferenciado. Houve alteração no número mínimo de alunos. Anteriormente era de dezesseis; passou para trinta e cinco alunos, para as escolas de ambos os sexos da capital (ABREU, 2006, p.44).

Destacamos aqui a relevância dessas professoras leigas que, ao assumirem o magistério, teriam que ter um tipo de conhecimento que não lhes foi permitido adquirir através do ensino regular. As escolas existentes, até então, eram para o sexo masculino. A única possibilidade de instrução, naquele momento, ocorria dentro da família, através dos pais ou dos mestres-escolas, professores contratados para ensinar os filhos a ler e escrever. Assim descreveu Célia Coutinho Seixo de Brito o aprendizado de Maria Romana da Purificação:

² Ginástica ritmada, sincronizada própria para o sexo feminino.

Menina inteligente soube aproveitar ao máximo os ensinamentos dos padrinhos sacerdotes, cultos e excelentes didatas. Com tendência para o magistério, em pouco tempo estava com sua escola de diversas classes, funcionando numa só sala de aula, à maneira da época (BRITO, 1974, p. 64).

Outras mestras também foram descritas. Citamos duas: Pacífica Josephina de Castro, a Mestra Nhola, que com o seu pai, Antônio José de Castro, professor público, iniciou seu aprendizado: “Foi aí que Nhola, ainda criança, teve seu primeiro contato com a docência, pois auxiliava seu pai no ensino das primeiras letras, como decúria” (BRETAS, 1991, p.548); Ricarda da Alcântara e Silva, na obra: 1989. Arraias: suas raízes e sua gente, citado por (ABREU, 2006, p.68):

Mestra e educadora Ricarda da Alcântara e Silva [...] Filha de Pedro de Alcântara e Silva e de D. Rosalina de Moura. Nasceu no tempo em que mulheres não tinham o direito de aprender a ler. Seu pai, porém, homem instruído e de idéias avançadas, ensinou-lhe como aos outros seus filhos, ler, escrever e contar.

Ao acompanhar os relatórios dos presidentes da Província, constata-se que, desde o Ato Adicional de 1834, o governo passou a função de legislar sobre a instrução primária à responsabilidade das províncias. Praticamente a cada novo presidente, relatavam-se os problemas anteriores, propunham-se estudos para resolver as questões, e novas regras eram editadas, com ou sem a participação da Assembléia Provincial. E, antes de colher os resultados de tais alterações, o presidente era transferido. Como os Regulamentos de 1884 e de 1886, cujos autores, os presidentes Camilo Augusto Maria de Brito (02/1884 a 11/1884) e Guilherme Francisco da Cruz (01/1886 a 08/1886) permaneceram poucos meses à frente da administração da província, mas não deixaram de criar nova legislação para a instrução pública. Passavam pela Província, mudavam os regulamentos da instrução, deixavam seus nomes registrados e continuavam suas carreiras políticas em outras regiões, com o discurso do dever cumprido. A população que se reorganizasse para seguir a lei. Na maioria das vezes, elas em nada atendiam os reais problemas locais.

Contradança de regulamentos

Em que estado andão os negócios públicos! Cada presidente faz um novo regulamento e o põe em execução. Ainda esses que os fazem, sempre dão amostra de convicção própria, mas, os que encommendão e os que se utilizão dos ruins plágios, condemnados por mentecaptos!...

Cruz! Livre nos Deus d’elles!...

Um estudante

(Jornal: O Publicador Goyano. 17 de Setembro de 1887, Nº 134, p.4. IPEHBC)

2.3 O PROCESSO DE FEMINIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO

A feminização do magistério ocorreu a partir do século XIX, quando no Brasil houve uma expansão no campo educacional em termos quantitativos. Especialmente, com a Lei de 15 de outubro de 1827, que permitia às meninas o acesso oficial à instrução pública. Produziu-se assim uma demanda pela profissão de professora, já que a co-educação dos sexos, não era aceita pela sociedade por motivos culturais.

O discurso ideológico que acompanhou essa demanda construiu uma série de argumentações que alocavam às mulheres um melhor desempenho profissional na educação, derivado do fato de a docência estar ligada às idéias de domesticidade e maternidade (ALMEIDA, 2006, p. 136).

Na Província de Goiás, a lei que regulamentava a escola para meninas só foi aplicada em 1832, com a abertura de uma única escola pública, na capital, para toda a província. Até então, as filhas da elite recebiam os professores em casa e estudavam, até certo ponto, junto com os irmãos. Já as filhas de famílias pobres, sem muita sistematização, somente quando mostravam interesse, recebiam as primeiras lições de familiares. Elas prosseguiram seus estudos sozinhas, ensinando os irmãos e posteriormente os filhos. Antes da escola particular de Mestra Nhola, não se tem registro de outra escola feminina na capital.

No final do século XIX, a representação do magistério passava a ser feminina. A partir dali criaram-se as qualidades necessárias para o exercício da profissão. Construiu-se um ideal de professora. Para Pesavento, as representações são construídas de formas variadas e contraditórias por diferentes grupos sociais. O grupo que tiver mais poder simbólico de impor uma visão terá o controle da vida social e poder de definir os limites e comportamentos. Assim diz ela:

As representações são também portadoras do símbolo, ou seja, dizem mais do que aquilo que mostram ou enunciam, carregam sentidos ocultos, que, construídos social e historicamente, se internalizam no inconsciente coletivo e se apresentam como naturais, dispensando reflexão (PESAVENTO, 2005, p. 45).

Para Denise Jodelet “a representação diz respeito à forma pela qual um indivíduo ou um grupo vê determinada imagem, determinado elemento de sua cultura ou sociedade” (JODELET, 2001, p.21). Ao longo do século XIX, as vilaboenses reivindicaram um espaço no mundo do trabalho remunerado e a inserção no espaço público, porém, de forma isolada.

Construíram, nesse processo, para alguns autores, uma imagem de mulher submissa e passiva. Outras interpretações, contudo, nos apresentam uma imagem de determinação diante

da inserção delas na educação: mais liberdade pessoal, a conquista de uma profissão e mais poder nas relações sociais. Obtinham, portanto, maiores direitos públicos e privados. As imagens criadas sobre as mulheres não são fixas e nem imóveis. Assim como as representações que constituem o imaginário, estas imagens mudam, também, de acordo com o período. É então, possível de acordo com Jodelet, “estudar a evolução das representações de uma imagem ao longo do tempo” (JODELET, 2001, p. 35).

Iniciou-se, assim o processo de feminização do magistério, e parte de um imaginário que se foi construindo sobre as mulheres, de sua missão de cuidar e educar as crianças. Constrói-se, assim, um discurso das autoridades governamentais, na perspectiva de inserir as mulheres na carreira docente.

Estrato do Relatório com que o Ex.º Presidente da Província [Aristides de Souza Spínola] instalou a sessão da Assembléia Legislativa do ano corrente: [...] A idéia de aproveitar as aptdões da mulher é tão sedutora em theoria quanto apreciável na prática. Hoje que desapareceu o systema da férula e do terror, o apostolado do magistério, todo de brandura, de paciência, de dedicação e de amor quadra mais a mulher do que ao homem. Aqui mesmo n'esta cidade o observador notará a diferença que vae entre a escola regida pela mulher e a regida pelo homem, apesar da insufficientissima educação da mestra (Jornal A Tribuna Livre n.º69, Ano 1879, p.1,2. IPEHBC).

Neste processo de feminização do magistério o que se destaca são os atributos tidos como “naturais”, construídos como próprios da mulher/mãe: o amor, o cuidado, a dedicação, a paciência, o sacrifício. Ou seja, estava-se construindo uma representação da professora, ligada à maternidade. E até mesmo a falta de qualificação da mestra – ‘da insufficientissima educação’ - citada pelo presidente Aristides de Souza Spínola (1878 -1881), deixou de ser relevante. Cabe aqui questionar: Seria esse o ideal de professora para a Província? Estariam os professores melhor preparados para o exercício do magistério? Ou seria apenas a desqualificação do aspecto intelectual da mulher, como reforço à representação construída da inferioridade intelectual feminina, compensada pela qualificação em ser mãe/professora como qualidades naturais das mulheres?

O mesmo presidente Spínola, em seu Relatório à Assembléia Provincial, no dia 4 de março de 1880, continua:

A comissão julga útil a criação de algumas escolas mixtas, que podem ser dirigidas por professores ou professoras. Essas escolas, dentro de certos limites compatíveis com os nossos hábitos, são vantajosas e econômicas. O anno passado disse n'este recinto algumas palavras sobre a conveniência de se aproveitar a aptidão especial da mulher para o preceptorado. É uma carreira modesta e nobilíssima, que ides abrir as vossas patricias, feridas, infelizmente, pela nossa legislação e pelos nossos costumes, de uma incapacidade tão infundada quanto injusta. Em um livro, que se

tornou popular no Brasil, por causa de uma edição que delle deu-nos, em língua vernácula, a typographia do Diario Official(Hippean – A instrução pública dos Est. Unidos), vem citadas, a respeito das professoras, as seguintes palavras de um superintendente das escolas de Nova-YorK:

‘A elevação de seu espírito se communica naturalmente aos educandos, que estão em relação quotidiana com ellas; graciosas, brandas e puras, ellas os tornão brandos, puros e graciosos. A mulher, muito mais penetrante que o homem, conhece melhor do que elle o coração humano e particularmente o dos meninos. Ella os mantem no dever pela affeição, melhor do que o fazem os professores com os seus regulamentos e systemas de repressão. As advertências ternas produzem mais effeito do que as ameaças e a fria lógica dos homens. Enfim, podemos estar certos de que todo o menino, educado por professoras capazes, sahirá de suas mãos cheio de sentimentos incompatíveis com uma existência viciosa; terá coração sensível, inclinações delicadas, espírito vivo e subtil.

Não tenho duvida de que o futuro será reconhecido aos imensos serviços que ellas terão prestado as nossas escolas.

(Memórias Goianas. Vol.13 – Relatórios dos Governos da Província de Goiás 1880 – 1881. Goiânia, Editora da UCG, 2001, p.35).

O discurso acima contém inúmeras representações, o presidente Spínola o inicia observando a conveniência econômica do magistério feminino, visto que, em várias vilas, arraiais e povoações as aulas estavam quase sempre no seu limite mínimo de funcionamento devido à quantidade de alunas, que variava segundo o regulamento vigente. Tornava-se mais econômico a junção das aulas e o pagamento de um único professor ou professora.

Mas ele adverte que devem estar dentro dos limites dos costumes da província, que via como um perigo moral a co-educação dos sexos. Muitos pais não aprovavam a educação feminina, pois o domínio da leitura e escrita pelas mulheres significava maior dificuldade de controle da disciplina e da moral do período. A referência aos limites implica, também, que as professoras não se deveriam esquecer das primeiras atribuições das mulheres – o casamento e a maternidade – e o exercício do magistério poderia ser representado de forma a se ajustar a elas, sem prejuízo aos cuidados familiares.

No Brasil, nos finais do século XIX, o positivismo e o higienismo haviam indicado que competia às mulheres a responsabilidade educativa das crianças, sendo essa proposta defendida vigorosamente nos meios políticos, científicos, religiosos, sanitários e intelectuais. Mas essa responsabilidade nunca deveria transpor as fronteiras do lar, nem ser objeto de trabalho assalariado. [...] O pressuposto da inferioridade biológica e intelectual das mulheres também levou o positivismo a considerar natural o alicerçamento dos homens no poder, baseando-se na diferença de ordem biológica entre os sexos, o que justificava a subordinação e a opressão femininas e seu alijamento da esfera pública (ALMEIDA, 2007, p.75).

Seguindo seu discurso, o presidente Spínola faz referência à obra norte-americana, que, devido às condições políticas e à prática do protestantismo, elege a alfabetização com uma estrutura adequada, como objetivo indispensável ao desenvolvimento da jovem nação.

Condições contrárias à estrutura brasileira. O texto utilizado por Spínola apresenta uma mulher idealizada com as características da doçura, graciosidade, brandura, pureza e do sentimentalismo, e que, como uma mãe espiritual, transformará seus alunos em exemplos de virtudes. As mulheres, como professoras, seriam as regeneradoras morais da sociedade: utilizando, como meio de transformação, o sentimento. Interessante é o contraponto com as características dos professores que utilizavam a lógica e a repressão no exercício do magistério, ou seja, o intelecto.

O magistério primário trazia em si esses dois determinantes: dava espaço para a inserção no mundo público e no trabalho assalariado e possibilitava definir numa profissão os espaços da maternidade canalizada no afeto para com os alunos. Dessa forma, viabilizavam um cruzamento entre o público e o privado, dentro das condições sociais apresentadas na época (ALMEIDA, 2006, p.142).

2.3.1 Resistência no Magistério Feminino na Província de Goiás

As primeiras professoras da Província, diante do modelo construído pela sociedade e legisladores, o da professora como a mãe espiritual, não provocaram nenhum confronto direto; ocuparam o espaço conquistado no mundo do trabalho remunerado. A partir dessa conquista, ampliaram seu poder sobre o espaço público com mais liberdade de locomoção, participação em eventos públicos e acesso ao conhecimento. Conquistas que passaram a ser referência para outras mulheres.

Adquirem o respeito da sociedade, por sua atividade docente. Portanto, saem da invisibilidade através de sua profissão. Passam a ser conhecidas como Mestras. Essas professoras abriram espaços e, aos poucos, sem preparo formal, com método de ensino próprio foram construindo um jeito de ser professora, muitas vezes longe daquela imagem idealizada.

[...] sobre a entrada das mulheres na escola primária pública, não se pretende esquecer a forma como o ensino representou para as mulheres que a ele se dedicaram não só uma forma de sobrevivência econômica, mas também a realização das suas aspirações à independência. Á expressão pessoal e a uma oportunidade de influenciar a comunidade em que viviam e trabalhavam (ALMEIDA, 2006, p.143).

Seguiam, pois, o exemplo, de uma das pioneiras do feminismo no Brasil, Nísia Floresta Augusta Brasil, que desde 1830 lutava pelos direitos das mulheres e conseguiu “transpor os obstáculos e vencer os preconceitos e a ridicularização pública por ousarem penetrar em um espaço considerado de exclusividade masculino”. Como professora, escritora

e militante feminista lutou com o propósito de formar e modificar consciências (SOIHET, 2008).

O discurso sobre as professoras aproximava o trabalho profissional no magistério ao de um sacerdócio, de uma missão. Ficaria, assim, explícita a vocação feminina, o dever sagrado de ensinar às crianças.

Essa ideologia, que conduz as mulheres ao magistério, foi construída de forma a aproximá-lo das atividades femininas domésticas, sem prejuízo dessas atribuições. Num primeiro momento, são as mulheres solteiras, as órfãs e as viúvas que vão, efetivamente, assumir a docência. Consolida-se, no imaginário social a representação da professora solteirona. Atividade criada como uma alternativa ao destino natural das mulheres como o casamento e a maternidade.

Além dessa construção idealizada da professora, era importante, para o poder vigente, assegurar o controle dessas mulheres que avançavam na esfera pública. Ou seja, era necessário manter certos limites que representassem riscos às normatizações sociais. O controle se dá mediante a desvalorização do magistério ou do ensino das primeiras letras, visto ser um campo crescentemente ocupado por mulheres ao longo do século XIX.

Guacira Lopes Louro chama a atenção para as “relações sociais de poder”. Nestas, os significados das representações não preexistem nas relações, mas eles têm que ser criados, e são criados socialmente. Em consequência, as representações se configuram num constante movimento de construção, desconstrução e reconstrução (LOURO, 1997, p.102).

Era constante a preocupação em manter a mulher sobre o controle masculino, e nisto os jornais tiveram um papel importante, “Não he a formosura e os loucos enfeites das modas e menos a dissipação do espírito o que constitui amável huma senhora, he sim sua honesta limpeza e seo modesto comportamento” (Jornal: A Matutina Meiapontense, nº 276, de 3 de Janeiro de 1832).

Em outro artigo no jornal a Tribuna Livre, o redator incentiva a educação para as mulheres, mas posteriormente alerta os homens sobre a situação,

De acordo com a Tribuna Livre, o papel da mulher de educadora de seus filhos obedecia às ‘leis naturais’ e ao Evangelho. Além disso, esse jornal liberal, pertencente aos Bulhões, defendia o trabalho feminino e uma maior educação da mulher, mas não devemos nos esquecer de que os Bulhões possuíam uma posição ambígua quanto à instrução feminina, ou seja, eles incentivavam o ensino superior destinado às mulheres e alertavam aos homens o perigo que isso representava para o poder masculino (RABELO, 1997, p.142).

Apesar do discurso, por parte das autoridades políticas e religiosas, que atribui ao magistério características de sacerdócio ou de uma missão, afastando-o da idéia de uma profissão remunerada, as professoras não silenciaram diante da falta de compromisso do poder público. São inúmeros os ofícios enviados aos inspetores, cobrando seus vencimentos ou os materiais necessários para o exercício da profissão, como mostram o primeiro e segundo documentos abaixo,

Inspetoria Parochial em Goyaz, 5 de Outubro de 1867.

Rogo a VS^a para providenciar de modo que seja satisfeito [legível] o pedido de 3 de Maio dos objetos pedidos para a escola de instrução primaria do sexo feminino desta capital, cujo fornecimento ainda não se completou, conforme acaba de [ilegível] a respectiva professora.

Deos Guarde a V.S^a

Inspector Paroquial

José Gouraga Socrate de Sá.

(CX.178 – Pacote 01 - Ano 1867 - Instrução Pública: Ofícios, Mapas. Arquivo Histórico Estadual-GO).

Professora D. Virginia Augusta Varella passa procuração para recebimento de seus ordenados vencidos como professora substituta da Villa de Jaraguá à Benedicto Rodrigues de Moraes. 1867 (CX.178 – Pacote 01 - Ano 1867 - Instrução Pública: Ofícios, Mapas. Arquivo Histórico Estadual-GO).

No documento abaixo, em resposta ao ofício recebido pela Professora Leocadia Antonia dos Santos, da Vila de Natividade, fica evidente sua tranqüilidade e até mesmo autonomia para expressar o motivo da baixa freqüência em sua escola. Demonstrando segurança quanto ao exercício de sua profissão; não se sentindo coagida diante do ofício das autoridades masculinas e hierarquicamente superiores, ela aponta uma causa para a baixa freqüência, causa esta, que já era do conhecimento das autoridades por ser costume local. Relata a pouca importância dada pelos pais aos estudos das filhas, as quais, assim que adquiriam os rudimentos iniciais da leitura e escrita, deixavam as aulas para se dedicarem junto a família aos trabalhos domésticos; garantia, muitas vezes, da sobrevivência.

Ilh.º Snr.

Acuso a recepção de Officio de V. [?] de 10 do andante, determinando-me que de Ordem do Snr. Inspetor Geral de instrucção da Província, de 7 de Setembro ultimo, haja eu de declarar por escripto, minuciosamente o estado da Aula que esta a meo cargo. Em resposta levo ao Conhecimento de V. I. que, quanto da minha parte, nada tem havido para que concorra para lamentação da mesma e se Ella não e mais bem freqüentada das alunnas, isto provem das mesmas alunnas, sumarrmente de seos Paes que assim permittem. E o que tenho a informar a V. I.

Deos Guarde a V. I.

Villa de Natividade 19 de Novembro de 1869

Leocadia Antonia dos Santos

(Caixa: 188 – Pacote 01 – Ano 1869 – Instrução Pública – Arquivo Histórico Estadual de Goiás).

2.3.2 Desvalorização Salarial – uma estratégia de desqualificação do magistério

A inserção das primeiras mulheres no magistério foi uma conquista relevante no contexto histórico da Província de Goiás, em 1832. E o discurso que afirma ser as mulheres as responsáveis pela desvalorização salarial do magistério, na Província de Goiás não procede, como revela a documentação consultada. A educação não foi vista como prioridade pelo governo monárquico brasileiro. Somente cinco anos depois da independência política, que os legisladores apresentaram a primeira lei para a instrução pública local. Até então, ainda vigoravam as leis portuguesas que não tinham, do ponto de vista econômico, nenhum interesse no desenvolvimento intelectual dos colonos. Portanto, desde aquele momento não existia uma política educacional.

Na Província de Goiás, o imposto destinado ao pagamento dos professores, Subsídio Literário, já se apresentava, desde 1790, insuficiente para pagar os professores, como podemos observar no registro abaixo:

A renda do Subsídio nessa época variava entre 500\$000 a 1:900\$000 réis anuais. [...] Cada ano que passava havia um déficit para se acumular com os dos anos anteriores. Enquanto existiu o imposto do Subsídio, não se permitiu que de outras rendas, chamadas “Rendas Gerais”, se lançasse mão para o pagamento de mestres. Aí começa uma prolongada penúria destes, que recebiam palas metades os seus ordenados, assim mesmo com grande atraso (BRETAS, 2001, p. 51)

O Mestre Régio, sem receber seus ordenados vencidos, se apresentava como uma figura miserável, acabrunhado, queixoso, desnutrido, neurastêmico, com fama de mal pagador. Não tinha condições morais para impor a disciplina e a seriedade convenientes ao aproveitamento dos seus discípulos. Incentivo não recebia; ao contrário, tudo colaborava para desestimulá-lo na sua nobre missão (BRETAS, 1991, p.86).

Quando, em 1834, ficou a cargo de cada província legislar sobre a instrução, o governo central não só descentralizou o poder mas também transferiu um problema, pois muitas províncias não tinham condições econômicas de administrar a instrução pública. É

importante lembrar que o governo só transferiu os gastos com a educação, visto que continuou com o controle político de todas as províncias.

Continua o problema na instrução, independente da condição de gênero, pela valoração dada à educação primária pública pelos governantes, em qualquer período cronológico da História do Brasil. Reafirmamos que a desvalorização salarial já era registrada pelos presidentes da Província e pelos próprios mestres, mesmo antes da inserção das mulheres na carreira docente.

Durante o período estudado em Goiás, os vencimentos e gratificações foram modificados de acordo com as leis de 1827 e de 1835 e os regulamentos da instrução pública. Variavam conforme o número de alunos, de 150\$000 a 240\$000 anuais, com a Lei de 1827. E com a Lei de 1835, conforme a localidade e o número de alunos entre 160\$000 a 240\$000 anuais.

Alguns dos critérios para essa variação foram a hierarquia dos municípios, o mestre ser vitalício ou interino, as condições de salubridade do local das aulas, etc. Recorremos a alguns relatórios do presidente da Província, Joaquim Ignacio Ramalho, para ilustrar a afirmativa acima, “Os ordenados dos Professores são muito limitados para compensar ao trabalho daquelles que tiverem a instrucção necessária, e se dedicarem seriamente as funções do seu cargo” [...] (Memórias Goianas. Vol.4, 1996, p.38). Assim, também o vice-presidente Antonio de Padua Fleury escreveu, em seu relatório de 1848, que

A Instrucção progride lentamente, e nem se pode esperar rápidos progressos, quando nos faltão os indispensáveis elementos para se habilitarem homens profissionais; e sufficientes Rendas para que os Professores tenham ordenados correspondentes aos serviços, que prestão à Província (Memórias Goianas. Vol.4 – Relatórios dos Governos da Província de Goiás 1845 – 1849. Goiânia, Editora da UCG, 1996, p.113).

Portanto, a inserção das mulheres no magistério não promoveu diretamente a desvalorização salarial de uma profissão que já não era bem remunerada, como atestam os documentos dos professores e dos próprios governantes. Vejamos o que conclui Abreu sobre os vencimentos dos professores:

Pelo volume de legislação expedida no período em torno dos ordenados dos professores, é perceptível que esta era uma questão que preocupava o governo provincial por vários motivos, dentre eles, podemos destacar: os ordenados dos professores eram baixos e estavam muito aquém das suas necessidades de sobrevivência; o pagamento dos ordenados era irregular e estavam sempre atrasados, e esses atrasos chegavam a ser de dois ou três anos; as rendas provinciais eram

insuficientes para pagar os ordenados dos professores, por mais reduzidos que fossem. Por isso o governo tentava adequá-los às condições provinciais (ABREU, 2006, p.149).

Quando se expandiu a instrução primária pública para o atendimento da população de baixa renda, na Província de Goiás do século XIX, incluindo crianças de seis anos de idade, para as meninas, e sete para os meninos, a estrutura econômica vigente desenvolveu a estratégia da desqualificação profissional e a diminuição dos vencimentos. Entretanto, no início do século XIX, era esse um caminho possível para as mulheres de “família” adentrar ao espaço público do trabalho remunerado. As mulheres das camadas desfavorecidas, por sua vez, já exerciam atividades públicas remuneradas: eram lavadeiras, engomadeiras, parteiras, quitandeiras, comerciantes e outras, como podemos observar,

Diz Anna do Espírito Santo viúva carregada de filhos, pobre, que Ella suplic. Tem uma venda onde dispõem suas quitandas, que He o único fundo que tem, e como a supl. Não tem meios para pagar o imposto de 6\$ e tem de requerer na thezouraria Provincial a importância deste fisco[?] nem alcança.

Pede [?] um attestado de sua pobreza pelo que espera.

Goyaz, 4 de Março de 1857.

(Cx.116 – Ano 1857 – Pacote 01 – Ação Fiscal – Documentação avulsa - Arquivo Histórico Estadual-GO).

Jose Ignacio de Azevedo, Professor do Lycêu desta capital e Juiz de Paz em exercício deste districto Attesto e [jurarei ?] sendo necessário que Senhora Anna Inocencia da Conceição He pobre, e assim mesmo sustenta, veste e se ocupa na educação de dous órfãos menores que por caridade tem em sua companhia, e que isso lhe é muito pesado pagar quaes quer impostos, como seja de casa bastante arruinada que possui na rua do Carmo desta Cidade.

Goyaz 18 de março de 1860.

Jose Ignacio de Azevedo

(Cx.133 – Ano 1860 – Pacote 01 – Requerimentos – Documentação avulsa – Arquivo Histórico Estadual-GO).

Pela leitura dos documentos acima, essas mulheres exerciam atividades remuneradas e públicas. A primeira, Anna do Espírito Santo, viúva, responsável pelo sustento da família, e possuindo um comércio – “venda” – onde vendia suas quitandas, mas certamente, por ser pouco rentável e ter muitos filhos para criar, pedia a isenção dos impostos. Já no segundo documento, a Senhora Anna Inocencia da Conceição, pedia igualmente isenção do imposto sobre o imóvel que possuía, sendo também, a única responsável para criar e educar dois menores. Isso demonstra que o trabalho, fora do ambiente doméstico, considerado sem qualificação, já era exercido por mulheres livres na Província.

O que surgiu, a partir de 1827, foi a possibilidade de um trabalho qualificado, saber ler e escrever era um diferencial que as classificava positivamente na escala social, visto que o

trabalho manual, mesmo remunerado, estava fortemente ligado à escravidão, o que o tornava um desprestígio social.

As professoras, com o pouco conhecimento que possuíam, estavam habilitadas a iniciar uma carreira profissional, certamente de grande orgulho pessoal e familiar. Podemos, também reconhecer o alcance dessa conquista, mulheres que, em 1832, recebiam o seu próprio ordenado, fruto de um trabalho intelectual, em uma sociedade que as via como um bem doméstico, prontas a se doar, mas com pouco a receber.

Em vários relatórios, os presidentes da Província, descreviam as dificuldades da instrução, os baixos recursos disponíveis, os baixos ordenados, a falta de inspeção, mas especialmente falava-se do despreparo dos professores e das professoras. Em 1839, o presidente D. Jose de Assiz Mascarenhas apontava, como solução, aulas de preparação para os mestres, mas, em seguida, descartava-as pela impossibilidade de aumentar as despesas com a instrução.

Em 1858, o presidente Francisco Januario da Gama Cerqueira, criou a primeira Escola Normal da Província, mas sua instalação ficou adiada pela falta de local apropriado. Depois de quase vinte anos, voltou-se falar no assunto, contudo, a falta de recursos para a instrução atravessou ou atravessa toda a história do Brasil, e os legisladores perceberam a impossibilidade de manter duas escolas secundárias, o Liceu e a Escola Normal.

Em 1882, através da Resolução nº676, de 3 de agosto: “Fica instituído no Lycêu desta Capital promiscuamente com o curso de instrução secundaria já existente, um curso normal para preparação dos professores de instrução primaria”. Nele se estabelecem as vantagens do professor normalista diplomado. Para a escola feminina de prática foi nomeada Silvina Ermelinda Xavier de Brito.

Não obstante, mudou o presidente e os seus sucessores não viam com bons olhos a junção do Normal com o Liceu. Somente no governo de Camilo Augusto Maria de Brito, em 1884, fez-se a inauguração, iniciaram-se as aulas com doze candidatos, sendo oito do sexo feminino. No ano seguinte o número de matrículas diminuiu, e, no Regulamento de 1886, foi extinta definitivamente a Escola Normal. Só se voltou a falar na Escola Normal em 1891 (BRETAS, 1991, p.323-325).

No recorte temporal da pesquisa, 1832 a 1887, nenhuma das professoras do período analisado tiveram acesso a Escola Normal. Ou seja, seus conhecimentos e métodos de ensino se deram no cotidiano. Ressaltamos o pioneirismo dessas mulheres professoras que, sem uma escolarização formal, adentraram e abriram as portas de uma carreira que se tornaria, com o

tempo, prioritariamente feminina. A luta política de outras mulheres, de outros tempos, deu prosseguimento a reivindicações de direitos e valorização do magistério feminino.

Às professoras leigas que iniciaram no magistério não lhes foram oferecidas nenhuma condição de aprimoramento. Portanto, falar de baixa qualidade das professoras e professores era reconhecer a própria omissão do governo em investimento na instrução pública. Questão que não era particular da Província de Goiás, na própria Corte, somente em 1880 fundou-se a primeira Escola Normal. Este problema, aliás, continua até os dias atuais, pois ainda encontramos em algumas regiões do Brasil, do século XXI, a figura da professora leiga.

SEGUNDA PARTE

3 AS PROFESSORAS DA INSTRUÇÃO PÚBLICA DA CIDADE DE GOIÁS POSSUEM HISTÓRIA?³

Escrever a história das mulheres, tornando-as visíveis, permite repensar os parâmetros que informam a interpretação histórica, possibilitando constantes reescritas dessa história com evidências de novos sujeitos, igualmente participantes do processo histórico, inseridos na trama social, política e econômica, porém, de forma até aqui pouco capturada. Como observou Jane Soares de Almeida (ALMEIDA, 2007, p. 215),

[...] conhecer o passado é uma forma de libertação. Isso justifica a pesquisa histórica. Destruir seus mitos é uma forma de crescimento. Estabelecer um diálogo com as fontes é tentar também compreender. Combater uma estrutura social que atribui destinos e determina funções em nome da manutenção de valores lesivos a outrem faz parte da idéia de liberdade que esse mesmo passado nos legou.

E nessa perspectiva, lembramos que as fontes, assim como a história, são construções, ou seja, uma das possibilidades de representação do passado, e que uma narrativa histórica nunca é neutra. Toda informação sobre as mulheres implica necessariamente em informações sobre os homens, porque assim é a organização da sociedade, uma constante relação entre homens e mulheres.

Todo o registro do desenvolvimento da instrução pública do século XIX, na Província de Goiás, foi feito por homens, está, portanto comprometido com seus valores e seu poder. As mulheres passaram, no entanto, a integrar as atividades públicas. A partir daí, devemos pensar como compõem a organização das relações de produção dessas fontes, pois, como afirma Maria Odila Leite da Silva Dias, sobre a escrita da história das mulheres anônimas

³ Recorro a Perrot para analisar essa questão: “Tudo depende do sentido que se dê à palavra “história”. A história é o que acontece, a sequência dos fatos, das mudanças, das revoluções, das acumulações que tecem o devir das sociedades. Mas é também o relato que se faz de tudo isso. As mulheres ficaram muito tempo fora desse relato, como se, destinadas à obscuridade de uma inenarrável reprodução, estivessem fora do tempo, ou pelo menos, fora do acontecimento. Confinadas no silêncio de um mar abissal. Em primeiro lugar, porque as mulheres são menos vistas no espaço público, o único que, por muito tempo, merecia interesse e relato. Elas atuam em família, confinadas em casa, ou no que serve de casa. São invisíveis. Em muitas sociedades, a invisibilidade e o silêncio das mulheres fazem parte da ordem das coisas. É a garantia de uma cidade tranqüila” (PERROT, 2007, p.16,17).

A memória social de suas vidas vai se perdendo antes por um esquecimento ideológico do que por efetiva ausência dos documentos. É verdade que as informações se escondem, ralas e fragmentadas, nas entrelinhas dos documentos, onde pairam fora do corpus central do conteúdo explícito. Trata-se de reunir dados muito dispersos e de esmiuçar o implícito (DIAS, 1995, p.13).

Partindo dessa idéia, fomos buscar vestígios de participação das professoras no cotidiano da vida social vilaboense e as encontramos no Gabinete Literário Goiano, criado em 21 de Abril de 1864 por Raimundo Sardinha da Costa. O gabinete tinha como objetivo ser um espaço de leitura e promoção cultural da capital, e, em pouco tempo, já em 1871, as mulheres ingressavam como sócias, participando das reuniões, elegendo diretorias e pagando as mensalidades, como os demais associados.

No Livro da Relação dos Sócios do ‘Gabinete Literario Goyano’, do ano de 1872, dos 90 associados, sete eram mulheres. Estão registradas no final da lista, depois dos sócios. Segue em anexo a lista completa dos associados, a seguir as mulheres, com o número 84- Sr.^a D. Anna Joaquina Marques Pitaluga, 85- Sr.^a D. Silvina Ermelinda Xavier de Brito, 86- Sr.^a D. Leonor Gertrudes Fialho dos Guimarães, 87- Sr.^a D. Francisca craveira de Sá, 88- Sr.^a D. Olympia Augusta de Bastos Jardim, 89- Sr.^a D. Luzia Serradourada Povôa, 90- Sr.^a D. Maria Cyriaca Ferreira (Grifos nossos).

Como veremos adiante, as professoras acima destacadas eram assíduas freqüentadoras da biblioteca, registrando mensalmente, um grande volume de obras retiradas como empréstimo e posteriormente devolvidas. Não foi possível localizar todos os livros de registro do Gabinete, mas entendemos que o número encontrado seja suficiente para se ter uma idéia das obras escolhidas pelas professoras, e o volume de leitura feita por elas. Interessante observar que existia uma coincidência na escolha dos livros que elas faziam, o que nos leva a acreditar que o Gabinete também era um local de encontro, conversas, comentários e indicações de obras.

No geral as obras escolhidas eram os romances, e no período analisado as professoras liam uma média de três obras por mês. Sabemos ainda que a escolha da diretoria constituía-se em um momento bastante festivo, com a presença de Bandas de Músicas e foguetes, que envolvia a comunidade (Secretaria de Estado da Cultura - GO – 1988).

Observamos que muitos sócios, igualmente recorriam aos romances, seriam para eles ou para suas esposas? Se fosse para as esposas, porque não estavam associadas e presentes nas escolhas dos livros? As professoras estavam presentes, escolhiam, participavam das atividades, certamente com um sentimento de vitória por mais um espaço social conquistado.

O hábito de ir ao Gabinete Literário⁴, neste período localizado numa sala junto ao Liceu de Goiás, levava as professoras ao encontro de outro espaço, externo ao seu local de trabalho, uma vez que as escolas funcionavam em suas próprias residências. Espaço diferente também do seu percurso à igreja, ou as visitas a familiares e amigas. Atividades corriqueiras em seus cotidianos como anota Anna Joaquina em seu Memorial:

Julho – 1º de 1884 (terça) dia 8 Lili veio da escola Normal com Lulu Baptista, denoite fui a novena.

Dia 20 de março de 1887- Nhola foi em caza de Silvina visitar Amélia.

Dia 13 de setembro de 1887 – Nhola foi vizitar Silvina, no Bacalhão.

Dia 17 de março de 1888 – Sabbado de Passos nós todos fomos ver prosição em caza de Silvina na Rua Direita. (Memorial de Lembranças de Anna Joaquina, p.100 – vol.1 – IPEHBC).

Enfim, o percurso; o espaço do Gabinete, predominantemente frequentado por homens; as conversas e o próprio mundo dos livros eram espaços para poucas. Neles, essas professoras interagiram e construíram um novo jeito de ser mulher na Cidade de Goiás do século XIX. Alargando o domínio de seu espaço físico e intelectual. E, conseqüentemente, conquistando uma melhor qualidade profissional.

Como apresentam os relatos sobre a Mestra Silvina, que depois de aposentada abriu sua escola particular e continuou na lembrança de pessoas ilustre da cidade, que fizeram questão de registrar a iniciação das primeiras letras com a “Velha Mestra”, como a apresenta Cora Coralina em suas poesias, e Victor de Carvalho sobre a professora do irmão, Hugo de Carvalho Ramos,

Hugo contava, então, seis anos. Entrou para a escola particular de D. Silvina Ermelinda Xavier ou, simplesmente, Mestra Silvina, que lecionava primeiras letras em sua própria residência na rua Direita, nº 13, prédio que lá existe ainda. Aí aprendeu o abc sob o olhar vigilante da professora que, às vezes, despertava a distração dos alunos com um longo caniço de junco. Severa, porém justa. Não admitia gracejos na aula (Carta de Victor de Carvalho à Cora Coralina em 1957. Gabinete Literário Goiano. Cidade de Goiás).

A vida profissional da primeira mulher a entrar no magistério público inicia-se com o seguinte documento:

Provisão a Maria Romana da Purificação para Mestra de Meninas desta Cidade, José Rodrigues Jardim, Cavalheiro da Ordem Imperial do Cruzeiro, Coronel das Ordenanças, e Presidente desta Província. Faço saber aos que a presente Provisão

⁴ Somente em 1921 o Gabinete passa para a Rua Couto Magalhães, nº 9, onde funciona até hoje.

virem, que tendo Maria Romana da Purificação Requerido ao Exmo. Conselho do Governo ser admitida a Exame de todas as matérias determinadas pela Lei de 15 de Outubro de 1827, em oposição a Escola de Primeiras Letras para Meninas desta Cidade, afim de se-lhe passar Título Vitalício, caso fosse aprovada; e sendo examinada perante o Exmo. Conselho, nas referidas matérias, de que obteve Aprovação: resolveu o mesmo Exmo. Conselho, em atenção a Sua boa conduta política, civil, e moral, a ter idade superior à exigida por Lei, ser viúva honesta e a única opositora que foi aprovada [...]

(Ministério da Fazenda, Assentamentos – Títulos e Provisões. Pacote - 842, 1828/1834, fls. 32-33 – Museu das Bandeiras. Cidade de Goiás).

Para esta pesquisa, o documento acima tem a relevância de mostrar o início da carreira docente feminina na Província de Goyaz, no ano de 1832. Seguindo o que determinava a Lei de 15 de outubro de 1827. Maria Romana da Purificação fez a inscrição ao concurso público para preenchimento da primeira cadeira de instrução pública para meninas, passou pelos examinadores, foi aprovada e recebia o título vitalício do presidente José Rodrigues Jardim.

O documento nos leva a questioná-lo, quando destaca, “sua boa conduta política, civil e moral”. À qual conduta política se refere? Sabemos que às mulheres do ano 1832, na Província de Goiás, não tinham participação política na esfera pública. Não tinham direito ao voto, não era comum sua participação em eventos políticos ou partidários. Seria a ausência em tais atividades o que lhes dava atestado de boa conduta? Por outro lado, a sua condição de “viúva”, lhe concedia alguns direitos, pelo costume local. Ser respeitada como chefe de família, resolver questões financeiras, assumir a administração dos negócios e prover a família.

Quanto à moral, estava diretamente ligada aos padrões estabelecidos pelo ideal masculino, herança de algumas características da família patriarcal, e à Igreja Católica. Determinava que a mulher seria dedicada exclusivamente à família, reservada ao espaço privado, dedicada aos trabalhos domésticos, aos cuidados dos filhos, submissa e obediente, inicialmente, ao pai e, posteriormente, ao marido.

As primeiras mulheres a reivindicar esse espaço profissional perceberam aí a oportunidade de exercer algum poder e sair da invisibilidade onde transitavam há décadas, seres amorfos, esgueirando-se pelas portas, como relatam os viajantes estrangeiros no Brasil do século XVIII e XIX (ALMEIDA, 2006, p.149).

Independente do modelo ideal construído, as mulheres se inseriram, permaneceram e se firmaram nesse novo espaço profissional, onde teriam a oportunidade de exercer algum poder e sair da invisibilidade, na qual viviam há séculos. As mulheres souberam, ao longo do tempo, aproveitar o espaço conquistado. Ampliaram o seu grau de instrução, especialmente com a abertura da Escola Normal em 1882, trabalhavam fora do lar com possibilidades

maiores de circulação pelo espaço público do que as demais mulheres. Contrapunham, assim, o discurso dos viajantes do início do século XIX que descreviam a “circulação das mulheres somente no silêncio da noite” (SAINT-HILAIRE, 1975, p.54).

Elas exerceram uma atividade remunerada. No contexto econômico da Província, o ordenado recebido era a garantia da sobrevivência da família, diferentemente do discurso construído de que o salário da mulher seria um complemento ao do marido.

Usufruíam de certas prerrogativas masculinas: participavam de reuniões, desempenhavam atividades burocráticas ligadas ao magistério, recebiam correspondências da administração pública, e as enviavam para ela, passaram a escrever artigos em jornais. Ou seja, ser professora garantia uma ampliação do espaço de atuação e de atividades. Essas primeiras professoras não se deixaram ser dominadas pela representação da mulher passiva, submissa, frágil, atuaram igualmente como seus colegas professores, por condições de trabalho, e de material para as aulas, mandavam constantemente ofícios falando dos pagamentos atrasados, faziam toda a escrituração exigida no magistério pelos inspetores de ensino. A própria imprensa mudou o discurso diante da persistência das professoras e passou a incentivar as iniciativas de instrução para as mulheres,

Nobres louváveis esforços congregam-se n'este momento para ampliar os meios de instrução às mulheres, n'esta capital. A iniciativa particular incumbiu-se d'esta obra meritória. A princípio poucos espíritos de escolha conceberam a idea; confirmaram-na depois a um circulo mais extenso; hoje a irradiação se propaga rapidamente em todos as direcções, já vão avultando os resultados práticos para a realisação do generoso empenho (Jornal: A tribuna Livre n.º33, p.2, 20 de Agosto de 1881. IPEHBC).

E o exemplo das professoras públicas passa a servir de modelo para outras mulheres que, como elas, queriam conquistar um espaço profissional, de acordo com sua capacidade e ambição intelectual,

Escola Particular

Duas senhoras, filhas de família, offerecem-se para ensinar, em sua casa, primeiras letras, princípios elementares da língua franceza, de geografia, e de musica, e trabalhos de agulha a menores de ambos os sexos. As pessoas que precisarem queirão dirigir-se as iniciais – A. M. L. – a esta typographia (Jornal: A Tribuna Livre Ano 1886 n.º61: p.4).

Pelo artigo acima, do jornal A Tribuna Livre, vemos que o magistério se transformava em oportunidade de trabalho para outras mulheres que, utilizando o próprio espaço doméstico, fizeram, sem grandes rupturas, a inserção no trabalho remunerado e visto como digno para

uma determinada camada social. Ofereciam além das primeiras letras, o Francês, Geografia e Música: conhecimentos específicos e bastante valorizados. Tidos como modelo de modernidade e próprios para as (os) filhas (os) da elite. As “duas senhoras, filhas de família”, destacam a importância da moral e do poder, características da sociedade vilaboense, baseada na oligarquia familiar. Utilizaram-se da estratégia da não identificação pública, ao escrever as iniciais dos nomes, o que está dentro da moralidade da época, a da mulher recatada. Porém, tomam a atitude de escrever um anúncio no jornal A Tribuna Livre, espaço pouco ocupado pela escrita feminina e oferecem seus serviços, para uma turma mista, o que caracteriza uma atitude de avanço.

Outro exemplo é de Pacífica Josefina de Castro, a Mestra Nhola, que abriu sua escola particular mista (1881). Era respeitada e admirada pela população local; obteve prestígio e reconhecimento no ensino de várias gerações. Demonstrou, através de seus vários alunos, seus conhecimentos e métodos eficientes de ensino, adquiridos em sua prática diária. Célia Coutinho Seixo de Brito demonstra, numa passagem da obra A Mulher, A História e Goiás, o poder de influência de Mestre Nhola diante de seus ex-alunos,

O General Custódio Dechamp Cavalcante foi seu aluno primário. Seu pai era também militar; indo servir em Vila Boa, proporcionou ao filho a oportunidade de estudar com ela. O ilustre general, seu ex-aluno votava-lhe consideração toda especial. Recebia, de sua parte, um pedido ou uma recomendação como ordem (BRITO, 1974, p. 74).

E o texto segue descrevendo o pedido de Mestre Nhola, que recomenda um jovem goiano ao General Dechamp, Comandante da Escola Militar do Realengo, Rio de Janeiro, no que foi prontamente atendida. Demonstração de afeto e gratidão à antiga professora de primeiras letras de Vila Boa.

Essas demonstrações de prestígio, lembranças, conquistas, encontradas dispersas nos documentos dos arquivos e jornais, nos mostram que essas professoras possuem histórias, construíram sua prática e passaram a ser referência para outras mulheres.

No recorte temporal adotado neste trabalho, 1832 a 1887, no espaço da Cidade de Goiás, atuaram cinco professoras públicas de primeiras letras. Todas elas tiveram sua formação inicial com a família. Desenvolveram seus próprios métodos de trabalho, ou seja, adquiriram seus conhecimentos sobre o magistério em suas práticas diárias.

Inicialmente apresentaremos as professoras de primeiras letras e o tempo dedicado ao magistério público. Algumas professoras, depois de aposentadas, abriram suas escolas particulares. Isto será posteriormente identificado e analisado cada um desses percursos.

Como já foi apontada acima, a primeira professora pública de primeiras letras, D Maria Romana da Purificação, trabalhou por vinte anos de 1832 a 1852. Em seguida, assumiu a única cadeira de primeiras letras para o sexo feminino da capital, por quatorze anos, Dona Angelica de Souza Lobo, de 1852 a 1866. Mestra Silvina Ermelinda Xavier de Brito assumiu em seguida, vinte e cinco anos de magistério público, de 1867 a 1892. Em 1884 a professora de Santa Luzia, Dona Maria Victoria de Moraes Brandão, foi transferida para a capital. Ao abrir a segunda escola feminina na capital, foi nomeada a Mestra Maria Cyriaca Ferreira, que fechou sua escola particular, e assumiu por mais vinte anos a escola pública, no período de 1869 a 1889.

3.1 MARIA ROMANA DA PURIFICAÇÃO

De acordo com Britto (1970, p.62), a professora nasceu em 8 de fevereiro de 1800. Foi batizada na Catedral de Sant'Anna de Goiás, pelo padre Joaquim Pereira Coimbra. Casou-se com o militar Marianno José de Araújo. Com quem teve cinco filhos, sendo quatro mulheres. Fato digno de observação, “quatro femeas”, quando D. Maria Romana, já viúva, foi pedir a pensão ao governo, pois no contexto: ter tantas filhas significava mais despesas e cuidados, sem a presença em curto prazo de um filho em idade de assumir a direção da família. Fato tradicional, no modelo patriarcal.

Em 9 de maio de 1830, fica viúva e, a partir das leituras dos documentos, podemos perceber as suas dificuldades financeiras, pois assume o sustento da família. Recorre ao pedido de pensão junto ao governo, visto ser, o marido, funcionário público e apresenta uma série de documentos que atestam a sua situação de pobreza.

Requerimento de Maria Romana da Purificação, que acompanhou o Officio Nº 6 dirigido á Secretaria da Guerra em 30 de Setembro de 1831, registrado á fl. 42 do Livro 3º de selhantes

Senhor: - Diz Maria Romana da Purificação, moradora na Cidade de Goyaz, Viúva de Marianno Jozé de Araújo, 1º Sargento da 1ª Companhia do Batalhão de Caçadores de 1ª Linha Nº 29, que o dito seu marido servia á Nação, e ao Estado por doze annos, nove mezes, e dezanove dias em diversas Diligencias importantes, especialmente da Fazenda Publica, na ultima das quaes, estando na Villa da Palma, á que tinha ido para arrecadar dinheiros daquella Administração faleceo á 9 de Maio de 1830, como tudo consta da Fé de Officio, Documento Nº 1º; sendo o comportamento do marido da Supplicante sempre tal como tudo deixa ver, Attestação Nº 2º, e só da penultima occazião, em que se recolheo da Diligencia das arrecadações, porque desencaminharão-se com o falecimento os Conhecimentos anteriores, o marido da Supplicante recolheo aos Cofres Publicos a quantia de 6:696\$259 reis, Documento Nº 3º, ficando a Supplicante pelo falecimento do dito seu marido reduzida a ultima desgraça com cinco filhos menores, e quatro destes femeas, por que elle nada mais possuia do que o Soldo, que tinha de Sargento, e com elle he que sustentava a Supplicante, e a seus filhos, vivendo todos juntos na maior

amizade, que podia haver, e a Supplicante se tem conservado com a mesma honra e honestidade; porem vivendo da piedade dos Fieis, sem meio algum de poder tratar as suas filhas, como tudo consta das Attestações, Documentos N° 4° e 5°; mostrando-se pela Certidão N° 6, que a Supplicante não recebe pensão, nem outro algum vencimento da Fazenda Publica. A vista pois de todo o expellido, e provado, a Supplicante fiada na Penorizade, e Beneficencia da Nação Brasileira, e do seo Illustrado Governo, humildemente implora a Vossa Magestade Imperial que Se-Digne Conceder a Supplicante, e as suas filhas hua pensão Vitalicia, ou gratificação ou Soldo, qualquer quantia que possa ser em consideração do Soldo de Sargento, que o marido da Supplicante percebia para poder a Supplicante subsistir com os ditos seus filhos menos opprimida de mizerias. – Pede a Vossa Mercê Se Digne Fazer a Supplicante a Graça que implora. – Espera receber mercê – Maria Romana da Purificação.

Os documentos abaixo atestam as atividades do marido, seus serviços prestados à Província.

Documento N° 1° - Fé de Officio do Capitam Commandante do Batalhão N° 29 Domingos Marques Lopes Fogaça, de 19 de Setembro de 1831, declarando ter assentado Praça o falecido Mariano Jozé de Araujo, a 14 de Outubro de 1816, e as diversas diligencias que fizera ate o seu falecimento a 9 de Maio de 1830; Sellada.

Documento N° 2° - Attestação do Coronel Commandante d'Infantaria de 2ª Linha, Felipe Antonio Cardozo, de 22 de Setembro de 1831, declarando as diversas diligencias que fizera o dito falecido Sargento em Arrecadação de Dinheiros da Fazenda Publica, abonando a conducta do dito falecido – Sellada.

Documento N° 3° - Conhecimento da Fazenda Publica, de 13 de Novembro de 1829, de 6:696\$259 reis, que o mesmo falecido entrava para os Cofres Nacionais, de Cobranças em diversos Arraiaes da Provincia – Sellada.

Apresenta também, declarações das autoridades religiosas de ter sido casada, condição que a qualificava positivamente, uma vez que a maioria das relações não era legitimada pelo casamento, o que causava insatisfação por parte da Igreja.

Documento N° 4° - Attestação do Exmo. e Rmo. Senr. Bispo desta Cathedral, de 27 de Agosto de 1831, declarando o estado de pobreza da Supplicante; abonando a conducta da mesma; carregada de 5 filhos menores; assignada e Sellada com o Sello das suas Armas, bem como a cota do Sello.

Documento N° 5° - Attestação do Rdo. Cura desta Cathedral Joaquim Vicente de Azevedo, de 31 de Agosto de 1831, certificando ter sido cazada a Supplicante com o falecido Mariano Jozé de Araujo; de cujo Matrimonio tivera cinco filhos, que se achão em companhia da Supplicante, vivem honestamente no estado de Viuvez e pobreza, Sellada.

(Correspondências e Requerimentos – Presidência da Província – 1828-1837. Requerimento à fl. 46-48, 1831. Ministério do Império/Museu das Bandeiras.).

Interessante notar a quantidade de documentos que foram necessários para ser atendido o seu pedido, porém, o fundamental era apresentar sua condição de viúva honesta e honrada, atributos essenciais para garantir a pensão reivindicada.

Diante da decisão do presidente José Rodrigues Jardim de abrir concurso para a cadeira de ensino primário feminino na capital, Maria Romana da Purificação toma outra importante iniciativa: fazer o exame para sua qualificação. Ela poderia exercer algumas atividades manuais próprias, naquele momento, às mulheres. Porém, ela tivera acesso à cultura letrada, através dos pais, o que a diferenciava da maioria das mulheres e a qualificava para uma atividade de grande prestígio social. Portanto, estava apta a prestar o exame e, a partir da aprovação, iniciar um longo percurso profissional, que iniciou em 1832 e foi até 1852. É o que o documento abaixo apresenta:

Provisão a Maria Romana da Purificação para Mestra de Meninas desta Cidade.

José Rodrigues Jardim, Cavalleiro da Ordem Imperial do Cruzeiro, Coronel Reformado das Ordenanças, e Presidente desta Provincia. Faço saber aos que a prezente Provizão virem, que tendo Maria Romana da Purificação Requerido ao Exmo. Conselho do Governo ser admittida a Exame de todas as materias determinadas pela Lei de 15 de Outubro de 1827, em opposição a Escola de Primeiras Letras para Meninas desta Cidade, afim de se lhe passar Titulo Vitalicio, Caso fosse approvada; e sendo examinada perante o Exmo. Concelho, nas referidas materias, de que obteve Approvação: resolveo o mesmo Exmo. Conselho, em attenção a Sua boa Conducta Politica, Civil, e Moral, a ter idade superior á exegida por Lei, ser viuva honesta e a unica Oppositora⁵ que foi approvada; e ter alem disso provado saber as prendas, que servem a economia domestica, Como exige a Citada Lei de 15 de Outubro de 1827; que se passa-se a dita Maria Romana da Purificação Provizão Vitalicia da mencionada Escola de Primeiras Letras para Meninas, Creádas nesta Cidade por Decreto de 25 de Outubro de 1831, Com o Ordenado de duzentos e quarenta mil reis, que lhe foi marcado pelo Exmo. Conselho do Governo em virtude da Referida Lei de 15 de Outubro de 1827; devendo solicitar a sua Confirmação pela Secretaria d'Estado dos Negocios do Imperio; em Conformidade das Ordens a respeito, e prestar perante mim o Juramento de estillo. – Em firmeza de tudo lhe mandei passar a prezente, que, sendo por mim assignada, Sellada Com o Sello das Armas do Imperio, e tendo pago os Competentes Direitos na Fazenda Publica, depois de registrada na Secretaria do Governo, na Junta da Fazenda Publica, e na Camara Municipal desta Cidade, terá seu inteiro vigor do dia em que abrir a Aula em diante, de que deverá apresentar á esta Presidencia, para perfeito Conhecimento, huma Certidão passada pelo Juiz de Paz respectivo, e outra á Junta de Fazenda, para se abrir a Competente Folha. O padre Feliciano José Leal a fez nesta Cidade de Goyas aos trese dias do mez de Setembro do Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oito centos e trinta e dous, Undecimo da Independencia, e do Imperio. Antonio Ferreira dos Santos Azevedo, Secretario do Governo, fiz escrever, e sobscrevi. = José Roiz Jardim estava o Sello das Armas do Imperio = Em virtude da Resolução do Exmo. Conselho do Governo de 6 de Setembro de 1832 = Registrada a fl. 84 verso do Livro [...] Secretaria do Governo de Goyas 15 de Setembro de 1832. Antonio Ferreira dos Santos Azevedo.

(Ministério da Fazenda, Assentamentos – Títulos e Provisões. Pct. 842, 1828/1834, fls. 32-33. Fundo Brasil Império, Museu das Bandeiras).

O documento abaixo é o termo de posse da primeira mulher da província de Goiás, a ocupar um cargo público na educação. Destaco aqui sua importância no sentido de dar

⁵ Candidata ao concurso

visibilidade ao início da história das mulheres na instrução pública. No dia 2 de outubro de 1832, inicia sua nova profissão.

Ministerio do Imperio. Cidade de Goiáz

Professora de Ensino Individual de Meninas desta Cidade, creado pelo Decreto de 25 de outubro de 1831.

Serventuarios

Ordenados

Por Provizão de 13 de Setembro

Pelo citado Decreto de 25

de 1832, passada pelo Exmo Pre-

de Outubro de 1831 vence por

zidente em Concelho em virtu-

anno 240\$000 =

de do Artº 18 da Carta de Lei

de 14 de Junho de 1831, foi nome-

ada Maria Romana da

Purificação. Tomou posse em

2 de Outubro de 1832.

(Assentamentos – Outros Ministérios 1834-1842, Ministério da Fazenda, pct. 848. Fundo Brasil Império, Museu das Bandeiras).

Atestado de Posse, e abertura da Aula da Professora de primeiras letras de Meninas desta Cidade, João José do Couto Guimarães, Cavalleiro da Ordem de Christo, Coronel de Melícias, e Juiz de Páz d'esta Parochia de Santa Anna de Goyaz. Certifico, que no dia de hoje, Maria Romana da Purificação, Professora da Escolla, de Meninas desta Cidade abriu á Sua Escolla, e Se acha já dando Liçoens á algumas Alunas, Como presenciei. Cidade de Goyaz 2º de Outubro de 1832. José do Coutto Guimarães.

(Ministério da Fazenda, Assentamentos – Títulos e Provisões. Pct. 842, 1828/1834, fls. 36. Fundo Brasil Império, Museu das Bandeiras).

A professora exerce seu trabalho, certamente, não indiferente aos olhares vigilantes da sociedade que vêem as mudanças provocadas pela primeira lei de instrução do Brasil. Costumes são desconstruídos, meninas saem de casa ao encontro de uma professora. Um novo cotidiano inicia na vida das professoras e meninas da Cidade de Goyaz. Não menos indiferente está o governo da província com a fiscalização do seu desempenho através de visitas e leitura dos relatórios da primeira professora, Maria Romana da Purificação, como mostra o documento abaixo:

Attesto que a atual Mestra de Meninas d'esta Cidade, Maria Romana da Purificação, athé o presente, tem exercido com muita assiduidade as funcções do seu Magistério: o referido He verdade, e por isso passo a prezente para constar, aonde convier. Goyaz, 3 de Janeiro de 1833. O Fiscal Antonio Joze de Castro (Cx. 92. Instrução Pública: Professores, 1823-1883. Arquivo Histórico Estadual-GO).

Mas o governo não estava preparado para os novos passos. Ao executar a lei para abrir escolas para meninas, não contava com o pagamento da profissional pelo trabalho desempenhado a contento, fiscalizado e aprovado pelo próprio governo através da figura do Inspetor Paroquial. A professora, depois de um ano de bons serviços, assiduidade e boa conduta prestados à comunidade, atestado pelos relatórios dos inspetores, implora por seu pagamento,

Diz Maria Romana da Purificação, Professora do ensino de Meninas desta Cidade, q'ella se vê vechada por falta de pagamento dos seus vencimentos, e em huma época tão critica por falta de viveres, e algum que há he por excessivo preço, e a Supplicante tem huma numerosa família; por isso implora a Vossa Magestade Imperial lhe mande dar hua quantia que possa suavisar a sua extrema precisão, levando-se em conta no pagamento que se lhe houver de fazer, pelo que. Espera receber mercê (Cx. 92 Instrução Pública: Professores, 1823-1883. Arquivo Histórico Estadual-GO).

Como resposta ela obteve: “A Supplicante será atendida em occasião oportuna. Goyaz, 19 de Janeiro de 1834” (Cx.92. Instrução Pública: Professores, 1823 – 1883 Arquivo Histórico Estadual-GO).

Prevalece a idéia de que o trabalho da mulher não precisava ser remunerado, uma vez que ser professora era uma doação. A cada ano Legislativo fazia-se a previsão dos gastos, e com certeza, na visão dos legisladores, a professora poderia sobreviver sem o seu ordenado. E faziam a previsão orçamentária baseados em outras prioridades que não a instrução feminina.

Podemos levantar algumas questões diante da situação da professora. O que a levou a permanecer por vinte anos no magistério diante de tantas dificuldades? Seria a consciência das dificuldades iniciais por ser a pioneira na profissão? Seria a obstinação em assegurar uma profissão, conquistada através do ineditismo de um concurso público? Seria a esperança da chegada de melhores tempos para a instrução?

Que seja tudo isso, ou outras questões, mas o certo é que Dona Maria Romana da Purificação construiu sua história na Cidade de Goiás, mostrou o seu poder de persistência e abriu caminho para outras mulheres que, como ela, tinham a ambição de ter uma profissão.

A professora, na conduta de sua nova profissão, inicia um diálogo com as autoridades responsáveis pela instrução através de ofícios, reuniões e vistorias dos inspetores. Tais atividades eram novas para as mulheres, pois elas viviam em um ambiente doméstico se relacionando quase exclusivamente com familiares.

Preciza-se para o expediente da Aula de Meninas desta Cidade de:

1 resma de papel

1 Parelho de tinta

Goiaz 2 de maio de 1835.

Maria Romana da purificação

Mestra de Meninas (Instrução Pública: Professores, 1823-1883. Ofícios e Ocupações/Ministério do Império. Museu das Bandeiras).

Comprei ao Negociante João Lourenço Pereira pelos preços seguintes:

Huma resma de papel [ilegível] Forte.....por 6\$600

Hum aparelho de tinta..... \$800

7\$400

Goiaz 4 de Maio de 1835

João Joze da Silveira Pinto (Instrução Pública: Professores, 1823-1883. Ofícios e Ocupações/Ministério do Império. Museu das Bandeiras).

Em 1852, D. Maria da Purificação aposenta-se, porém, como foi observado no primeiro ano de trabalho, o pagamento do ordenado não fora regular em todos os anos trabalhados. Mesmo depois de aposentada, a professora continua a reclamar pelos ordenados não recebidos.

Interessante observar que realmente D. Maria Romana da Purificação mostrou-se uma mulher dinâmica e determinada, ao ser a pioneira na instrução pública, ao não desistir de sua profissão mesmo com as dificuldades apresentadas e ao providenciar novas formas de ganho, como apresentou o recibo abaixo do ano de 1859.

Recebi do Snr. Inspector Geral dos Presidentes a quantia de 1\$320 reis, importância do aluguel de pasto feixado de duas noites de 13 animaes e d'uma outra de 7 a \$040 reis cada hum e todos pertencentes a tropa empregada na condução de gêneros e materiaes para o presídio de Santa Cruz, e por ser verdade mandei passar a presente em que somente me assignei.

Goyaz 29 de Abril de 1859

Maria Romana da Purificação (Ministério da Guerra – Presídios e Colônias. Vol. 22, Presídio de Santa Cruz: Despesas, Condução de material e pessoal para o Presídio. Fundo Brasil Império – Museu das Bandeiras. Cidade de Goiás).

3.2 ANGÉLICA DE SOUZA LOBO

Dona Angélica nasceu em 1818. Casou-se com o Capitão Gregório da Silva Abrantes. Encontramos somente o nome de um filho, Braz Abrantes. Seu marido faleceu em 3 de outubro de 1876, com 64 anos de idade.

A segunda professora a ocupar a cadeira de instrução pública feminina, Angelica de Souza Lobo, foi nomeada pelo presidente da Província, Francisco Mariani, em 6 de dezembro de 1852, aos 34 anos de idade. Trabalhou em sua escola na Paróquia de Sant'Anna,

substituindo a escola da professora Maria Romana da Purificação, até o dia 28 de maio de 1866, quando deixou o magistério.

D. Angelica de Souza Lobo

Professora de instrução primaria do sexo feminino desta capital. Por nomeação do Exmº Governo da Provincia de 6 de Dezembro de 1852 Vence o ordenado annual de quatro centos mil reis \$ 400\$000 (CX.150 – ANO1863 – Governo: Ofícios; Instrução Pública: Ofícios, Relatórios, Requerimentos. Arquivo Histórico Estadual-GO).

Não foi possível encontrar os documentos que localizavam, na Paróquia de Sant’Anna, as primeiras escolas. Na verdade, elas eram nas próprias residências das professoras. Geralmente, no primeiro cômodo da casa, reservava-se o espaço para receber as alunas, o restante da casa era ocupado pela família.

A professora, além de exercer suas atividades instrucionais, preencheu todos os relatórios mensais do ano de 1862 exigidos pelo inspetor de instrução, o que garantia, para o inspetor, qualidade na instrução. Na documentação, foi possível verificar sua organização e paciência no preenchimento de todos os relatórios mensais.

Quase todos os relatórios têm a mesma forma: a relação das alunas, o número de faltas, a justificativa, e um espaço para observação. Em abril de 1862, a professora tinha 37 alunas frequentes, três alunas com faltas, para as quais a professora escreveu “Diente”, e uma aluna com maior número de faltas para quem escreveu, “Sahio”. O relatório foi datado e assinado.

Relação nominal das alunas que freqüentarão a aula de instrução primaria d’esta Capital no mez de Abril do corrente ano.

Goyaz 9 de maio de 1862

A Professora

Angelica de Souza Lobo

(CX.144 - ANO 1862 – INSTRUÇÃO PÚBLICA, MAPAS, OFÍCIOS. Arquivo Histórico Estadual-GO).

Do presidente da Província ao inspetor paroquial da instrução pública, o discurso era o mesmo: a importância dada à educação, a consciência da desvalorização da (o) Professora (o), porém, sempre concluíam demonstrando a precariedade econômica da província. E durante todo o século XIX não conseguiram quebrar esse ciclo.

[...] A escola de meninas marcha regulamente, e a sua respeitável professora se esforça por dar as suas alunas uma educação e instrução conveniente. A escola porém precisa de muitos melhoramentos, tem falta de objetos essenciaes não só para o ensino das primeiras letras, como para o das prendas domésticas, que ali devem ser ensinadas. Conviria sobretudo habilitar a professora com os meios necessarios de alugar uma casa com os commodos convenientes ou então dar ela uma casa própria para o fim a que é destinada. Uma escola de meninas deve sempre ter duas divisões pelo menos – de leitura, escripta, e a do ensino das prendas domésticas; ora para isto exige-se pelo menos, uma sala espaçosa que receba a luz, igualmente, em todas as suas partes [...] um pedreiro bronco n'esta capital ganha muito mais que um professor de alguns lugares; um arrieiro tocando burros – tem um salário maior quase sempre do que – os mestres da mocidade - os homens destinados a preparar a geração futura (Relatório de 1863 da Câmara Municipal. Paço da Comarca Municipal em 2 de Março de 1863. Cx. 150 Ano 1863 Arquivo Histórico Estadual-GO).

A falta de compromisso com a educação e as constantes reclamações das autoridades, a respeito da precariedade financeira da Província, faziam com que os pagamentos permanecessem em atraso. Os baixos ordenados, em alguns períodos, são complementados com abono, o que fazia com que depois de anos de trabalho o ordenado não fosse alterado, estratégia do governo já no século XIX.

Palácio do Governo de Goyaz 24 de Fevereiro de 1862

Avista da informação constante de seo officio de 21 do corrente mez sob nº19 tenho resolvido que continue-se a abonar-se deste mez em diante a Professora da escola de meninas desta Cidade D. Angelica de Souza Lobo a gratificação annual de duzentos mil reis que lhe era paga pela verba subvenção e [tava] suspensa por ordem desta presidência de 14 de Junho do anno passado.

O que communico a [ilegível] para sua intelligencia e devida execusão.

Deos Guarde a [ilegível]

José Martins Pereira de Alencastro

(Cx.144 - Ano 1862 – Governo: officios, resoluções. Arquivo Histórico Estadual-GO).

Angelica de Souza Lobo faleceu em 23 de dezembro de 1887, na Cidade de Goiás, com 69 anos de idade. Foi sepultada no Cemitério Municipal e encomendada pelo Cônego José Xavier Serradourada.

3.3 SILVINA ERMELINDA XAVIER DE BRITO

Silvina Ermelinda Xavier de Brito, filha natural de Francisca Maria da Conceição, nasceu em 24 de fevereiro de 1848, aos 9 de março de 1848, foi batizada na Catedral de

Sant'Anna, sendo os padrinhos o Alferes Albino Álvaro de Faria da Costa e Silvina de Faria Costa.

Inicialmente, desenvolveu atividades manuais de costura e bordado, próprias do preparo familiar para o aprendizado das mulheres do período. D. Silvina aproveitou esse conhecimento e passou a comercializar seus trabalhos manuais, como atesta o recibo abaixo,

Recebi do Ilmo. Sr. Alferes Joaquim Vieira de Aguiar, Agente do Corpo Fixo desta Província, a quantia de oito mil e quinhentos reis, provenientes de feitos de quinze fronhas de babados a 500 reis cada uma e 25 guardanapos a 40 reis cada um e para clareza passei a presente.

Goyaz 28 de julho de 1860

São 8\$500 reis

Silvina Ermelinda Xavier de Brito

(Ministério da Guerra – Enfermaria Militar. Vol. 102, Material: Móveis e Utensílios, 1860. Fundo Brasil Império – Museu das Bandeiras. Cidade de Goiás).

Iniciou sua profissão de professora com 19 anos de idade, substituindo, por nomeação, a professora Dona Angelica. Como as demais professoras que iniciaram a instrução pública em Goiás, sua formação se deu com a família, e o magistério se firmou na prática do dia-a-dia, desenvolvendo seu próprio método de ensino.

Inspetoria Parochial da [ilegível] e em Goyaz, 24 de abril de 1867. Ilm.º Snr.

Tenho presente o officio de VS.^a de nomeação em que me communica, que S.Ex.^a o Sr. Presidente da Província, por decreto de 22 de abril do corrente, nomeou a D. Silvina Ermelinda Xavier de Brito Professora interina da escola de instrução primaria do sexo feminino desta capital. Por esta ocasião participo á V S.^a que nesta data a nomeada prestou juramento perante mim e entrou em exercício.

Coriolano Augusto de Loyola

Diretor Interino do Lycêu (Cx. 178 – Pacote 01 – Ano 1867 – Governo, Offícios, Relatórios. Arquivo Histórico de Goiás).

Dona Silvina passou a desenvolver um trabalho que, conforme ofícios encontrados, primavam pela dedicação à educação. Era solteira, morava com a mãe, Francisca Maria da Conceição (Francisca Maria Faria da Conceição Silveira), a irmã Amelia Xavier de Brito e o irmão José Xavier de Brito. Os relatórios atestam sua responsabilidade com a profissão. Passa a ser reconhecida por sua capacidade em alfabetizar as meninas, e recebe o carinhoso nome de Mestra Silvina.

Em 1869, as escolas continuavam com a mesma simplicidade de mobiliário e a total falta de material, contando apenas com o mínimo para o seu funcionamento, como atestam os vários ofícios enviados pela professora.

Ilmº Snrº

Tenho a honra de apresentar a V. I. o Mappa Geral da Primeira Escola Publica de instrucção primaria do sexo feminino, que enviou-me a Professora D. Silvina Ermelinda Xavier de Britto, bem como um pedido de vários objetos necessários para uso da mesma Escolla

Deos Guarde a VS.^a

Goyaz 20 de Janeiro de 1869

Antonio Jose Martins

Inspetor da Parochia da Capital

Porém, na maioria das vezes, o pedido não era atendido, visto o recurso necessário não estar previsto no orçamento anual. Mas as professoras não deixavam de expor, através de ofícios enviados aos responsáveis, a necessidade dos materiais indispensáveis para o desenvolvimento de suas alunas. Mesmo para as escolas práticas do Normal, com as quais o presidente objetivava a qualificação de professoras e professores para melhor desenvolvimento de seus ofícios, faltavam materiais.

Diretoria da Escola Normal de Goyaz, 17 de Junho de 1885.

ILm.º e Exº Senr.º

Tenho a honra de passar às mãos de V.Ex.^a a fim de que se digne transmittir a S. Ex.^a o Sernº Presidente da Província os inclusos pedidos do Professor e da professora das aulas pratica annexas a esta Escola, de objetos precisos para as referidas aulas. Deos Guarde a V. Ex.^a

O Diretor da Escola Normal

Jerônimo Roriz de Souza Moraes. (Cx. 359 Ano 1886 – Instrução Pública: Ofícios, Delegados Literários. Arquivo Histórico Estadual-GO)

Palácio do Governo de Goyaz, 27 de Dezembro de 1870

Acuso recebimento seo officio de hontem n.º 76 que acompanhou o contracto que essa Repartição tem de celebrar com Francisca Maria da Conceição, proprietária de prédio n.º11, sito no Largo do Chafariz d'esta cidade para arrendamento do mesmo prédio por três annos a fim de n'elle continuar a funcionar a 1ª aula de instrucção primaria do sexo femininno, em resposta tenho a dizer a Vm^{ce} que approvo as condições contidas no referido contrato.

Deos Guarde a Vm.ce

João Bonifacio Gomes Siqueira

(Cx. 194 pct.01 ano 1870 Governo: Offícios

Temos, através desse ofício, a localização da escola feminina da freguesia de Sant'Anna, local em que a professora trabalhou até sua escola ser transferida para o Liceu, como escola prática da Escola Normal em 1884.

Segundo o mapa demonstrativo elaborado pela comissão da Câmara Municipal, encarregada de fiscalizar as escolas da capital, em 1874, foram efetivadas 39 matrículas. Destas, 32 alunas eram frequentes. Sobre a escola da Mestra Silvina fizeram a seguinte observação:

Tem havido aproveitamento possível em relação a falta de livros próprios p.^a o ensino simultâneo não obstante a assiduidade e ser incansável a professora, a qual brindara os examinadores com os trabalhos d'agulha feitos pelas suas discípulas. Sahirao promptas o anno passado 20 até algumas no im.^{tos} au princípios apenas elementares d'aritmética e gramática portugusa (Cx. 236 Ano 1874 – Instrução Pública: Relatórios Arquivo Histórico Estadual-GO).

Em 15 de Outubro de 1881 foi publicado um outro quadro demonstrativo das escolas públicas de primeiras letras para o sexo feminino, com suas professoras e alunas matriculadas e frequentes. Na paróquia de Sant' Anna, a D. Silvina E. Xavier de Brito contava com 75 alunas matriculadas, sendo 70 frequentes (Relatório apresentado pelo Dr. Theodoro Rodrigues de Moraes. Governo Dr. Joaquim de Almeida leite de Moraes, 1881. Museu das Bandeiras). Isto comprova a mudança de mentalidade dos pais: eles levavam suas filhas para frequentar a escola. Percebe-se que é o número de alunas é bastante significativo, que a professora trabalhava com diferentes faixas etárias e graus de conhecimento.

Levando-se em conta a falta de material, a precariedade das instalações, o número de alunas e os relatórios, sempre afirmando o bom desempenho da professora, podemos destacar a capacidade profissional da Mestra, que sempre esteve envolvida com suas atividades do magistério.

Com a abertura do Liceu, para ali funcionar também a Escola Normal, medida tomada devido às dificuldades financeiras da província em subsidiar duas escolas secundárias, a escola de Mestra Silvina foi nomeada em 1884, como escola prática feminina da Escola Normal. Com o fechamento da Escola Normal, a escola de Mestre Silvina continuou a funcionar e, posteriormente, a escola feminina foi transferida para outro local, na Paróquia de Sant'Anna.

Inspectoria Geral da Instrucção Publica de Goyaz, 30 de Abril de 1886.

ILmº e Ex.^{mo} Senr.º

Tenho a honra de levar ao conhecimento de V. Ex.^a, que as escola de 1.^{as} letras para o sexo masculino e feminino annexa à extincta Escola Normal, e regidas pelo Professor Luiz Olintho de Amorim Godinho e pela Professora D. Silvina Ermelinda Xavier de Brito, continuão a funcionar no Lycêu desta cidade, até que os respectivos Professores encontrem casas em que ellas devão funcconar.

Deos Guarde a V. Ex.^a

Inspector Geral

Manoel Sardinha de Siqueira (Cx. 359 Ano 1886 – Instrução Pública: Offícios, Delegados Literários. Arquivo Histórico Estadual-GO).

No offício abaixo, o inspetor não forneceu a localização da escola. Mas constatamos que quando a professora abriu sua escola particular em 1893, o local onde passou a residir era a Rua Direita, número 13 (ver anexo), provavelmente seja o mesmo local.

Inspectoria Geral da Instrucção Publica de Goyaz, 11 de Maio de 1886.

ILmº e Ex.^{mo} Senr.º

Communicou-me o Delegado Literário da Freguesia de Sant'Anna desta capital que a Professora de 1.^{as} letras D. Selvina(sic) Ermelinda Xavier de Brito, no dia 8 do corrente mez alugou uma casa para n'ella funcconar a respectiva escola. O que tenho a honra de levar ao conhecimento de V. Ex.^a a quem Deus Guarde

O Inspector Geral

Manoel Sardinha de Siqueira (Cx. 359 Ano 1886 – Instrução Pública: Offícios, Delegados Literários. Arquivo Histórico Estadual-GO).

Em toda a pesquisa documental levantada, a tarefa do inspetor paroquial se restringia a fiscalizar a frequência e recolher os relatórios mensais feitos pelas professoras. Não propõem nenhuma solução e muitos deles, especialmente nas vilas, pouco acompanham o andamento das aulas. Não seria o ordenado dos inspetores melhor aproveitado na compra de objetos ou na melhoria dos ordenados das professoras e professores? Nessa tarefa infrutífera, o inspetor aponta algumas faltas da professora, em setembro de 1877, devido ao período de luto, em decorrência da morte de sua mãe, Dona Francisca.

Attesto que Sra D. Silvina Ermelinda Xavier de Brito, professra de 1.^{as} letras da freguesia de Sant'Anna desta cidade, cumpriu os seus deveres durante o mez de Novembro de 1876.

Goyaz 16 de Janeiro de 1877

O Inspector Parochial

Ramiro Pereira de Abreu

Attesto que Sra D. Silvina Ermelinda Xavier de Brito, professora de primeiras letras da freguesia de Sant'Anna desta cidade, foi freqüente no exercício de seu cargo durante todo o mez de Agosto ultimo, a excepção dos dias 8 a 14 do dito mez, enquanto esteve de' nojo⁶ Goyaz 10 de Fev. digo de Setembro de 1877

O Inspector Parochial Ramiro Pereira de Abreu (Cx.188 – Pacote 1 – 1869 – Instrução Pública. Arquivo Histórico Estadual-GO)

Devido às boas relações dos familiares, e respeito à conhecida professora, a morte de sua mãe, foi noticiada pelos jornais, como fez o Goyaz,

Faleceu a 21 de Abril de 1887, depois de longos soffrimentos a Exm.^a Sr.^a D. Francisca de Silveira, mãe dos nossos distintos amigos, Sr. capitão José Ignacio X. de Brito e das exmas. Sras. D.^a Silvina E. X. de Brito e Amélia X. de Brito. O enterramento teve logar no dia 21 as 8 horas da manhã e foi muito concorrido, as bandas de músicas União Goyana e do 2.º de Infantaria tocaram peças fúnebres até o cemitério. A redação desta folha comparte os pezares da distinta e Illustre família do finado (Jornal: Goyaz, n.º83 de 23 de Abril de 1887. IPEHBC).

Agradecimento

D. Silvina Ermelinda Xavier de Brito, Amelia Amiana Xavier de Brito e Amelia Augusta Gonzaga de Brito, José Ignacio Xavier de Brito e Francisco Victorino Xavier de Brito, agradecem cordialmente a todas as pessoas que fizeram o [ilegível] o obsequio de acompanhar até o cemiterio desta cidade o cadáver da sua sempre [ilegível], mãe e sogra Dona Francisca Maria da Conceição e participação aos parentes e amigos que terça-feira, 26 do corrente mez, mandão celebrar na Igreja da Boa-Morte, pelas 7 horas da manhã, uma missa com [ilegível] por alma da finada (Jornal: Goyaz, n.º83 de 23 de Abril de 1887. IPEHBC).

Outra atividade em que estava envolvida era o Gabinete Literário: suas reuniões, eleições e o contato com o mundo da leitura. Talvez seja esse o motivo de sua segurança e sucesso no magistério. Através da literatura ela conhecia o mundo e se aperfeiçoava enquanto profissional e abria espaço de convívio enquanto mulher. Mestra Silvina era sócia e assídua frequentadora do Gabinete Literário Goiano. A partir do ano de 1871, no livro demonstrativo do movimento da Biblioteca do Gabinete Literário, tem-se idéia da quantidade e das obras retiradas por Mestra Silvina. Seguem abaixo, as obras, datas de retirada e devolução:

-O Jogo da Morte – 8 – 27 de Dezembro de 1871

-1º vol da Condessa de Charny – 28 – 30 de Dezembro

-2º vol da Condessa de Charny – 2 de Janeiro – 8 de Janeiro de 1872

-5º vol da Condessa de Charny – 16 de Janeiro – 20 de Janeiro de 1872

⁶ Luto, no caso, pela morte de sua mãe.

- 6º vol da Condessa de Charny – 21 de Janeiro – 24 de Janeiro
- 7º vol da Condessa de Charny – 24 de Janeiro – 29 de Janeiro
- 8º vol da Condessa de Charny – 29 de Janeiro – 31 de Janeiro
- Guia do Deserto – 9 de Fevereiro – 19 de Fevereiro
- 1º a 3º vol dos Malditos – 24 de Fevereiro – 1º de Março
- 1º vol do Palácio de Niones – 8 – 12 de Março
- 2º e 3º vol do Palácio de Niones – 12 – 20 de Março
- 4º e 5º vol do Palácio de Niones – 20 – 26 de Março
- 3 vol. dos Mistérios do Povo – 29 de abril – de Junho de 1876
- Os Novos Mundo de [iliegível] de 1875 – 3 de Maio – 5 de Junho
- 1º vol. do Deus Dispõe – 20 de Junho – 3 de Julho
- 2º vol. Do Deus Dispõe – 3 – 18 de Julho
- 2º tomo da Bruxa de Madrid – 1º - 16 de Julho
- 2º vol. Do Universo Pitoresco – 18 – 19 de Julho
- 3º vol. Do Universo Pitoresco – 19 – 27 de Julho
- 2º vol. Do Mateiro – 16 – 17 de Agosto
- 3º vol. Do Mateiro – 17 – 19 de Agosto
- 1º e 2º vol. Do Tribunal Secreto – 24 – 14 de Setembro
- 1º vol. Do Diabo na Corte – 18 – 21 de Dezembro
- 2º vol. Do Diabo na Corte – 21 – 26 de Dezembro
- 1º, 2º e 3º tomo de Maria Filha do Jornaleiro – 2 – 5 de Janeiro de 1877
- 2º e 3º vol. Dos Escolhidos e Reprobos – 23 – 14 de Fevereiro
- Livro 6 – Gabinete Literário de Goyaz – Ano 1892:
- 1º 2º e 3º vol. Inferno de Paris – 10 – 12 de Outubro
- 1º e 2º vol. Marco Túlio – 11 – 12 de Outubro
- 1º 2º e 3º vol. Cap. Remy – 12 – 13 de Outubro
- As Duas Irmãs – 13 – 17 de Outubro
- 1º 2º e 3º A vida Infernal – 17 – 28 de Outubro
- 1º ao 7º vol. Patos de Harburgo – 27 – 31 de Outubro
- 1º e 2º vol. Abubis de Paris – 31 a 8 de Novembro
- 1º a 3º vol. A Padeira – 8 – 16 de Novembro
- O Ermitão do Muquem – 15 – Novembro – 12 de Dezembro
- Pata da Gazella – 16 – 18 de Novembro

- Rio do Quarto = B= - 18 – 21 de Novembro
- 1º e 2º vol. Torre Velha – 21 – 29 de Novembro
- Rainha das Trincheiras – 29 -7 de Dezembro
- 1º a 3º vol. Grelhetas – 7 – 9 de Dezembro
- Mademoizelle de Manpim – 9 – 10 de Dezembro
- Muraveis de Lodres – 17 – 27 de Dezembro

Ao final de cada ano letivo, as escolas passavam pela fiscalização do governo, através do exame, para o qual era formada uma banca composta por autoridades, a fim de verificar os conhecimentos das (os) estudantes. Era uma forma de avaliar os alunos, e a professora. Esse ritual se transformava em um momento de muita ansiedade para as alunas, pois seriam verificados seus conhecimentos e classificadas conforme a aprendizagem.

Termo de Exame

Instrução Pública – No dia 10 d'este, procedeo-se na escola pública primária de sexo feminino da freguesia de Sant'Anna desta capital, os exames das alunas da mesma escola, dando o resultado seguinte: em todas as matérias do curso primário as alunas da mesma: Maria Carlota da Silveira, Anna Elentério de Andrade, Umbelina Q. Martins e Augusta A. Costa; em leitura e trabalho d'agulha a aluna: Hermelinda Hermedina da Silva; em doutrina e contabilidade e trabalhos de agulha Rita Cassiana X de Barros, Anna Josephina da Luz Azeredo em leitura e doutrina, em escripta e leitura: Joaquina Silveira Marianna Socrátes de Sá e Anna Pereira de Abreu em leitura e contabilidade; Verissima Alves da Costa, em leitura e doutrina. Em contabilidade e trabalhos d'agulhas Maria Eugenia Mendes, em leitura e doutrina e trabalhos d'agulhas; Josepha M. Conceição e Maria Tomázia de Souza em leitura; Maria da Luz Azeredo e Margarida Domingas das Graças, em leitura e doutrina. Os exames forão presididos pelo Inspector Parochial e por uma comissão composta por: D. pacífica Josephina de Castro, João Fleury de Amorim, Antônio luiz de Castro e a Professora da mesma escola D. Silvina Ermelinda X. de Brito (Correio Official. N.º 88 Anno 1879 – 24 de dezembro, p. 03. Gabinete Literário, Cidade de Goiás).

A jornada de trabalho de Mestre Silvina não era tarefa fácil e, em 1887, pede, no que é atendida prontamente, cinquenta dias de licença para tratamento de sua saúde. Diferentemente de outras licenças concedidas, o próprio inspetor determina que continue a receber seu ordenado no período de licença, visto seu precário estado de saúde.

Officio do Inspector geral da instrucção publica; communicando que a professora da escola primaria da freguesia de S. Anna da capital d. Silvina Ermelinda Xavier de Brito entrou a 24 do corrente no gozo da licença de 50 dias para tratamento de sua saúde e que foi designada para reger a escola durante seo impedimento d. Priscilliana Florambel da Conceição, que a'quella data entrou no exercício. A thesouraria provincial para os fins convenientes (Jornal: Correio Official n.º37 – 4 de outubro de 1887, p. 2. IPEHBC).

Na poesia de Cora Coralina, (Cânticos Excelso, Menina Mal-Amada e Mestra Silvina) o sentido da sensibilidade, da gratidão à professora, Mestra Silvina Ermelinda Xavier de Brito, que depois de vinte e cinco anos dedicados à instrução pública das primeiras letras, abre sua escola particular. Ali inicia uma outra jornada ensinando aos filhos e filhas de suas ex-alunas, utilizando as palavras de Cora Coralina, no ofício de “abrir mentes, dar confiança a meninos e meninas que ninguém acreditava”,

Mestra Silvina

Vesti a memória com meu mandrião balão

Centrei nas mãos meu vintém de cobre.

Oferta de uma infância pobre, inconsciente, ingênua,

Revivida nestas páginas.

Minha escola primária, fostes meu ponto de partida,

dei voltas ao mundo.

Criei meus mundos...

Minha escola primária. Minha memória reverencia

minha velha Mestra.

Nas minhas festivas noites de autógrafos, minhas

colunas de jornais

e livros, está sempre presente minha escola primária.

Eu era menina do banco das mais atrasadas.

Minha escola primária...

Eu era um casulo feio, informe, inexpressivo.

E ela me refez, me desencantou.

Abriu pela paciência e didática da velha mestra,

cinquentanos mais do que eu, o meu entendimento ocluso.

A escola da Mestra Silvina...

Tão pobre ela. Tão pobre a escola...

Sua pobreza encerrava uma luz que ninguém via.

Tantos anos já corridos...

Tantas voltas deu-se a vida...

No brilho de minhas noites de autógrafos,

Luzes, mocidade e flores à minha volta, bruscamente a

Mutação se faz.
 Cala o microfone, a voz da saudação.
 Peça a peça se decompõe a cena,
 Retirados os painéis, o quadro se refaz,
 tão pungente, diferente.
 Toda pobreza da minha velha escola
 se impõe e a mestra é iluminada de uma nova dimensão.
 Estão presentes nos seus bancos
 Seus livros desusados, suas lousas que ninguém mais vê,
 meus colegas lembrados.
 Queira ou não, vejo-me tão pequena, no banco das atrasadas
 E volto a ser Aninha,
 aquela em que ninguém
 acreditava.
 (CORALINA, 2007, p. 129).

3.4 MESTRA MARIA CYRIACA FERREIRA

Maria Cyriaca Ferreira inicia na profissão de professora com sua escola particular, devidamente autorizada pelo governo.

Secretaria do Governo de Goyaz 7 de Dezembro de 1863

ILmº Snr

D'ordem do [Ilhm e Exº Snr] Presidente da Provincia comunico a [?] que por acto desta data S. Exª julgou a D. Maria Ciriaca Ferreira Habilitada para exercer o magistério particular de instrução primaria e concedeu-lhe licença para abrir nesta capital escola de primeiras letras do sexo femminino, e nomeou para professor interino da escola de primeiras letras da Villa de São Domingos Manuel Ribeiro de Freitas para a de Natividade o Padre Joaquim Gomes de Freitas, cujo título são enviados a Directoria das Rendas Provinciais.

Deos Guarde a [SM]

Francisco F[ilegível] A [ilegível]

(Cx.150 – ANO 1863 – Governo: Offícios, Representação provincial - Instrução Pública: Offícios, Relatórios, Requerimentos. Arquivo Histórico Estadual-GO).

Em 1º de janeiro de 1869, foi nomeada como professora pública, na Paróquia do Carmo, para a segunda escola na Cidade de Goiás, onde exerceu a profissão até 1889.

Inspeccoria Geral da Instrucao Pública da Província de Goyaz em 5 de outubro de 1868.

Ilhm e Exm Snr

Tenho a honra de communicar a V. Ex para fins convenientes, que Maria Ciriaca Ferreira entrou em data de hontem no exercício do Cargo de professora interina da segunda escolla publica do sexo feminino desta Capital, para a qual foi nomeada por V. Ex.

Deos guarde a V. Ex

Inspector Geral interino

Vicente Moretti Foggia

(Cx.184 – Pacote 1 Ano 1868 – Instrucao Pública. Arquivo Histórico Estadual-GO)

Palacio do Governo de Goyaz 30 de setembro de 1870

Por Acto d’esta data nomeei a Professora interina da segunda escolla de instrucao primaria do sexo feminino desta cidade D. Maria Cyriaca Ferreira Professora vitalícia da mesma escola, visto que, em conformidade do disposto na Resolucao n 439 de 9 de Agosto de 1869, o seu tempo de effectivo exercício é contado de 7 de Dezembro de 1863. O que communico a Vm.^{ce} para seu conhecimento e para mandar fazer no assentamento da dita Professora as competentes notas.

Deos Guarde a Vm.^{ce}

Ernesto Augusto Pereira

(Cx.194 Pacote 1 Ano 1870 – Governo: Offícios. Arquivo Histórico Estadual-GO).

A existência de duas escolas femininas funcionando na capital, a partir de 1869, significou uma enorme vitória para as professoras, que viram seus trabalhos reconhecidos, e para as meninas, que teriam mais facilidade no deslocamento para a escola. Colaborou também para a conscientizacao dos pais da necessidade de oferecer oportunidade de aprender a ler e escrever, também, para as filhas.

A mesma comissão da Câmara Municipal encarregada de fiscalizar e acompanhar os exames de final de ano, depois de avaliar a escola da freguesia de Sant’Anna, passou a avaliar a escola de Mestra Cyriaca da freguesia do Rosário, onde constataram a frequência de 43 alunas das 47 matriculadas. Fizeram a seguinte observacao,

Apesar de algumas faltas de livros mais clássicos e modernos como se espera da generosa offerta do D. Abilio vai fazendo o que pode com a assiduidade e zelo com que dirige as suas alunas que mostram ter adiantamento. Como a Professora da Freguesia de Sant’Anna. Brindaram por ocasio dos exames, ao Insp.^{os} Parochial e os examinadores, com trabalhos de agulhas manufacturados pelas suas discípulas. Declarou esta Professora faltar-lhe alguma mobília, cousas e compêndios. Goyaz, 28

de Fevereiro de 1874 (Cx. 236 Ano 1874 – Instrução Pública: Relatórios Arquivo Histórico Estadual-GO).

Abaixo o relatório de um exame de final do ano letivo de 1877, na escola de Mestra Cyriaca.

Termo de Exame

Instrução Publica – sexo feminino – Parochia do Rosário da Capital

Aos onze dias do mez de Dezembro de 1877, nesta escola pública estabelecida na freguesia de Nossa Senhora do Rosário, município da capital, reunidos sob a presidência do inspector parochial o senhor José Rodrigues Jardim, os examinadores a Exm.^a Sr.^a D. Teollinda Teixeira Alvares de Azeredo, e Srs. João da Silva Pinto e Virgílio Guadie Fleury e a Professora Maria Cyriaca Ferreira por esta feita a chamada das sessenta e cinco alunas matriculadas e verificando-se estarem presentes quarenta, deu-se começo dos exames na forma do artigo 30 do regulamento de 1º de Janeiro de 1869. Sendo examinadas as alunas cada uma por vez nas respectivas classes, a comissão examinadora aprovou as alunas da 5ª classe, considerando em 1º lugar em escripta Lucilia Estelita de Azeredo e Mariana de S. Lima, em 2º lugar Rita D. Teixeira, Maria Xavier de Almeida, Benedicta Alvares de Nazareth, Maria Vicência Correa e Anna D'Abbadia Xavier de Barros, em 3º lugar Virgínia F. de Andrade. Em leitura 1º lugar Rita Duarte Teixeira, em 2º lugar Maria Xavier de Almeida, Maria Vicência de Azevedo, Anna D'Abbadia Xavier de Barros, Maria Vicência Corrêa, Lucilia Estelita de Azeredo e Mariana de S. Lima, em 3º lugar Virgínia Fernandes de Andrade. As da 4ª classe em escripta, em 1º lugar Joanna Francisca marques, Benedicta Eugênia do Nascimento, Constança Alves da Costa e Prinia Maria Marques, em 2º lugar Maria Felippa de Brito, Anna maria Rodrigues Martins e Joaquina do E. Santo Correa e Anna Alves da Costa. As da 3ª classe, iguaes em escripta Felisberta da Silva, Maria das Neves Maya e Maria Eugenia da Maya. Em leitura em 1º lugar Felisberta da Silva, Maria das Neves da Maya e Maria Eufêmia da Maya. Em contabilidade as alunas da 5ª classe forão consideradas no mesmo grão até a divisão, assim como em doutrina. Em trabalhos de agulha, em 1º lugar Prima Maria Marques, Benedicta Antônia Rosa e Joaquinna Fracisca Marques, em 2º lugar Maria Felippa de Brito e Anna Maria Rodrigues Martins. Em doutrina, Joaquina do E. Santo Corrêa, Benedicta Eugênia do Nascimento, Joaquina F. Marques e Hypolita Pereira dos Santos. Eu Maria Cyriaca Ferreira, professora lavrei o presente termo, que vai assignado pelo Sr. Inspector parochial e mais membros da comissão examinadora – o inspector parochial José Rodrigues Jardim, João Caetano da S. Pinto, Virgílio Guadie Freury, Teollinda Teixeira Alvares de Azevedo, Maria Cyriaca Ferreira (Correio Official. Anno 1878 – 16 de Janeiro, p. 03. Acervo Gabinete Literário, Cidade de Goiás-GO).

No mapa geral da instrução pública da Província, na Paróquia do Rosário, no ano de 1879, na escola da professora vitalícia, Mestra Cyriaca, estavam matriculadas 180 alunas, sendo frequentes 55, o que comprova o inspetor Andre Ferreira Rios (Cx. 294 Ano 1880 Instrução Pública: Relatórios. Arquivo Histórico Estadual-GO). No quadro elaborado sobre o número de alunas frequentes, apresentado em 1881, na freguesia do Rosário, D. Maria Cyriaca Ferreira tinha 68 alunas matriculadas e 50 frequentes (Relatório apresentado pelo Dr. Theodoro Rodrigues de Moraes. Governo Dr. Joaquim de Almeida leite de Moraes, 1881.

Museu das Bandeiras). Estes dados demonstram que as escolas femininas já estavam incorporadas ao cotidiano das famílias, e as professoras eram respeitadas como profissionais.

Mestra Maria Cyriaca também era sócia do Gabinete Literário desde 1871, ou seja, assim que foi aberto às mulheres, e, assim como Mestra Silvina, era assídua frequentadora, participava das reuniões e dos empréstimos dos livros, como revelam as obras abaixo, com a data de retirada e a de devolução,

- 1º 2º e 3º tomo da Filha de um Jardineiro – 25 de Março – 15 de Abril de 1876
- 1º tomo da Torre Velha – 22 de Julho – 3 de Agosto
- As Grandes Invenções – 27 de Julho – 1º de Agosto
- 1º tomo da Bruxa de Madrid – 14 – 18 de Julho
- 2º tomo da Bruxa de Madrid – 18 – 26 de Agosto
- 3º tomo da Bruxa de Madrid – 24 a 31 de Agosto
- A Escrava Izaura – 31 a 7 de Setembro
- 1º 2º e 3º vol. do Inferno de Paris – 7 a 24 de Setembro
- 1º e 2º vol. dos Mosqueteiros – 25 a 7 de Outubro
- As Manhas da Avó – 20 a 21 de Outubro
- Segunda Mocidade do Ruy Henrique – 21 – 8 de Novembro
- O Cavalheiro de Cara Vermelha – 8 – 9 de Novembro
- 1º vol. do Diabo na Corte – 9 a 13 de Novembro
- 2º e 3º vol. do Diabo na Corte – 13 a 11 de Dezembro
- 1º e 2º tomo de Marquesa Ensanguentada – 12 – 20 de Dezembro
- 3º vol. dos Dramas de Paris – 20 a 20 de Dezembro
- 1º e 2º vol. do Diamante do Comendador – 20 a 24 de Dezembro
- A [ilegível] do Inferno – 24 de Dezembro a 7 de Janeiro de 1877
- 1º e 2º vol. do Deus Dispõe – 3 a 18 de Janeiro
- 1º e 2º vol. dos Mistérios de Lisboa – 18 a 9 de Fevereiro
- 1º e 2º tomo de Nodô de Sangue – 9 a 23 Fevereiro
- [?] de Bingos – 18 a 28 de Fevereiro
- 1º e 2º vol. Rei da Itália – 19 janeiro – 5 de Fevereiro de 1887
- Russia Vermelha – 5 de Fevereiro – 14 de Fevereiro
- Escola dos Robinson – 14 de Fevereiro – 22 de Fevereiro
- História de um Homem – 22 de Fevereiro – 2 de Março

- 1º a 4º vol. Corina – 2 de Março – 2 de Março
- A Torre Infernal – 2 de Março – 18 de Março
- História da Meia Noite – 18 de Março – 23 de Março
- Eurico – 23 de Março – 31 de Março
- Flor do Martyrio – 31 de Março – 15 de Abril
- 1º a 3º vol. Amor dos Amores – 15 de Abril – 11 de Maio
- 1º a 3º Inferno de [ilegível] – 11 de Maio – 2 de Junho
- Perdição da Mulher – 2 de Junho – 5 de Julho
- 1º e 2º vol. A Aventureira – 5 de Julho – 20 de Julho
- Feiticeira das Águias – 20 de Julho – 25 de Julho
- 1º a 3º Libertinos e Compradores – 25 de Julho – 16 de Agosto
- Engenheiro [ilegível] – 16 de Agosto – 23 de Agosto
- Memórias de uma Favorita – 23 de Agosto – 15 de Setembro
- 1º e 2º vol. As duas Irmãs – 21 de Setembro – 21 de Outubro
- 3º vol. As duas Irmãs – 15 de Outubro – 21 de Outubro
- Lúcia Ávila – 21 de Outubro – 25 de Outubro
- 1º e 2º vol. Julia – 25 de Outubro – 26 de Outubro
- 1º a 3º vol. O Italiano – 26 a Outubro – 17 de Novembro
- 1º a 4º vol. Adelina e Theodoro – 11 de Novembro – 15 de Novembro
- 1º a 7º vol. Pastor de Hamburgo – 15 de Novembro – 3 de Dezembro
- 1º a 3º vol. O Abade – 3 de Dezembro – 15 de Dezembro
- 1º e 2º vol. Diamante do Comendador – 15 de Dezembro – 21 de Dezembro
- 1º a 3º vol. S. Majestade e Dinheiro – 21 de Dezembro – 9 de Janeiro de 1888.

Em todos os livros de registros encontrados no Gabinete, era imensa a quantidade de empréstimos feitos pela professora, e estes seguiam numa frequência de três a quatro volumes por mês. Importante observar que as professoras fizeram parte do primeiro grupo que se associou ao Gabinete e que fazia da leitura uma atividade diária em suas vidas. A abertura do Gabinete trouxe novas possibilidades a essas mulheres, e elas souberam aproveitá-las conjugando o magistério com a literatura. Certamente foi um ganho profissional e pessoal, para as professoras especialmente.

A escola da Mestra Cyriaca é aberta sem os assentos para as alunas. Insistentemente ela encaminha ofícios. Os pedidos eram encaminhados para a Secção da Tesouraria da

Fazenda Provincial de Goiás, analisados pelo chefe Pedro Luiz Xavier Brandão, que verificava o orçamento, mantinha controle sobre material e respondia via ofício sobre a viabilidade de entregar o material. O fato se complicava quando a escola era aberta, como no caso da segunda escola do sexo feminino, da capital, sem os móveis. Neste caso, a professora teria que improvisar assentos para as alunas, durante um ano. Mestre Cyriaca prefere fazer isto a ter que abrir mão do espaço conquistado. Além das dificuldades das mulheres adentrarem numa nova profissão, ainda tiveram que improvisar, diante da omissão das autoridades, para resolver o essencial na instrução.

1-Precisa a segunda Aula de instrução primária do sexo feminino desta Capital:

1 Carteira e os Bancos

Goyaz 14 de fevereiro de 1870

A professora Maria Cyriaca Ferr.^{aaa}

2-Palacio do Governo de Goyaz 18 de Fevereiro de 1870

Ilm.º Senr.º

Devolvendo-lhe o pedido da Professora interina da 2ª escola de instrução primaria d'esta Cidade, o qual acompanhou o Officio de [...] desta data tenho a dizer-lhe que não podem ser fornecidos os objetos pedidos por não ter a Assembleia Legislativa Provincial decretado fundos para essa despesa, conforme mais de uma vez se tem declarado a essa Inspectoria.

Ernesto Augusto Pereira”

(Cx. 194 Pacote 1 Ano 1870 Governo: Ofícios, Instrução Pública: Ofícios. Arquivo Histórico Estadual-GO).

Como desenvolver um trabalho sem as mínimas condições para isso? À professora cabia a solução de todos os problemas. Percebemos que a mestra já havia enviado outros ofícios, ou seja, ela reagia à falta dos materiais. Mas o problema persistia, pois não havia, no planejamento de orçamento da instrução, a importância que os discursos dos presidentes revelavam.

As condições materiais das escolas: Ao Inspetor Geral da Instrução Pública.

Caso não seja possível alugar-se um outro prédio nas condições de nella funcionar a escola de instrução primaria do sexo feminino da Freguezia do Rosario da Capital, conforme recommendei em officio de 20 de Setembro ultimo, haja V.S. de entender-se com o proprietário do sobrado, em que actualmente se acha aquella escola no sentido de mandar fazer nella os consertos indicados no parecer junto, em original, da commissão que nomeei para examina-lo afim de poder continuar ali a escola (Correio Official De Goyaz, p.3,18 de dezembro de 1880 – IPEHBC).

3.5 MARIA VICTORIA DE MORAES BRANDÃO

A professora Maria Victoria de Moraes Brandão iniciou seu trabalho como professora pública vitalícia, após fazer o exame de qualificação, em 28 de Outubro de 1876, para ocupar a cadeira de primeiras letras em Santa Luzia.

Termo de exame que presta D. Maria Victoria de Moraes Brandão a fim de que possa exercer o magisterio publico.

Aos vinte e oito dias do mes de Outubro de mil oito centos setenta e seis, nesta Cidade de Goias, em uma das sallas do Palacio da Presidencia da Provincia, achando-se presentes o Illustrissimo Senhor Conego Joaquim Vicente de Azevedo, Inspector Geral da Instrucção Publica da Provincia, os examinadores Doutor Evaristo Rodrigues da Silva Carvalho, Joaquim Gomes de Oliveira, e André Ferreira Rios, nomeados pelo Excellentissimo Senhor Presidente da Provincia, para examinarem á Dona Maria Victoria de Moraes Brandão, que tambem se achava presente, a fim de se mostrar habilitada para o magisterio publico, visto que foi admittida á exame, marcado para o dia de hoje, deo-se principio ao acto sob a presidencia do mesmo Senhor Conego Joaquim Vicente de Azevedo, distribuindo os examinadores entre si as materias do exame, constantes do artigo 23, Capitulo 5º do Regulamento de 1º de Janeiro de mil oito centos sessenta e nove sobre a instrucção primeira, e procedendo-se ao exame das respectivas materias, principiando-se pelo exame de grammatica portuguesa, e analyse, doutrina christã, e arithmetica, comprehendendo o sistema metrico. E tratando-se do merito da examinanda, foi a mesma plenamente approvada nas materias assimia mencionadas. E para constar eu Joaquim de Sant'Anna Xavier de Barros, Amanuense servindo de Secretario da Inspectoria Geral da Instrucção Publica, lavrei este termo, que depois de lido, se achado conforme, assignarão

O Conego Joaquim Vicente de Azevedo Inspector Geral da Instrucção Publica

Evandro Rodrigues da Silva Carvalho

André Ferreira Rios

Joaquim Gomes d'Oliveira

(Livro, nº 7, de Termos de Exames dos candidatos ao Magistério Publico – 1857-1889. Arquivo da Subsecretaria de Educação da Cidade de Goiás).

No relatório de 15 de Outubro de 1881, no quadro dos professores que obtiveram licença da presidência, constava D. Maria Victoria de M. Brandão. Obteve três meses de licença da escola de Santa Luzia. No documento não era apresentado o motivo da licença, mas essa não foi remunerada.

Diante do silêncio do documento, podemos levantar algumas suposições como, doença, ou alguma necessidade familiar ligada ao marido Tristão Luiz Xavier Brandão, pois as atividades de professora não poderiam sobrepor às funções de esposa, de mãe de família. Às mulheres, cabia administrar os vários papéis apresentados a elas.

Após oito anos, a professora pede remoção para a capital e abre sua escola na freguesia de Sant'Anna. A partir de 1884, a freguesia de Sant'Anna passa a contar com a escola prática anexa à Escola Normal, com Mestra Silvina; a escola da professora Maria Victoria e a da Mestra Cyriaca, na freguesia do Rosário. Portanto, a capital da província contava com três escolas de primeiras letras para o sexo feminino.

Noticiário: Instrução Pública – Em 3 do corrente forão removidos dona Maria Victória de Moraes Brandão, professora vitalícia de Instrução primaria de S. Luzia, para a de S. Anna da Capital, conforme requereo, e sob proposta do inspector geral, removido o professor vitalício do Curralinho Antonio Hermano de Siqueira para a 1ª escola desta capital, as quais se achão vagas” (Jornal: Correio Official de Goyaz, nº26 p.4 de 6 de julho de 1884. IPEHBC)

Actos: O presidente da província attendendo ao que requereo d. Maria Victoria de Moraes Brandão, professora vitalícia de instrução publica de S. Luzia, resolve remover a referida professora d'aquella escola para a de Sant'Anna da capital, e, conforme propoz o inspector geral da instrução pública, o professor vitalício da do Curralinho, Antonio Hermano de Siqueira, para a 1ª escola, as quaes se achão vagas.

Comunicou-se ao inspector geral interino de instrução publica ao inspector da thesouraria provincial” (Jornal: Correio Official de Goyaz, nº33 p.4 de 23 de agosto de 1884. IPEHBC)

Instrução primaria – A professora vitalícia d. Maria Victoria de Moraes Brandão, removida da escola de S Luzia para da freguesia de S. Anna d'esta capital, apresentou-se a 9 d'este mez e entrou no respectivo exercício (Jornal: Correio Official de Goyaz, nº46 p.4 de 27 de setembro de 1884. IPEHBC).

No ano de 1887, os materiais pedidos para a escola do sexo feminino foram ampliados. Constava na lista, livros de gramática e geografia, materiais até então pouco pedidos, pois os raros exemplares que chegavam eram direcionados para as escolas do sexo masculino. Mesmo com redução na quantidade, o pedido foi atendido, o que certamente já era indicativo de uma melhor estruturação nas escolas femininas.

Inspectoria Geral da Instrução Pública de Goyaz, 5 de Julho de 1887.

ILm.º e Ex.º Sr.

Tenho a honra de passar as mãos de V. Ex.ª o incluso pedido da Professora de 1.^{as} letras do sexo femminino da freguesia de Sant'Anna, D. Maria Victoria de Moraes Brandão, para que V. Ex.ª se digne ordenar que seja satisfeito pela Repartição competente.

Deus Guarde a V. Ex.ª

João Bonifácio Gomes de Siq.ª

Insp.º G^l da Instr. Publica (Cx. 371 Ano 1887 – Instrução Pública: Requerimentos e Offícios. Arquivo Histórico Estadual-GO)

Precisa-se para a escola do sexo femminino da freguesia de Sant'Anna desta Capital, dos seguintes objetos:

$\frac{1}{2}$ Resma de papel pautado

1 caixa de pennas de aço

12 canetas para pennas

12 Ditas para pedras

6 tinteiro a barro com tinta

6 Grammatica da infância 12 cadernos de Collecção de Cartas p.^a meninas (1^{as} coleções) e um livro em branco p. apont.

6 Compendios de geografia do Brasil

Goyaz 4 de Julho de 1887

A professora: Maria Victoria de Moraes Brandão (Cx. 371 Ano 1887 – Instrução Pública: Requerimentos e Offícios. Arquivo Histórico Estadual-GO)

Recebi os objetos constantes do incluso pedido, observando a redução feita.

Goyaz 12 de Julho de 1887.

Antonio Gomes Pinto (Cx. 371 Ano: 1887 – Instrução Pública: Requerimentos e Offícios. Arquivo Histórico Estadual-GO).

Após dezesseis anos de magistério público, D. Maria Victoria pede sua aposentadoria como professora vitalícia e, na capital, ela recebe alguns benefícios. Durante seu período de trabalho, acompanha as mudanças na instrução ao finalizar o período Monárquico e iniciar a República. Porém, não nos foi possível acompanhar as mudanças do seu ponto de vista, pois toda a documentação encontrada se refere às questões burocráticas da instrução, como a elaboração de relatório apresentando as alunas, sua frequência, as justificativas das faltas e os exames de final de ano letivo. Ou seja, são os documentos oficiais do governo da Província.

Lei nº 66, de 20 de Junho de 1895

Approvando o decreto nº 31 de 8 de Janeiro de 1894, aposentando a professora de 1^{as}. letras D. Maria Victoria de Moraes Brandão.

José Ignacio Xavier de Brito, tenente coronel do Exercito e presidente do Estado de Goyaz.

Faz saber a todos os seus habitantes que a Camara dos Deputados decretou a lei seguinte:

Artº. 1º - Fica approved o decreto nº 31 de 8 de Janeiro de 1894, aposentando a professora de 1^{as}. letras D. Maria Victoria de Moraes Brandão.

Art. 2º - O ordenado annual da referida professora é fixado em trezentos e oitenta e nove mil réis, correspondente a dezeseis annos, dous meses e quinze dias de serviços.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario. Manda, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução desta lei pertencerem, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como n'ella se contém.

O director chefe da Directoria do Interior, Justiça e Segurança Publica do Estado a faça imprimir, publicar correr.

Governo do Estado de Goyaz, 20 de Junho de 1895, 7º da Republica.

José Ignacio Xavier de Brito

Joaquim Manoel Corrêa

Sellada e publicada nesta Directoria do Interior, Justica e Segurança Publica do Estado de Goyaz, em 20 de Junho de 1895.

O chefe da 1ª secção

Luiz Godinho (Brasil República, Colleção das Leis do Estado de Goyaz, 1895. Museu das Bandeiras).

Dona Maria Victoria também era sócia do Gabinete Literário. No Livro de Registro das mensalidades do ano de 1882, seu nome consta no número 81º da lista. Está registrado ter contribuído mensalmente, num total de 12\$000 reis. Porém, não foi possível localizar nenhum empréstimo nesse período. Mas como já foi afirmado, foram poucos os livros de registros encontrados e alguns estão em péssimo estado de conservação.

Consta que a professora, após a aposentadoria, abriu sua escola particular mista na mesma freguesia de Sant'Anna, o que já era comum para as escolas particulares. No dia 7 de Abril de 1911, faleceu a professora Maria Victoria de Moraes Brandão, aos 69 anos de idade.

4 “TRISTE CONDIÇÃO É A DE PROFESSORA N’ESTA TERRA”⁷

O artigo abaixo escrito pela professora pública Maria d’Annuniação Fonseca, da Vila de Curralinho, é um documento bastante representativo das relações de trabalho a que as professoras estavam submetidas. Ao mesmo tempo, nos mostra mais uma vez que a representação de mulheres submissas, dóceis e silenciosas era uma construção feita para elas, não necessariamente por elas. Esse documento demonstra revolta da professora diante do fechamento de sua escola; ela apresenta queixas sobre a falsa informação do número de alunas, dada pelo delegado literário de sua Vila, o que levou ao fechamento, do qual ela discordava,

Sr. Redator – Triste condição é a da professora n’esta terra, onde um analphabeto qualquer corrido de outras terras e que nunca poude ser cabo de esquadra da G. N., vem ser delegado litterario, em uma Villa! É, não há duvida, esta pobre Goyaz um seio de Ahrhão, refugium peccatorum, abrigo dos foragidos e desgraçados! Aquelle que não encontra uma collocação, um arranjo qualquer de vida em sua província venha para Goyaz por que aqui, além do agasalho que o povo goyano não regateia aos que o procurão, terá consideração superior aos seus merecimentos e cargos públicos a exercer, por mais inepto e imbecil que seja.

Sr. Redator – O público está informado do que acaba de me succeder. A escola que eu regia foi supprimida, concorrendo para este acto prejudicial aos habitantes d’esta Villa e a minha pessoa o Sr. Delegado litterario d’esta Villa, que informou ao inspetor da instrucção publica não ter a minha escola numero legal de alunas.

Não me surpreendeu o procedimento do delegado litterario; não sei porque nunca fui bem vista pelo digníssimo delegado que com tal informação caia em contradição flagrante e inexplicável e se desmoralisava para com o governo e para com o público: s.s. nunca fez uma visita a escola e todos os mezes confiando na palavra da professora dava-lhe attestado para esta receber os seus vencimentos. Como é que agora informa que a escola não é freqüentada? Que credito merece a sua affirmação? Já quando precisei de uma informação de s.s. para obter o meu titulo de professora vitalícia lutei com difficuldades para conseguil-a, e agora beneficia-me s.s. do alto da sua invejável capacidade, nunca vista sabedoria, e nunca assaz louvado interesse pelo progresso da instrucção, com uma informação que determinou o fechamento de minha escola. Mas não pensou o illustre na obrigação do [ilegível] o publico de todas as circumstancias que motivarão a suppressão da escola de Curralinho.

Não obstante a escola foi supprimida e a professora atirada para um canto sem a menor consideração.

Exijo uma reparação e enquanto não a merecer, julgo-me na obrigação de esclarecer o publico de todas as circumstancias que motivarão a suppressão da escola de Curralinho.

⁷ Citado pela professora pública Maria d’Annuniação Fonseca, Curralinho, 26 outubro de 1888. Embora o documento seja de 1888, ele está dentro do período do último Regulamento trabalhado (1887). É significativo, pois reafirma a reação das professoras diante de atitudes autoritárias.

Goso, mercê de Deus, da estima e da consideração dos meus comprovincianos, porque sou uma senhora que se conduz bem na sociedade e sabese fazer respeitar.

Quanto as informações de salineiros sobre a frequência da escola que eu regia e do aproveitamento de minhas discípulas, os poderes públicos não devião ser tão promptos em dar-lhes ouvido (Jornal:Goyaz, 26 de outubro de 1888. IPEHBC).

A professora pede providências, através da imprensa, solicita às autoridades responsáveis, verificar a decisão do delegado literário local, tido por ela como forasteiro e analfabeto. O que nos leva a constatar a vulnerabilidade das mulheres. Mesmo sendo ela professora vitalícia, é “tratada sem nenhuma consideração”.

Não concordava com a decisão do delegado literário, responsável por visitar, acompanhar e informar ao inspetor geral sobre as escolas de Curralinho. Tal decisão foi tida por ela, como arbitrária, uma vez que ele não cumpria essa tarefa com regularidade. Devido a sua indignação com o fato, sentindo-se injustiçada e perseguida pelo delegado, pedia providências às autoridades competentes, utilizando o jornal como meio de esclarecer a situação vivida, e sugeria que ouvissem a população local e as suas alunas.

Ela demonstra ter consciência de seu poder e o apoio da comunidade ao “exigir uma reparação”. Por que se utilizou da imprensa? Teria tentado através do inspetor geral da instrução pública? A subordinação das professoras ao poder público e a administradores escolares demonstra, através deste fato, a relação de poder. Ser professora lhe dava algum poder, mas sua representação enquanto mulher continuava a ser a de submissão ao poder masculino. São representações construídas e alimentadas através dos discursos, das atitudes cotidianas conscientes ou inconscientes da sociedade que determinam a ideologia de um grupo sobre outro. Assim:

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Por isso esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de poder e de dominação (CHARTIER, 1988, p. 17).

A ideia recorrente da importância da instrução como meio de transformar a população é sintetizada no relatório do Presidente da Província Dr. Antero Cícero de Assis em 1871,

Sendo esta por toda a parte a magna questão do dia; por que já não há quem ignore que a primeira condição social é a instrução do povo, sem a qual nada se pode alcançar, eu sinto bastante acanhamento em referir o estado em que Ella se acha n'esta província; máxime no que diz respeito a instrucção primaria (Memórias Goianas. Vol.11, 1999, p.73).

Todavia, o discurso era contraditório com a prática, nada de concreto era feito para amenizar essa condição precária, tantas vezes referidas pelos presidentes. Conscientes das dificuldades de locomoção, devidas às grandes distâncias que as alunas percorriam até as escolas, eram constantes o fechamento daquelas que não atingissem o número de alunas estabelecido nos regulamentos. Assim, diante de uma escola com baixa frequência, a única solução que buscavam era o seu fechamento. Deixavam, assim mais um grupo de meninas sem instrução, fortalecendo a idéia de que, na prática, a educação não era prioridade na Província.

Em 1857 o inspetor paroquial, Feliciano Primo Jardim, enviou documento ao inspetor geral da instrução pública, João Luis Xavier Brandão, pedindo providências quanto ao material necessário para as escolas como livros de matrícula, exemplares de gramática da língua nacional, tabuada, compêndios da doutrina cristã. Ele demonstrava dúvidas, se esses materiais poderiam ser também utilizados na escola do sexo feminino, porque normalmente apenas as escolas do sexo masculino eram providas. Também apresenta as dificuldades de desenvolvimento da instrução e de fiscalização, visto a falta material para os registros.

No dia 10 de novembro de 1857 foi enviado para uso das aulas de primeiras letras, 450 exemplares de compêndios de Arithmetica, 340 de Doutrina Christã e 200 taboadas.

(CX. 116 – Ano 1857 – Pacote 01 – Portarias E Offícios. Arquivo Histórico Estadual)

Ilmoº Snrº

Passo as mãos de V.[...], os mapas em duplicatas das escolas do sexo masculino e da 1ª escola do sexo feminino desta Capital relativos aos mezes de Maio e Junho últimos, bem como dous pedidos das professoras desta mesma Capital, pedindo utensilios para suas escolas.

Deos Guarde a V. Iª

Goyaz 5 de julho de 1869

O Inspector Parochial

Tristão Luis [ilegível] Brandão

(CX. 188 – Ano 1869 – Pacote 01 – Instrução pública. Arquivo Histórico Estadual).

Durante todo o período estudado, ficaram evidentes as dificuldades para a manutenção da instrução pública. Era o governo responsável pelo mobiliário e pelos utensílios necessários para seu funcionamento, assim como pelo local de funcionamento da “aula”, como era chamada a escola. Contudo, mesmo diante da simplicidade que era uma escola de primeiras

letras, especialmente a feminina, que dificilmente poderia contar com algum livro, até o básico faltava. Como exemplo, a mobília da escola:

- 1 mesa grande de 12 palmos de comprimento por 4 ½ de largura;
- 1 mesa pequena de 5 palmos de comprimento por 3 de largura, com gaveta e chave;
- 2 ou mais bancos de 12 palmos cada um;
- 1 cadeira ou tamborete de couro de gado;
- 1 pote;
- 1 copo de folha. (SILVA, 1975, p. 124)

Precisa-se para a Escolla de sexo feminino da Freguezia de Sant' Anna desta Cidade

Dous livros em branco para matricula e ponto das alunnas.

Goyaz 3 de Janeiro de 1871

Silvina Ermelinda Xavier de Brito

Professora

(Cx. 202 Pacote 1 Ano 1871 Governo: Ofícios diversos. Arquivo Histórico Estadual-GO)

[...] Sobre os dous livros pedidos pela professora D. Selvina, tem a Secção a responder que no ano de 1869, forneceu-se ao Inspector Geral da instrucção publica de ordem do Ex.^{mo} Governo, 166 livros em branco com destino as aulas de 1^{as} letras da província, porem ignora-se a applicação que tiverão [...]. Os objetos para o ensino podem ser prestados por ser a escola a pouco provida e bem assim os livros, conforme o art.º 29 do regulamento que rege a instrucção primaria, se por acaso não existirem aquelles entregues ao Inspector Geral.

O Chefe

(Cx. 202 Pacote 1 Ano 1871 Governo: Ofícios diversos. Arquivo Histórico Estadual-GO).

Mais uma vez, a professora teria que, por conta própria, providenciar um meio de cumprir a lei. Afinal, a cada mês, ela teria que apresentar os livros com os registros das alunas. Podemos imaginar a criatividade que cada professora utilizava para desenvolver suas atividades, já que a função do governo não era realizada. Mesmo assim a escola funcionava; isso, devido o empenho das mestras.

Palacio do Governo de Goyaz, 13 de Janeiro de 1865

Illmº Sr.

Declaro a [ilegível] para fazer constar aos Professores e Professoras de instrucção primaria que os livros destinados para o ensino só devem ser fornecidos aos alumnos cujos pais por sua pobreza não os poderem comprar.

Deos Guarde a V.S.

Ernesto Augusto Pereira

(Cx. 188 Pcte. 1 ano 1869 – Instrução Pública).

Até esse momento, as escolas femininas não contavam com livros, todo o material de leitura era improvisado pelas professoras, que utilizavam até cartas da comunidade, que eram doadas para a escola, para o treino de leitura. Nos relatórios dos presidentes, era comum haver referência ao estado de pobreza dos pais, que não mandavam os filhos (as) à escola para aproveitá-los no trabalho. Mais uma vez as professoras deveriam usar de sensibilidade e criatividade e criar uma nova forma de utilização dos livros.

No ano de 1867, o presidente Augusto Ferreira França, que governou a Província de 27 de abril de 1865 a 29 de abril de 1867, apresenta, do seu ponto de vista, uma saída para o problema na instrução. E inicia seu projeto, determinando que todos os professores deveriam enviar a frequência e as atividades dos alunos com as devidas correções, junto ao relatório do inspetor sobre o número de suas visitas e os problemas apresentados nas aulas. De posse desses diagnósticos o presidente tomaria as devidas providências. A princípio, lia, fazia correções nas atividades das alunas (os), colocava observações para as professoras (os) relapsas (os). Porém ao se avolumarem as atividades de todas (os) alunas (os) da Província, ele deixou os critérios iniciais de fazer observações sobre cada atividade e passou a recorrer a uma frase padrão. Finalmente, desistiu do projeto de acompanhar, desta forma, a melhoria da instrução.

O presidente tinha o poder de nomear, demitir e remover livremente as professoras e professores para outras localidades. Isto as (os) deixava totalmente vulneráveis à intervenção do poder executivo ou local, ao apadrinhamento político nos assuntos educacionais, e à fiscalização voluntária da sociedade. Esta vulnerabilidade provocava transtorno na vida pessoal da (o) envolvida (o), já bastante penalizada (o) pelos atrasos nos pagamentos. Para a professora solteira, ser transferida significava, muitas vezes abandonar a profissão, pois as dificuldades aumentariam em outra localidade, e teria que deixar pra trás todos os conhecidos e o respeito local.

Na série de dez ofícios transcritos abaixo, acompanharemos o enfrentamento que faz a professora da Vila de Jaraguá, Dona Anna Joaquina Varella, ao não aceitar a transferência imposta pelo presidente Augusto Ferreira França. Utilizando o conceito de violência simbólica, podemos compreender a relação de dominação, como uma construção histórica, cultural e linguística.

A professora, aparentando submissão, utilizou-se de recursos que lhe permitiu deslocar ou subverter a relação de dominação (CHARTIER, 1995, p.40). Não encontramos os ofícios enviados pela professora. Mas, através dos relatórios do presidente, podemos acompanhar a pressão imposta à professora e as atitudes dela para não sair de sua vila. Todos os seus pedidos foram negados, exceto a licença para tratamento de saúde, última tentativa para não sair de sua vila.

Depois de várias trocas de ofícios, ela conseguiu, finalmente, continuar em sua escola. Neste caso, podemos sugerir a sua persistência, ao demonstrar que não poderia deixar seu local de moradia ou que suas relações com o poder político local, poderiam ter influenciado a decisão final do presidente da Província. Diante do resultado tão desejado, desiste até da licença médica concedida, última alternativa que utilizou para não ser removida, e se vê em condições de continuar o trabalho em sua Vila de Jaraguá.

Palacio do Governo de Goyaz, 3 de Janeiro de 1867

Por Acto desta removi a Professora da escola de instrucção primaria do sexo feminino da Villa de Jaraguá D. Anna Joaquina Varella para a desta Capital. O que communico a Vm.^{ce}, para sua intelligencia e devida execução.

Deos Guarde a Vm.^{ce}

Augusto Ferreira França.

Palacio do Governo de Goyaz, 1º de Março de 1867

Comunico a Vm.^a que por despacho de 27 do mez findo indeferir o requerimento da Professora do sexo feminino da Villa de Jaraguá D. Anna Joaquina Varella, em que pedia a revogação do Acto pelo qual a removi para a escola desta Cidade.

Deos Guarde a V. M.

Augusto Ferreira França

Palacio do Governo de Goyaz, 8 de Março de 1867

Em resposta a ultima parte do seu officio de 4 do corrente communico-lhe, para intelligencia e devidos effeitos, que fica marcado o praso de trinta dias para dentro delle a Professora de instrucção primaria D. Anna Joaquina Varella tomar conta da

eschola desta Capital, para a qual foi removida da de Jaraguá, e que arbitrei-lhe a ajuda de custo de três mil reis por ley [ilegível] para as despesas de viagem.

Deos Guarde a Vm.^{ce}

Augusto Ferreira França

Palacio do Governo de Goyaz, 2 de Abril de 1867

Tendo nesta data concedido à Professora de meninas D. Anna Joaquina Varella, que foi removida da eschola da Villa de Jaraguá para a desta Capital, um mez de licença para tratar de sua saúde naquella Villa, [ilegível]. Communico a Vm.^{ce} para sua intelligencia, e para fazer constar à referida Professora, a fim de solicitar a expedição da licença.

Deos Guarde a Vm.^{ce}

Augusto Ferreira França

Palacio do Governo de Goyaz, 2 de abril de 1867

Por Acto desta data resolvi que ficasse de nenhum effeito o de 3 de Janeiro do corrente anno pelo qual fora removida para a eschola de instrucção primaria do sexo feminino desta capital a Professora da Villa de Jaraguá D. Anna Joaquina Varella, O que communico a Vm.^{ce} para sua intelligencia e devida execução.

Deos Guarde a Vm.^{ce}

Augusto Ferreira França

Palacio do Governo de Goyaz, 9 de abril de 1867

Acuso a recepção do seu officio de 8 do corrente participando que D. Cherubina d'Austria Goulão não acceitou a nomeação de professora interina da eschola de ensino primário do sexo feminino da Villa de Jaraguá.

Deos Guarde a Vm.^{ce}

Augusto Ferreira França.

Palacio do Governo de Goyaz, 22 de abril de 1867

Comunico a Vm^{CE} para seu conhecimento e devidos effeitos que por Acto desta data nomeei a D. Silvina Ermelinda Xavier de Brito Professora interina da escola de instrucção primaria do sexo feminino desta Cidade.

Deos Guarde a Vm^{CE}

Augusto Ferreira França

Palacio do Governo de Goyaz, 23 de Abril de 1867

Remetto-lhe por cópia, para seu conhecimento o Acto desta data elevando a seiscentos mil reis annuais o ordenado da Professora da Escola de instrucção primaria do sexo feminino desta Capital.

Deos Guarde a Vm.^{ce}

Augusto Ferreira França

Inspetoria Parochial da [ilegível] e em Goyaz, 24 de abril de 1867.

Ilm.º Snr.

Tenho presente o officio de VS.^a de nomeção em que me communica, que S.Ex.^a o Sr. Presidente da Provincia , por decreto de 22 de abril do corrente, nomeou a D. Silvina Ermelinda Xavier de Brito Professora interina da escola de instrucção primaria do sexo feminino desta capital.

Por esta ocasião participo á V S.^a que nesta data a nomeada prestou juramento perante mim e entrou em exercício.

Deos Guarde a VS.

Coriolano Augusto de Loyola

Diretor Interino do Lyceu.

Villa de Jaraguá, 3 de Maio de 1867

Ilh^{mo} Senr^o

(...) Em resposta communico a VS^a que a referida Professora entrou de novo no exercício desse emprego no dia 22 de Abril proximo passado, renunciando assim à licença que havia pedido e obtido que porém não havia ainda sido exercida para

tratar de sua saúde, visto como o seu estado, apesar de continuar ainda [ilegível] não a innibe de exercer aqui as funções do magistério.

Deos Guarde a VS^a

Inspetor Parochial

Manuel [ilegível] da Silva (Cx. 178 – Pacote 01 – Ano 1867 – Governo: Offícios e Relatórios – Arquivo Histórico Estadual-GO).

Interessante o ofício do inspetor paroquial da cidade de Boa Vista do Tocantins. Nele a professora orienta o inspetor a entregar o seu ofício e de interceder por ela, junto ao presidente. Alega direito a uma gratificação, devido as suas qualidades de professora, visto o seu “zelo”, qualidade exigida para as professoras e, o mais importante, o bom aproveitamento das alunas, fato que ela como professora percebe ser essencial. “O que pode ser comprovado diante de autoridades da cidade, como o Juiz e o próprio Inspetor”. Esta comprovação do fato era imprescindível para dar credibilidade à voz da professora. E ela demonstrava muita consciência ao reivindicar o seu direito à gratificação em função do número de alunas. Situação que não foi apresentada pelo inspetor, até que a própria professora a reclamasse.

Ilmo. Sem.

Nesta data a Professora Publica desta Cidade me intregou aberto o officio para inderecçar a VL^a com a minha informação passo a fazer do segmento: Parece-me de justiça que a referida Professora seja attendida no argumento da gratificação que a beneficio da Instrucção Publica reclama em seu officio, por que tendo visitado a Aula de meninas a seu cargo acompanhado do Juiz Municipal Supplente em exercício desta Cidade verifiquei ser verdade tudo quanto a dita Professora menciona, sendo para desejar a mesma Professora fosse paga de preferênciã a outro qual quer Impregado Publico pela Colletoria desta Cidade tanto não haver nenhum mais exacto e zeloso no cumprimento dos seus deveres, como porque ella sem esses vencimentos não poderá sustentar a Aula com o aproveitamento que até o presente tem tido suas alunnas.

Deus Guarde a V^a I^a

Cidade de Boa Vista do Tocantins, 25 de Abril de 1868.

O Inspector parochial

João Antonio Pinto.

(CX. 184 – PACOTE 1 – 1867 – INSTRUÇÃO PÚBLICA: Requerimentos/ atestados – Offícios diversos;,. Arquivo Histórico Estadual-GO).

Outro tipo de ofício, bastante comum encontrado nos arquivos, é o pedido de licença para tratamento da saúde, seja de professores seja de professoras. Às vezes, o pedido já vinha

com o nome da (o) substituta (a). Neste caso, a professora continuava a receber o seu ordenado e se responsabilizava de acertar com a(o) substituta(o). Não fica difícil imaginar as condições físicas e emocionais das professoras, diante desta nova situação de trabalho, e de tantas dificuldades já relatadas. Uma nova cultura se construía, e as professoras estavam diante de situações até então pertencentes ao outro, ao masculino, e a outro espaço, o público. As exigências, a pressão imposta por tantas dificuldades, a responsabilidade de lidar com o novo, certamente, contribuíam para o afastamento temporário do trabalho, situação muito semelhante às de hoje.

Das professoras pesquisadas, D. Maria Romana era viúva, D. Angélica era casada com um militar, Mestra Silvina era solteira, Mestra Cyriaca era solteira e D. Maria Victoria era casada também com militar, o que indica que o ordenado não era somente o complemento do ordenado do marido, como afirmavam. Era comum o atraso, do pagamento dos ordenados, o que significava o comprometimento dessas sobrevivências. Algumas professoras depois de aposentadas, continuavam cobrando os ordenados não pagos, durante o período de trabalho.

Palácio do Governo de Goyaz, 30 de agosto de 1869

Communico a Vm^{ce} para seu conhecimento e devidos effeitos que por despacho de 29 do corrente concedi a Professora interina da escolla de instrucção primaria da Cidade de Bonfim D. Augusta Amélia de Oliveira Brandão um mez de licença sem vencimento para tratar de sua saúde na mesma cidade.

Deos G.^e a Vm^{ce}

Ernesto Augusto Pereira

(Cx.188 Pacote1 – ano 1869 – Instrução Pública. Arquivo Histórico Estadual - GO).

A representação da mulher reclusa não se desconstruiu com o passar dos anos, na Província. A cada momento surgiam denúncias contra as professoras, com referência a sua conduta moral. Nos documentos pesquisados, o inspetor local, dependendo do período, chamado de inspetor paroquial ou delegado literário, atestava a boa conduta da professora, quando a denúncia não se confirmava. E nos documentos analisados nenhuma denúncia se comprovou contra elas.

As novas atividades de professora feriam a representação construída e consolidada das mulheres, uma vez que ela utilizava mais o espaço público, conversava com os responsáveis pelas alunas, acertava contrato da escola, enviava e recebia ofícios, participava de eventos públicos com suas alunas, ou seja, as professoras eram vistas pela sociedade desempenhando uma função pública. O que para muitos significava uma conduta inadequada para a mulher.

Jose Joaquim de Nascimento, Presbitero Secular Parocho [?], Vigario da Vara da Freguesia de N. S. do Rosario da Cidade de Meia Ponte.

Attesto que a Senr.^a D. Anna Victoria Gomes, Professora da Instrucção primaria do sexo feminino desta cidade, tem-se conduzido sempre com probidade, e sã moral, tanto civil, como religiosa, por isso que goza de excellete reputação, implantando com isso seo exemplo de religiosidade nos corações de suas discípulas o amor a virtude. Em abono da verdade passo a presente por me ser pedida.

Cidade de Meia Ponte, 16 de outubro de 1863.

Jose Joaquim do Nascimento

(CX.150 – ANO1863 – Governo: Ofícios, Representação Provincial e Instrução Pública: Ofícios, Relatórios, Requerimentos. Arquivo Histórico Estadual-GO).

Nesta sequência de quatro documentos, apresenta-se outro caso de denúncia sem comprovação do fato. A professora, Isidora da Silva Malta, da Vila de Cavalcante, se sentiu constrangida, ao ver as intrigas contra sua pessoa atingir também seus familiares, e pediu exoneração do cargo, por não suportar as perseguições.

A condição de professora, em uma vila no Norte de Goiás, certamente era um cargo ambicionado por várias famílias para suas filhas, pois significava conhecimento, posição social e poder, numa região onde a maioria era analfabeta. Quando ocorria a escolha, o documento não o esclarece, mas, seja através de concurso ou nomeada por indicação política, a oposição não se dava por vencida. Afinal, o que prevaleciam eram os interesses familiares na disputa da hegemonia oligárquica. Portanto, a professora estaria sob vigilância constante.

Ilm^o Re^{no} Conego Joaquim Vicente de Azevedo

[...] 2 de Julho de 1871

Respeitadissimo Senr^o

Saude, paz e venturas ambiciono a V. R.^{ma} e a todos que V. R.^{ma} [ilegível] homenagem.

Vinde me dizesperada de perseguições, nesta data pedi a Exm^o Governo minha exoneração, ficando assim extintos os perseguidores de m.^a família, e o campo livre p.^a quem melhor do que eu possa [ilegível] do din^o da Nação.

Agradeço cordialmente a V. R.^a a boa vontade que sempre Abreu al meu beneficio.

Meus pais respeitosa.^e Saudão a V. Re^{ma} e eu Sou em respeito

Q. V. R.^{ma}

Isidora da Silva Malta

Quando não atingiam com provocações diretamente as professoras, enviavam denúncias ao presidente da Província. Nas vilas, as mudanças de comportamento das mulheres, provocadas pela nova função de professora, deixava a sociedade em alerta. As

peessoas viam, nas atitudes ativas de tomada de decisões, nos deslocamentos pela vila, e em sua autonomia um desvio de conduta, portanto um perigo para os padrões morais estabelecidos.

Reservado Officio de nº25

Palácio do Governo, Goyaz 3 de Agosto de 1871.

Ilm.º Srn.º

Tenho más noticias do modo por que é regida e freqüentada a escola primaria do sexo feminino da Villa de Santa Luzia, pelo que vou recommendar-lhe que, se dirija em reservado ao Vigario d'aquella Freguesia, pedindo-lhe informe o que souber em relação à mesma aula e me transmitta a opinião do mesmo.

Deos Guarde a V. S.

Antero Cicero de Assis

Palácio do Governo, Goyaz 9 de Agosto de 1871.

Ilm.º Srn.º

Antes que seja resolvida qualquer causa em relação ao pedido de demissão que faz a Professora publica do ensino primário da Villa de Cavalcante, a cerca do qual ouvi a V. S. e me respondeo em data d'hoje, convem que V.S. se dirija á dita Professora, e faça-lhe ver que sem obter a exoneração pedida, não pode por vontade própria deixar o lencionamento da cadeira, sob pena de ser responsabilizada. Por igual modo se dirija ao Inspector Parochial, fazendo-lhe ver que a melhor prova do bom juízo que forma d'aquella Professora, como diz em seo officio de 10 do mês próximo passado, é ajudando-a a vencer as ridículas intrigas locaes, que outra causa não podem trazer d'um Governo moralisado, senão a suppressão d'aquella cadeira, que será um mal para todos.

Deos Guarde a V. S.

Antonio Cicero de Assis

Officio do Inspetor Parochial , Clemente Pereira Lopes ao Conego Joaquim Vicente d'Azevedo, insp. Geral da Instrução Publica:

[...] A professora sempre foi freqüente e com os necessários [ilegível], e até mesmo carregava com sustento e vestuário das alunas pobres, chamando-as para sua companhia , é o que posso informar a V. Im.^a

Clemente pereira Lopes

(Cx. 203 Pacote 1 Ano 1871 – Offícios diversos- Instrução pública. Arquivo Histórico Estadual-GO).

As denúncias não se comprovavam, pois as atividades que desenvolviam eram próprias de suas funções. Mas as mudanças nos padrões de comportamento das mulheres ainda estavam em processo de transformação no século XIX e, certamente, muito tempo

ainda levaria para ser aceita pela sociedade. E enquanto isso, várias outras denúncias continuaram sendo feitas contra as atitudes de independência das mulheres.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizarmos esta pesquisa, surpreendemo-nos com a quantidade de documentos encontrados sobre as escolas para o sexo feminino e recordamos a nossa intranquilidade no início da pesquisa, diante das dúvidas sobre a existência de documentação suficiente para escrever a trajetória das primeiras professoras públicas.

Para alcançar a proposta do nosso objeto de estudo, nos deparamos com alguns desafios. O primeiro por ser este um trabalho inédito, pelo menos no plano regional; o outro, apresentou-se, justamente, em decorrência das fontes manuscritas e impressas estarem, em grande parte, mal conservadas e bastante dispersas nos diferentes arquivos que pesquisamos. Outro desafio foi à própria pesquisa em arquivo, tarefa desconhecida, até então. Mas, a partir do aprendizado, o trabalho em arquivo tornou-se uma fonte de prazer, de descobertas. A cada documento encontrado, a cada relação compreendida podemos com mais propriedade reescrever a história dessas professoras.

Diante do material disponível, ficamos com a sensação que a tarefa proposta estava incompleta, porém, existe a delimitação do tempo da pesquisa. Tivemos de fazer escolhas e delimitações. Levantamos as seguintes questões, diante dos documentos encontrados: fizemos as escolhas essenciais na documentação para essa reescrita? Que leitura ou questões, deveríamos ter feito aos documentos? Sabemos que outras análises poderiam ser feitas com esses documentos, mas, entendemos que essa análise foi a possível para este momento, o que não nos impede de voltarmos, posteriormente, ao tema e dar continuidade ao estudo e ampliação da análise sobre o objeto da pesquisa.

A partir da análise documental, podemos verificar que as representações criadas sobre as mulheres da Província de Goiás, não as representam de fato, como as pesquisas têm comprovado. Elas estão além dessas representações, que insistem em mantê-las em segundo plano, ou no silêncio dos arquivos. Demonstramos isso através das fontes utilizadas, as quais nos permitiram reescrever e dar visibilidade histórica às professoras do século XIX da Cidade de Goiás, questão primordial do nosso trabalho.

Esperamos que, ao dar historicidade às professoras do século XIX, através dessa dissertação de mestrado, tenhamos contribuído para dar visibilidade e significado ao pioneirismo dessas professoras que estiveram silenciadas nos arquivos. Diante das análises feitas nos documentos, e vivenciando hoje a profissão, nos surpreendemos e indignamos com a atualidade dos discursos, dos problemas levantados no século XIX.

Na primeira parte deste trabalho, buscamos mostrar como foram construídas, inicialmente através dos viajantes europeus, as representações sobre as mulheres como reclusas, submissas, silenciosas. Para isso, utilizavam-se os jornais como meio de divulgar um modelo de mulher idealizada, muitas vezes, longe da realidade cotidiana vivenciada por várias mulheres.

A partir da Lei de 1827, que assegurava direito a educação feminina, as mulheres vilaboenses se mostraram prontas a assumir esse espaço, mas não indiferentes às dificuldades apresentadas no percurso do magistério feminino. Ao contrário do modelo criado, essas mulheres tinham voz e atitudes de confronto com seus superiores, visto que a política educacional do Império era de expansão da instrução, especialmente das primeiras letras, sem, no entanto, se preocuparem com a qualidade da educação dada à população.

Com o discurso da feminização do magistério, o objetivo dos governantes era deixar a cargo das mulheres o ensino das primeiras letras. Nos discursos políticos, embasados com os ideais positivistas, ser professora era uma tarefa próxima à da maternidade, tarefa tida como natural para as mulheres. Objetivava-se preparar melhor as mães para a tarefa de educar melhor os filhos, ou mães espirituais, quando continuavam na profissão. Mas, aos governantes, o que os preocupava era baixar os gastos com a instrução, uma vez que os ordenados delas não eram considerados necessários.

Mais uma vez, as mulheres se mostraram conscientes dos diferentes papéis desenvolvidos por elas. Passaram a mostrar, através de ofícios às autoridades responsáveis ou através dos jornais, para conhecimento da sociedade, as reais condições de trabalho: casas inapropriadas para a função, a falta de objetos essenciais, a falta de móveis escolares; e as injustiças a que estavam submetidas: pagamentos atrasados, fechamentos de escolas, transferências arbitrárias, denúncias infundadas, perseguições políticas. Demonstravam com isso que ocupavam um espaço profissional relevante para a sociedade e não silenciavam diante do descaso das autoridades com o magistério feminino.

Na segunda parte, dessa dissertação mostramos que nossa pesquisa nos arquivos tinha como objetivo levantar a presença das mulheres na construção do magistério feminino, fazê-las visíveis, e constatarmos que o silêncio sobre o magistério feminino era da historiografia e não das primeiras professoras que iniciaram na instrução pública. Elas estavam presentes, atuaram, reagiram, reivindicaram.

Em seguida, traçamos o percurso profissional das cinco primeiras professoras. Neste momento sentimos falta de fontes que nos falassem sobre suas vidas pessoais, mas fomos limitadas pelo tempo da pesquisa e pelo raro e difícil acesso aos arquivos privados. Talvez, às

mulheres não se permitia guardar suas lembranças pessoais, ou estas foram destruídas ao longo do tempo, ou simplesmente não tivemos acesso a elas nessa pesquisa. Como afirma Perrot, “as mulheres deixam poucos vestígios diretos, escritos ou materiais. [...] Suas produções domésticas são rapidamente consumidas, ou mais facilmente dispersas (PERROT, 2007, p.17).

Finalmente, concluímos que ser professora na província de Goiás era uma difícil tarefa, uma vez que a instrução não era prioridade para os governantes, especialmente a feminina, apesar do discurso dos presidentes que a afirmavam como necessária. Isto, por outro lado, valoriza ainda mais o pioneirismo, a persistência e competência das professoras, Dona Maria Romana, Dona Angelica, Mestra Silvina, Mestra Cyriaca e Dona Maria Victoria que, sem as mínimas condições de trabalho, ensinaram a escrever, ler, calcular, noções de doutrina religiosa e trabalhos manuais a várias gerações, e que se transformaram em mulheres mais preparadas para seguirem suas vidas e construir suas próprias representações.

6 FONTES

6.1 FONTES MANUSCRITAS

6.1.1 Arquivo Histórico Estadual. Goiânia – GO.

Relação da documentação manuscrita – avulsa:

Caixas	Ano	Caixas	Ano	Caixas	Ano
18	1832	123	1858	212	1872
19	1834	128	1859	223	1873
22	1837	133	1860	235	1874
28	1839	144	1862	236	1874
30	1840	150	1863	247	1875
31	1840	157	1864	255	1876
34	1842	163	1865	265	1877
38	1843	171	1866	273	1878
40	1844	178	1867	285	1879
45	1848	184	1868	294	1880
79	1850	188	1869	312	1882
83	1851	194	1870	347	1885
89	1852	203	1871	359	1886
101	1854	204	1871	371	1887
111	1856	205	1871	379	1888

6.1.2 Fundação Frei Simão Dorvi. Cidade de Goiás - GO.

Coleção de leis Goianas – Legislação Educacional

Mapa dos professores, 1886. Inspectoria Litteraria – Fundo Prefeitura

6.1.3 Gabinete Literário Goiano. Cidade de Goiás – GO.

Livros de Atas das reuniões dos sócios do Gabinete Literário Goiano

Livros de empréstimos de saída e entrada de livros

6.1.4 Museu das Bandeiras. Cidade de Goiás – GO.

Ministério da Fazenda, Assentamentos – título e Provisões, Pacote 842, 1828/1834.

Instrução Pública: Professores, 1823-1883. Ofícios e Ocupações/Ministério do Império.

Assentamentos – Outros Ministérios 1834 – 1842, pacote 848.

Registro de Documentos – Secretaria da fazenda 1834 – 1855, pacote 1347

Ministério da Guerra – Presídios e Colônias. Vol. 22, Presídio de Santa Cruz.

Ministério da Guerra – Enfermaria Militar. Vol. 102, Material: Móveis e Utensílios, 1860.

Relatório apresentado pelo Sr. Dr. Aristides de Souza Spinola, Presidente da província, à Assembléia Legislativa de Goyaz, no dia 1 de Março de 1880. Fundo Brasil Império.

Livro n.º7, de Termo de Exames dos candidatos ao Magistério Público – 1857-1889.

6.2. FONTES IMPRESSAS

6.2.1 Jornais

A Matutina Meiapontense (1830 – 1834) – IPEHBC. Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos – Brasil Central. Goiânia – GO.

O Correio Official de Goyaz (1837 – 1889) – IPEHBC - Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos – Brasil Central. Goiânia – GO.

A Tribuna Livre (1878 – 1884) – IPEHBC - Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos – Brasil Central. Goiânia – GO.

O Comércio (1879 – 1884) – IPEHBC - Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos – Brasil Central. Goiânia – GO.

Goyaz (1884 – 1889) – IPEHBC - Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos – Brasil Central. Goiânia – GO.

O Publicador Goiano (1885 – 1889) – IPEHBC - Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos – Brasil Central. Goiânia – GO.

6.2.2 Diversos

Memorial de lembranças de Anna Joaquina da Silva Marques. Universidade Católica de Goiás. IPEHBC. Cidade de Goiás. 1881 – 1899 vol. I. Goiânia, 2006

Memórias Goianas. Sociedade Goiana de Cultura, Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central, Centro de Cultura Goiana - Goiânia: Ed. UCG. Volumes 3 à 14.

PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da língua brasileira*. Goiânia: Sociedade Goiana de Cultura. Instituto da Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central, Centro de Cultura Goiana, 1996. Edição facsimilada publicada em 1832.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Sandra Elaine Aires de. *A Instrução primária na província de Goiás no século XIX*. Tese de doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006.

AGE, Mônica de Paula P. da Silva. *As mulheres parteiras na Cidade de Goyaz (século XIX)*. UFG, 2002. (Dissertação de Mestrado)

ALENCASTRE, José Martins Pereira de. *Anais da Província de Goiás*. Goiânia: Governo de Goiás, 1979.

ALMEIDA, Jane Soares de. *Ler as Letras. Por que educar meninas e mulheres?* São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo: Campinas: Autores Associados, 2007.

BERTRAN, Paulo. *Formação Econômica de Goiás*. Goiânia: Oriente 1978.

BITTAR, Maria José Goulart. “*As três Faces de Eva na Cidade de Goiás*”. Goiânia: FFCH/UFG, 1997. (Dissertação, Mestrado em História).

BRANDÃO, Antônio José da Costa. *Almanach da Província de Goyaz; para o ano de 1886*. Goiânia, Ed. da Universidade Federal de Goiás, 1978.

BRASIL, Americano do. *Súmula de História de Goiás*. 3ª ed. Goiânia: Unigraf, 1982.

BRESCIANI, Maria Stella. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 9, n 18, 1989.

BRETAS, Genesco Ferreira. *História da Instrução Pública em Goiás*. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1991

BRITO, Célia Coutinho Seixo de. *A Mulher, a História e Goiás*. Goiânia: departamento Estadual de Cultura. Distribuição de P. D. Araújo Livraria e Editora Cultura Goiana, 1974.

BRUSCHINI, Cristina e SORJ, Bila (org.). *Novos olhares: mulheres e relações de gênero no Brasil*. São Paulo: Marco Zero: Fundação Carlos Chagas, 1994.

BURKE, Peter. *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

CANEZIN, Maria Tereza e LOUREIRO, Walderês Nunes. *A Escola Normal em Goiás*. Goiânia: Ed. UFG, 1994. (Coleção Documentos Goianos n.º 28).

CARDOSO, Tereza Fachada Levy. *A construção da escola pública no Rio de Janeiro Imperial*. In. *Revista Brasileira de História da Educação – SBHG*. Ed. Autores Associados. Janeiro/Junho, 2006 n.º11 p 195/211.

CARVALHO, Euzébio Fernandes. *O Memorial de Anna Joaquina da Silva Marques: 1881 – 1930. Relatos do Cotidiano familiar em Goiás*. (Monografia em História apresentada a UCG). 2002

CASTELNAU, Francis. *Expedições às Regiões Centrais da América do Sul*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1949.

CASTANHA, André Paulo. *O Ato Adicional de 1834 na história da educação brasileira*. In. Revista Brasileira de História da Educação – SBHG. Ed. Autores Associados. Janeiro/Junho, 2006 n.º11, p 169/195.

CAVALCANTE, Maria do Espírito Santo Rosa. *Gênero e Perspectiva de Pesquisa Histórica no Brasil Central*. In. Fragmentos de Cultura. Editora de UCG, Goiânia, GO, v. 14, n.º6, p.1021/1025.

_____. *Troca de olhares sobre o sertão*. In. Fragmentos de Cultura. Editora de UCG, Goiânia, GO, v. 14, n.º6, p.1027/1034.

CERTEAU, Michael. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

_____. *Artes de Fazer. A invenção do Cotidiano*. Petrópolis, Ed. Vozes, 1994

CHARTIER, Roger. *A História Cultural. Entre prática e representações*. SP: Difel, 1990

CHAUL, Nasr Nagib Fayad. “*Caminhos de Goiás: Da construção da ‘decadência’ aos limites da modernidade*”. São Paulo: FFCH/USP, 1995. (Tese, Doutorado em História).

COELHO, Gustavo Neiva. *Goiás: Uma reflexão sobre a formação do espaço urbano*. Goiânia: Ed. UCG, 1996CEGRAF/UFG, 1991. (Coleção Documentos Goianos n.º 21).

CORBIN, Alain, *O prazer do historiador*. Revista Brasileira de História vol.25 nº49 São Paulo, 2005.

CORREIA, Mariza. *Repensando a família brasileira*. In. Antônio Augusto Arantes [et al.] *Colcha de Retalhos: estudos sobre a família no Brasil*. 3. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1994.

CUNHA MATOS, Raymundo José da. *Chorographia Histórica da Província de Goyaz*. Governo de Goiás, Secretaria de planejamento e Coordenação. 1979.

D’ALINCOURT, Luiz. *Memórias sobre a Viagem do porto de Santos à Cidade de Cuiabá*. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1975.

DIAS, Maria Odila da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

ERTZOGUE, Marina Haizenreder & PARENTE, Temis Gomes. *História e sensibilidade*, Brasília: Paralelo 15, 2006.

_____. Conversando com Raimunda. In. Fragmentos de Cultura. Editora de UCG, Goiânia, GO, v. 14, n.º6, p.1125/1135.

ESTEVAM, Luís. *O tempo da transformação – Estrutura e dinâmica da formação econômica de Goiás*. Goiânia: Ed. Do Autor, 1998.

FERREIRA, Joaquim Carvalho. *Presidentes e Governadores de Goiás*. Goiânia: Ed. UFG, 1980. (Coleção Documentos goianos n.º 5).

FRANÇA, Brasileu Toledo. *Velhas Escolas*. Goiânia: Ed. da UFG, 1998.

FUNES, Eurípedes Antônio. *Goiás: 1800-1850 – Um Período de Transição da Mineração à agropecuária*. Goiânia: Ed. UFG, 1986.

GARCIA, Ledonias Franco. *Goyaz: uma província do sertão – entre o signo da unidade nacional e a força do isolamento*. USP, 1999. Tese de Doutorado.

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. *Filosofia e História da Educação brasileira*. Barueri, SP: Manole, 2003.

GODOY, Maria Paula Fleury de. *Do Rio de Janeiro a Goiás – 1896 (A viagem era assim)*. Goiânia: Ed. UFG, 1985.

GONÇALVES, Ana Maria. *Educação secundária feminina em Goiás: intramuros de uma escola católica: colégio Sant'Anna*. USP, 2004. (Tese de Doutorado em Educação)

GUMIERO, Maristela Porfírio da Paz. “Os Tropeiros na História de Goiás: Séculos XVIII e XIX”. Goiânia: ICHL/UFG, 1991 (Dissertação, Mestrado em História).

HIGONNET, Anne. *Mulheres e imagens. Aparências, lazer, subsistência*. In. *História das Mulheres – o século XIX*. v. 4, Porto: Edições Afrontamento. São Paulo.

HUNT, Lynn. *A Nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

LEAL, Oscar. *Viagem às terras goyanas (Brasil Central)*. Goiânia: Ed. UFG, 1980, (Coleção Documentos Goianos n.º4)

LOPES, Eliane Marta Teixeira e FILHO, Luciano Mendes de Faria e VEIGA, Cynthia Greive (org.) *500 anos de educação no Brasil*. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

MACHADO, Laís Aparecida *A Administração Provincial e seus Antecedentes Coloniais*. Goiânia: ICHL/UFG, 1978 (Dissertação, Mestrado em História).

MATOS, Maria Izilda S. de. *Por uma História da mulher*. Bauru, SP: EDUSC, 2000.

MATOS, Maria Izilda, SOLLER, Maria Angélica (org.) *O imaginário em debate*. São Paulo: Olho d Água, 1998.

MONTEIRO, Ofélia Socrátes. *Reminiscências – Goiás d'antanho*. Goiânia: Oriente, 1974.

MORAES, Cristina de Cássia Pereira. *As Estratégias de Purificação dos Espaços na Capital da Província de Goiás 1835-1843*. Goiânia: ICHL/UFG, 1995 (Dissertação, Mestrado em História).

MORAES, Maria Augusta Sant Anna de. *História de uma Oligarquia: Os Bulhões*. Goiânia: Oriente, 1974.

MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. *Um toque de gênero: história e educação em Minas Gerais (1835 – 1892)* Brasília: Editora Universidade de Brasília; FINATEC, 2003.

_____. *Civilizar o sertão: a construção de diferenças e identidades de gênero e sexuais (Minas Gerais, século XIX)*. In. Fragmentos de Cultura. Editora de UCG, Goiânia, GO, v. 14, n.º6, p.1049/1058.

NUNES, Heliane Prudente. *História da Família no e em Goiás*. In Chaul, Nars Fayad e RIBEIRO, Paulo Rodrigues. *Goiás: identidades, paisagens e tradição*. Goiânia: Ed. da UCG, 2001

PALACIN, Luís. *Goiás, 1722-1822 – Estrutura e Conjuntura numa Capitania de Minas*. 2ª Ed. Goiânia: Oriente 1976.

_____, e MORAES, Maria Augusta Sant'Anna de. *História de Goiás*. 5ª Ed. Goiânia: Ed. UCG, 1989.

_____, GARCIA, Ledonias Franco e AMADO, Janaína. *História de Goiás em Documentos: I. Colônia*. Goiânia: Ed. UFG, 1995. (Coleção Documentos Goianos n.º 29).

PARENTE, Temis Gomes. *O avesso do silêncio. Vivências cotidianas das mulheres do século XIX*. Goiânia: Editora da UFG, 2005.

PERROT, Michelle. *As mulheres, o poder, a história*. In. *Os excluídos da História*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1988.

_____. *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

_____. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007.

_____. *Funções da Família*. In. *História da vida Privada*. v. 4. São Paulo. Companhia das Letras, 1991.

_____. *Práticas da Memória Feminina*. In. *A mulher e o Espaço Público*. Revista Brasileira de História. v. 9, n. 18, São Paulo, 1989.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História Cultural - Experiências de Pesquisa*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003.

_____. *Sensibilidades no tempo, tempo das sensibilidades*, Coloquio, Nuevo Mundo Mundos Nuevos, n.º4 – 2004, mis em ligne le 4 février 2005.

POHL, Johann Emanuel. *Viagem no Interior do Brasil. Belo Horizonte: Itatiaia*; São Paulo: Ed. da USP, 1976.

RIBEIRO, Paulo Rodrigues. *Sombras no silêncio da noite: imagens da mulher goiana no século XIX*. In: *História da Família no e em Goiás*. In Chaul, Nars Fayad e RIBEIRO, Paulo Rodrigues. *Goiás: identidades, paisagens e tradição*. Goiânia: Ed. da UCG, 2001

_____. *Cotidiano, Identidade e Memória: o papel da mulher em Goiás (1870 – 1930)*. In Fragmentos de Cultura. Editora de UCG, Goiânia, GO, v. 15, n.º2, p.231/258.

RIBEIRO, Maria Luísa. *História da Educação Brasileira*. A organização escolar.5.ª Ed. São Paulo: Editora Moraes, 1984.

PRIORE, Mary Del (org.) *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Ed. Contexto, 1997.

PRIORE, Mary Del. *Mulheres de açúcar: senhoras de engenho e trabalhadoras da cana no Rio de Janeiro, entre a colônia e o império*. In: Fragmentos de Cultura, Goiânia, v.14, n.9, p. 1606/1636.

RABELO, Danilo. *Os excessos do corpo: a normatização dos comportamentos na Cidade de Goiás, 1822-1889*. UFG, 1997. (Dissertação de Mestrado).

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar - Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RESENDE, Fernanda Mendes, FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *História da política educacional em Minas Gerais no século XIX: os relatórios dos presidentes da província*. In Revista Brasileira de História da Educação. SBHE. Ed. Autores Associados. Julho/dezembro, 2003 n.º7, p. 79/115.

ROSA, Walquíria Miranda. *Instrução pública e formação de professores em Minas Gerais (1825 – 1852)*. Revista Brasileira de História da Educação. SBHE. Ed. Autores Associados. Julho/dezembro, 2003 n.º6, p. 87/113.

_____. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____. *As Mulheres na historiografia brasileira*. In. Zélia Lopes da Silva. (org.). *Cultura histórica em debate*. Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.

SAINT-HILAIRE, Augusto. *Viagem à província de Goiás*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da USP, 1975.

_____. *Viagem às nascentes do Rio S. Francisco e pela Província de Goyaz*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da USP, 1975.

SAMARA, Eni Mesquita. *As mulheres, o Poder e a Família*. São Paulo, Século XIX. São Paulo. Editora Marco Zero e Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo. 1989.

_____. *Gênero em debate: trajetória e perspectivas na historiografia contemporânea*. São Paulo: EDUC, 1997.

SANT'ANNA, Thiago. *Mulheres Goianas em ação: Práticas Abolicionistas, Práticas Políticas (1870 – 1888)*. UNB, 2005. (Dissertação de Mestrado)

SANTOS, Dulce O. *Amarante dos. Mulheres o cruzamento de dois imaginários*. In MATOS, Maria Izilda, SOLLER, Maria Angélica (org.). *O imaginário em debate*. São Paulo: Olho d'Água, 1998.

SANTOS, Marileide Lopes dos. *Sociabilidade, política, cultura e história: a corte imperial e os espaços públicos*. In *Revista Brasileira de História da Educação*. SBHE. Ed. Associados. Janeiro/abril, 2007 n.º13, p. 217/221.

SAVIANI, Dermeval. (Org.). *O legado educacional do século XIX*. 2.^a Ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

STEPHANOU, Maria e BASTOS, Maria Helena Camara (org.). *História e Memórias da Educação no Brasil*. Vol. II – Século XIX. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005

_____. Maria Helena Camara (org.). *História e Memórias da Educação no Brasil*. Vol. III – Século XX. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. In. *Educação e Realidade*. Porto Alegre, 1990.

SOIHET, Raquel. *História das Mulheres*. In. CARDOSO, Ciro F., e VAINFAS, Ronaldo (org.) *Domínios da História: ensaio de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus: 1997.

_____. *A História das Mulheres. Cultura e poder das Mulheres: Ensaio de Historiografia*. In: *Gênero*. Niterói, v. 2, n.1, 2001.

_____. *Condição Feminina e Formas de Violência. Mulheres Pobres e Ordem Urbana (1890-1920)*. Rio de Janeiro, Rd. Forense Universitária. 1989.

SILVA, Nancy Ribeiro de Araújo e. *Tradição e renovação educacional em Goiás*. Goiânia, Oriente, 1975.

STEPHANOU, Maria e BASTOS, Maria Helena câmara. *História e memória da educação no Brasil*, vol. II: século XIX. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

TELLES, José Mendonça. *Vida e Obra de Silva e Souza*. Goiânia: Oriente, 1978.

TIBALLI, Elianda Figueiredo Arantes. *A Expansão do Povoamento em Goiás Século XIX*. Goiânia: ICHL/UFG, 1991. (Dissertação, Mestrado em História).

VALDEZ, Diane. *Filhos do pecado, moleques e curumins. Imagens da infância nas terras goianas do século XIX*. UFG, 1999. (Dissertação de Mestrado em História)

_____. *A representação de infância nas propostas pedagógicas do Dr. Abilio Cesar Borges: o barão de Macahubas (1856 – 1891)*. Universidade Estadual de Campinas, 2006. (Tese de Doutorado em Educação).

VAINFAS, Ronaldo. *História das Mentalidades e História Cultural*. In: Cardoso, Ciro Flamarion e Domínios da História: ensaio de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus: 1997. VAINFAS, Ronaldo (org.)

VEYNE, Paul. *Como se escreve a História*, Brasília: Ed. UNB, 1998.

ANEXOS

Francisco Ferreira L'chevalier, Supplente
do Delegado do Governo sobre a Instrução
Primaria neste Municipio

Atteste que a Srta. D. Maria Romana de
Purificação, Professora de Meninas
nesta Cidade tem sido frequente no
exercício de seu Magisterio. Foyaz 22 de
Agosto del 840

Francisco Ferreira L'chevalier

Nº 21
Selle octenta e puz af 5
Foyaz 22 de Agosto del 840
Bargem

Ano: 1840 Relatório de freqüência de Dona Maria Romana. Arquivo Histórico Estadual-GO

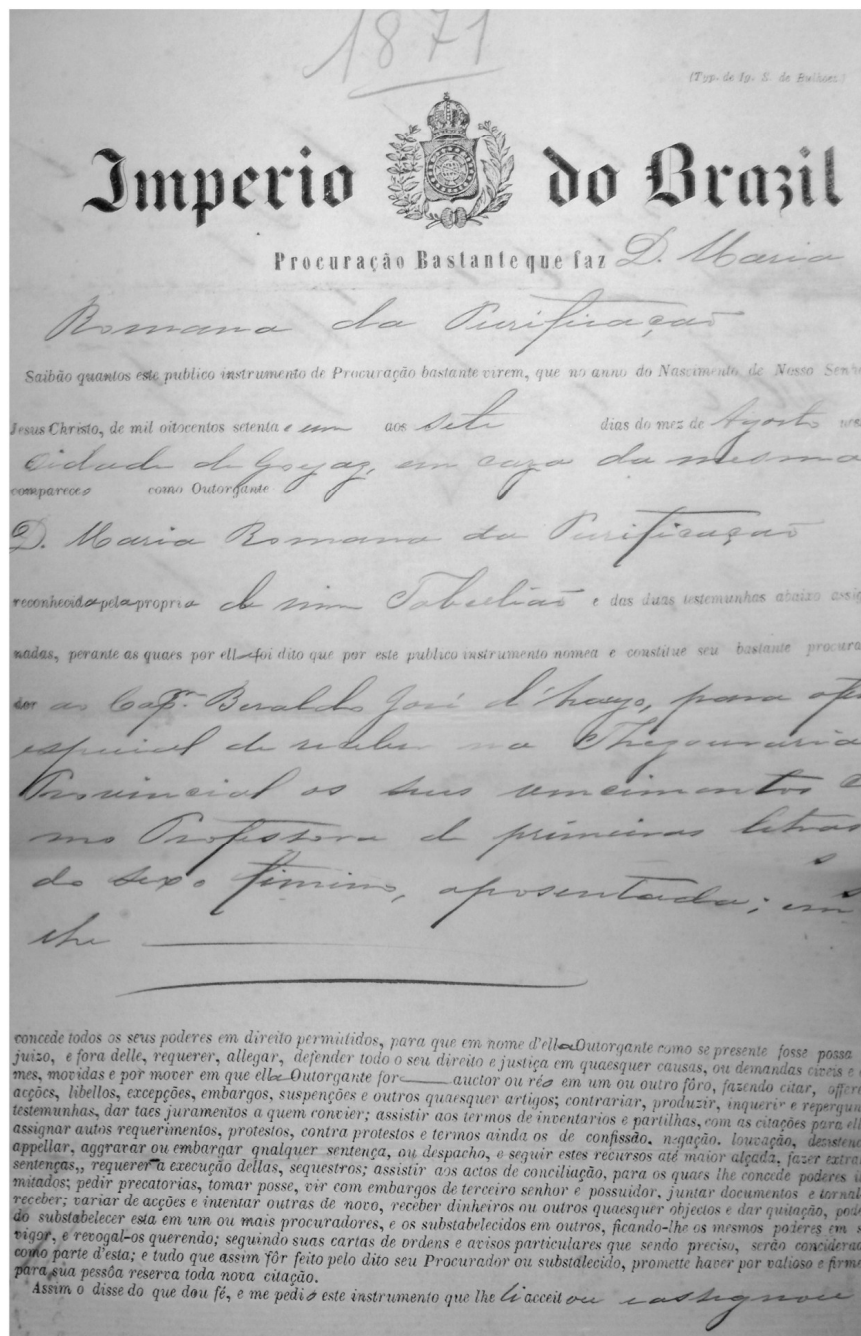
Relação das Cadeiras de instrução primaria creadas para ambos os sexos na Província de Goyaz, com declaração das que se acham providas, e do numero de alumnas, que as frequentaram no anno de 1857.									
N.º 15.									
Municípios.	Locares das Almas.		Nomes dos Professores.	N.º dos Alumnos		Observações.			
	Para o sexo Masculino.	Para o sexo Feminino.		Originaes que Vem.	Actual.		Originaes que Vem.	Actual.	
Capital.	1) Cidade de Goyaz.	Cidade de Goyaz.	Feliciano Primo Jardim.	5000	181	Vitalicio.	5000	181	Vitalicio.
	2) Arraial do Carralinho.		José Eugenio de Azevedo.	2000	58	Idem.	2000	58	Idem.
	3) de Anicuns		Augusta de Souza Lobo.	2000	62	Idem.	2000	62	Idem.
	4) de Santa Rita.		Joachim Luiz da Fonseca.	2000	16	Idem.	2000	16	Idem.
	5) de São Carlos.		José Joaquim Xavier.	2000	22	Idem.	2000	22	Idem.
Jazguá.	6) Villa de Jazguá.	Villa de Jazguá.	Pedro José Rodriguez.	2000	23	Vogel.	2000	23	Vogel.
	7) Villa de Jazguá.	Villa de Jazguá.	Hermengildo Raimundo do Nascimento.	2000		Idem.	2000		Idem.
Bomfim.	8) Cidade de Bomfim.	Cidade de Bomfim.	Bras Luiz de Faria.	4000	76	Vitalicio.	4000	76	Vitalicio.
	9) Cidade de Bomfim.	Cidade de Bomfim.	Anna Victoria.	4000		Idem.	4000		Idem.
Germolândia.	10) Villa do Germolândia.	Villa do Germolândia.	Antonio Carlos Freire.	2000		Idem.	2000		Idem.
	11) Villa do Germolândia.	Villa do Germolândia.	Pedro Jacinto Amancio de Faria.	2000		Idem.	2000		Idem.
Tralizes.	12) Villa de Tralizes.	Villa de Tralizes.	Idem.	2000		Idem.	2000		Idem.
	13) Villa de Tralizes.	Villa de Tralizes.	Idem.	2000		Idem.	2000		Idem.
S. José.	14) Villa de S. José.	Villa de S. José.	José Bandeira Sanches de Siqueira.	4000	31	Vitalicio.	4000	31	Vitalicio.
	15) Villa de S. José.	Villa de S. José.	Antonio de Nelo Pereira.	4000		Idem.	4000		Idem.
Filar.	16) Villa de Filar.	Villa de Filar.	Idem.	2000		Idem.	2000		Idem.
	17) Villa de Filar.	Villa de Filar.	Idem.	2000		Idem.	2000		Idem.
Filar.	18) Villa de Filar.	Villa de Filar.	Idem.	2000		Idem.	2000		Idem.
	19) Villa de Filar.	Villa de Filar.	Idem.	2000		Idem.	2000		Idem.

Ano: 1853 Relação das cadeiras de Primeiras Letras da capital.
Arquivo Histórico Estadual-GO

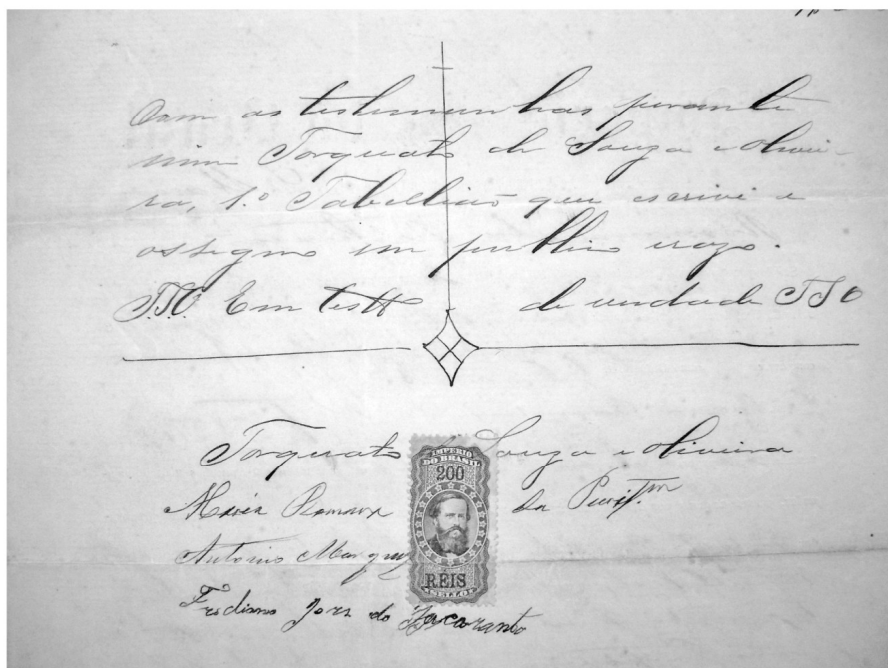
e Meus que os Senrs. Professores de instrução primaria
dista Parochia Francisco de Assis Correia, Francisco Go-
mes Machado, D. Angelica de Souza Lobo, e Professor
adjunto Francisco de Almeida Fialho, fôrão frequentes
exercícios de seus empregos no correr do presente mesado m
Goyas 2 de Junho de 1858.

Feliciano Primo Jardim
Inspector parochial.

Ano: 1858 Atestado de freqüência da professora Dona Angelica.
Arquivo Histórico Estadual-GO



Ano: 1871 Procuração dada por Dona Maria Romana para recebimento de pagamento. Museu das Bandeiras. Cidade de Goiás.



Ano: 1871 Procuração dada por Dona Maria Romana para recebimento de pagamento. Museu das Bandeiras. Cidade de Goiás.

- 1 Exm. Sr. Dr. Antero Cicero de Assiz.
- 2 Exm. e Revm. Sr. D. Joaquim Gonçalves d'Azevedo
- 3 Exm. Sr. Desembargador João B. Gomes de Siqueira
- 4 Sr. Dr. Jeronymo José de Campos Curado.
- 5 » Dr. Theodoro Rodrigues de Moraes.
- 6 » Dr. Nicolao Antonio de Carvalho.
- 7 » Condego Joaquim Vicente d'Azevedo
- 8 » Manoel José do Couto Guimarães
- 9 » Pio Joaquim Marques
- 10 Dignitário Antonio Pereira de Abreu
- 11 Teodoro cor. Antonio Nicolau Falcão da Frotta
- 12 » » Luiz da Cunha Bastos
- 13 Dr. João Luiz de Araújo Oliveira Lobo.
- 14 Dr. Francisco Antonio de Azevedo
- 15 Major Manoel Frazão de Lima.
- 16 Ignacio Soares de Bulhes
- 17 João Fleury da Campos Curado
- 18 Dr. Antonio Felix da Bulhões Jardim
- 19 » Joaquim Rodrigues de Moraes Jardim
- 20 » Manoel Pereira de Abreu
- 21 » José Joaquim da Souza
- 22 » Condego Augusto de Loyola
- 23 Condego da Motta Pêdreira
- 24 Antonio Alexandrino Ferreira da Silva
- 25 Felissiano do Espírito Santo
- 26 Luiz Gonzaga Confúcio de Sá
- 27 Ignacio Antonio da Silva
- 28 Consalacio Ribeiro da Maia
- 29 Antonio Fleury Curado
- 30 Manoel João de Miranda
- 31 Vicente Moratti Foggia
- 32 Antonio José Martins
- 33 Antonio Gonsalves Dias
- 34 Luiz Feliciano Bernardi
- 35 Benedito Rodrigues de Moraes
- 36 Bráulio José de Araújo
- 37 João Baptista Carneiro
- 38 André Gaudie Fleury
- 39 Luiz da Motta Ribeiro
- 40 Antonio José da Costa Brandão
- 41 Padre Nicolau de Almeida Pinto Vieira
- 42 Joaquim Fernandes de Carvalho
- 43 Francisco Victorino Xavier de Brito
- 44 José Ignacio de Azevedo
- 45 João Caetano de Azevedo
- 46 Jeronymo de Souza Moraes
- 47 Joaquim Maria Salomé Pereira
- 48 Luiz Marcellino de Camargo
- 49 Vicente Ferreira Junior
- 50 Olegario Herculano da Silveira Pinto
- 51 José Vicente da Silva Junior
- 52 Pedro Luiz Xavier Brandão
- 53 Joaquim Gregorio da Silva
- 54 Gregorio da Silva Abrante
- 55 Bernardo Antonio de Faria Albernáz
- 56 Francisino Fenelon de Loyola
- 57 João Baptista de Alencastro
- 58 João Augusto de Campos
- 59 Ignacio de Faria Albernáz

- 60 Francisco da Faria Albernáz
- 61 João José Correa de Moraes
- 62 João da Rocha Vidal
- 63 Francisco de Arruda Fialho
- 64 Francisco Paulo Italiano
- 65 José Gonzaga Socrates da Sá
- 66 João Fleury Alves de Amorim
- 67 Joaquim Luiz do Couto Brandão
- 68 Francisco Marques Lopes Fogaça
- 69 João Baptista Marques Fogaça
- 70 João Gonzaga de Siqueira
- 71 Joaquim Gomes de Oliveira
- 72 João Xavier da Silva
- 73 Ayres Emydio Dias
- 74 Mariano Teixeira dos Santos
- 75 Joaquim Ignacio da Silveira
- 76 Paulo Marcos de Arruda
- 77 Antonio Luiz de Castro
- 78 Manoel Gomes dos Santos
- 79 Afonso Pereira Marinho
- 80 Torquato de Souza e Oliveira
- 81 José do Patrocínio Marques Tocantins
- 82 André Ferreira Rios
- 83 Lucio José de Sant'Anna
- 84 Sr.^a D. Anna Joaquina Marques Pitaluga
- 85 » » Silvina Emília Xavier de Brito
- 86 » » Leop. or Gertrudes Fialho dos Guimarães
- 87 » » Francisca Craveira de Sá
- 88 » » Olympia Augusta de Bastos Jardim
- 89 » » Luiza Serra Mourada Povoa
- 90 » » Maria Cyriaca Ferreira

**Catalogo dos livros existentes no
Gabinete Literário goiano até
a presente data.**

Obras em francez.

- Agriculture (*l'*) et la population en 1855 et 1856,
par Lavergne. 1 volume
- Algèbre élémentaire—à l'usage des classes de lettres
par A. Guisot. 1 vol.
- Cours d'études pour la section des lettres—histoire
dumoyen age 1 vol.
- Cours d'économie politique, par Henri Storch 4 vol.
- » d'histoire moderne, par Guisot 1 vol.
- » de philosophie, par M. Ph. Damiron 1 vol.
- » élémentaire de rhétorique et d'éloquence,
à l'usage des séminaires et des collèges, par M.
L. Abbé Vernicelles. 1 vol.
- Des moyens de gouvernement et d'opposition,
par Guisot. 1 vol.
- Des systèmes d'économie politique, par Mr Ch.
Ganilh. 4 vol.
- Dictionnaire universel d'histoire et de géo-
graphie par M. N. Bonillet 2 vol.
- Encyclopédie moderne—dictionnaire abrégé des
sciences, des lettres, des arts, de l'agriculture
et du commerce. 29 vol.
- Encyclopédie méthodique ou par ordre de mati-

Ano: 1872 Relação dos sócios do Gabinete Literário. Gabinete Literário Goiano.
Cidade de Goiás.

Precisa-se fazer a escola de instrucção primaria de sexo fe-
minino da Freguesia de N. S. do Rosario d' esta Capital;
do seguinte.

Quas reumas de papel fruntado de 1^a sorte
Uma caixa de fennos de sapo
Uma caixa de lappas
Uma caixa de canetas para fennos
Quas caixas de tubos de
Quas garrafas de tinta preta

Goyaz 15 de Fevereiro de 1874.

A Professora Maria Cyrinea Ferreira

Recibi as objectas acima ditas

Maria Cyrinea Ferreira

Ano: 1874 - Lista de material para a escola feminina. Arquivo Histórico Estadual-GO

1.^a Seção Salão do Governo de Goiás, 20 de
P. 24 Janeiro de 1874.

4. 21

M.^{me} Sr.

Communico a' V. S. para
os fins convenientes, que, de con-
formidade com a informação
constante do seu officio d'hoje
sob n.º 25, nesta data concedi
a D. Maria Victoria Ravier
Brandão a exoneração, que fu-
des, do emprego de Professora
interna de instrucção prima-
ria da Freguezia do Canali-
nho.

Deos. Guarde a V. S.

Sr. Conde Inspector
Geral da Instrucção
Publica.

Peters b. f. b. m.

Ano: 1874 Officio de exoneração da professora Maria Victoria.
Arquivo Histórico Estadual-GO

Os membros da Commissão, abaixo assigna-
dos, accusando a recepção do officio que V.^{ta}
em data de 14 de corrente dirigiu chey de cla-
rando que a Camara Municipal necessitava
do ter conhecimento do estado dos estabeleci-
mentos publicos desta Capital, mormente
os de instrucção primaria, em Sessão de 16
de Janeiro de corrente deliberou nomear chey
para esse encargo; tem a satisfação de res-
ponder a V.^{ta} que acceptando-o emvidará su-
as limitadas forças para desempenha-lo
tanto quanto estiver ao seu alcance, agrade-
cendo ao mesmo tempo as lisonjeiras ex-
pressões com que V.^{ta} os Considerára.

A Commissão tendo em vista as res-
pectivas disposições dos artigos 56 e 70 da
Lei de 1.^o de Outubro de 1828, e assim tambem
dos bons desejos que animão essa patriótica
Corporação, como se deprehende do ci-
tado officio, sem hesitar cumprio logo no
dia 20 do andante muez, depois de porem
aos respectivos chefes acerea das visitas
dos estabelecimentos, que passa a men-
cionar na ordem que lhe pareceu ma-
is methodica.

Divide este trabalho em duas partes: a
primeira trata em geral das Communi-
dades, condições hygienicas, mobilia e
outros objectos do uso ordinario; a segunda

de 2 de Outubro de 1873.
Seria de grande vantagem se pudessem con-
seguir algum socorro d'Assembliá Ge-
ral, a favor da Instrução Publica, attento
ao estado da nossa receita provincial, po-
is com aquanto seja a mais Deficiente de
todas do Imperio. Com tudo é a que faz
maior sacrificio de todas a bem da ins-
trução, na soma da terça parte mais
ou menos de sua escaza renda, e ainda
a assim não pode satisfazer satisfactoria-
mente este imperiosissimo

serviço publico, hoje tão alta e poderosamente
recommendado por todas as nações cultas,
esse principal elemento do brilhante progre-
so das lizes, demonstrado como o melhor dos
bens a moral, harmonia e prosperidade
dos povos, da garantia do direito natural
da infancia, que seus pais ou tutores e o
Estado devem proteger conforme a sagra-
da Constituição do Imperio, por consequen-
te muito legal e necessario o ensino obriga-
torio se porventura obtiver-se o indispen-
savel socorro, sem o qual sera' impossivel
tão grande desideratum.
A Commissão pedindo mil desculpas

Ano: 1874 - Fragmentos do estudo feito sobre a Instrução Pública na capital.
Arquivo Histórico Estadual-GO

descrever em seguida a da Sem.^a Professora D.
Silvina Emmerleida Xavier de Brito, a mais
pouca distancia, cuja propriedade, occu-
pada a maior sala tambem terrea, sem
ferro no fravimento superior, mais an-
minas sufficiente para o numero ac-
tual de meninas, collocadas aos tres la-
dos da sala, em pequenas bancas, mui pou-
co arrejadas por tres janellas de vidraco, ape-
nas correspondida uma dellas por uma
porta que corresponde a outra da varanda
e a do quintal, em pequenas bancas singu-

larsino primario do 2.^o grau, consta ser as-
sidua e excellente nos modos delicados com
que trata suas discipulas quintermido
aproveitamento como consta tambem
dos exames no respectivo mappa e suas
aproxacois, apresentando se media vin-
te 32 meninas decientemente trajadas e
faltando varias por diversos motivos.

que dispoe de habilitacoes sufficientes, zelo
e assiduidade. Ainda ha pouco, felicimen-
te, foi a Commissão informada que tan-
to acerca de melhor casa para onde tem de
passar esta ultima aula, como dos melho-
res uniformes indicadas, ja' foram por Sr.
of. Prudente da Presencia, providenciadas.

Ano: 1874 - Fragmentos do estudo feito sobre a Instrução Pública na capital.
Arquivo Histórico Estadual-GO

A Commissão julga não dever passar
desapercibido, a bem do cuidado das fami-
lias a necessidade de uma outra aula
do sexo Feminino também neste centro da
Cidade pelas grandes distancias em que se
achão as duas; uma na praça do Chafa-
r e outra na do Rosario; fôrmente po-
rém existe na mesma terra, a pouca dis-
tancia, uma escola particular d'instruc-
ção primaria para maior parte do sexo
femenino, a qual consta ser também re-
gularmente dirigida por outra donde-
la a Sr. D. Pacifica Josephina de Lous
não me habendo considerado e

Emfim teve ingresso a Commissão na
quinta escola publica da praça do Ro-
sario, subindo o prédio, onde funciona
a aula, por escadas mais ou menos
regulares, porém para creanças de 6
a 10 annos são algum tanto perigosas
naquelle atrozello, que de ordinario a-
contue nos muros, para entrar ou
sahir d'aula. Chegando a sala de 1º an-
dar (é um pequeno sobrado) e unico an-
dar bastante acanhada, com portas

Ano: 1874 - Fragmentos do estudo feito sobre a Instrução Pública na capital.
Arquivo Histórico Estadual-GO

dar bastante acanhada, com portas
disidraças e sacadas na frente, corres-
pondem-se com duas outras no fundo,
de pouca altura e destituída de fôrno no
pratinete superior, tendo a esqua-
da, com a competente mesa elevada
sobre um estrado, duas grandes cartei-
ras nácora e com 6 bancas das diversas
classes de ensino ora simultaneo e ora
individual, com frequencia mais ou
menos de 40 alu^{nos}mas dirigidas pelo
Sen^{or} Dr. Estorosa e Estorosa Cyríaca Fer.

e cuidadas e por em quanto parece d'al-
gun modo preencheida essa necessidade
na.
Dirigindo-se a Comissão a Rua do
Araguaya chegou a escola do Sen^{or} Pro-
fessor Jacyntho Soares de Góes, cujo
edifício, unico para este fim, de proprie-
dade provincial, de todos é o mais apro-
priado pela vastidão da grande unica
sala, com capacidade para mais de 150
alunos, toda forrada de taboa em espa-

Ano: 1874 - Fragmentos do estudo feito sobre a Instrução Pública na capital.
Arquivo Histórico Estadual-GO

infirmos não se queiscarão de falta alguma
e parecerão satisfeitos com os cuidados
que se lhes tem prestado em seus tratamentos.
Deus Guarde a V. S.
Goyaz 30 de Janeiro de 1874.
Em
Sim. Alfons João José Carreira de Moraes,
D. Presidente da Câmara Municipal desta Ci-
dade.

Ano: 1874 - Fragmentos do estudo feito sobre a Instrução Pública na capital.
Arquivo Histórico Estadual-GO

Acrescentando para diversos consertos a fazer no edificio da Escola do sexo feminino da parochia do Rosario

Designação

Arrear 11,56 metros de parede de chão a pique e desobstruir o lugar.

Colocar duas pontalites em substituição da parede divisória do varanda.

Construir uma parede de chão a pique de $1\frac{1}{4}$ de comprimento e $3,30$ de altura para dividir a sala.

Mudar a janella em frente a escada, fechando o lugar com paredes de chão a pique.

Estuocar de gesso o corredor, tendo $1\frac{1}{4}$ de comprimento e $1,15$ de largura, e a varanda, tendo $6,27$ de comprimento e $2,75$ de largura.

Colocar uma porta no pavimento da escada para o salão da Escola.

Rebocar tão somente as fendas nas paredes e coirar todo o salão.

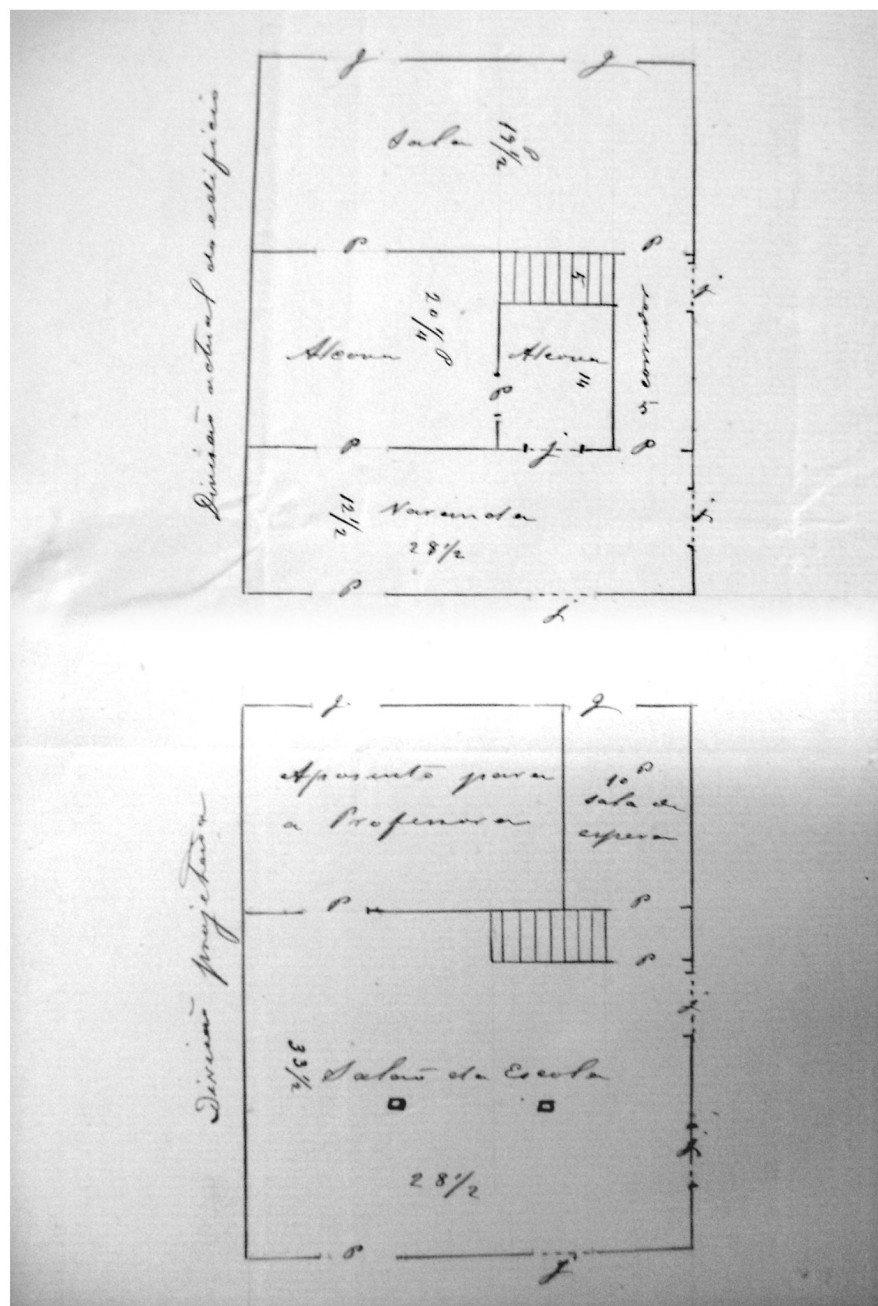
Material

2 Pontalites de $3,52$ de comp.	4 ^h	84000
$3\frac{1}{2}$ Duzias de chão a pique	34	104500
5 Duzias de taquara	4500	22500
3 M ^l de portas de Paris	14500	44500
2 Macas de Tapa	14600	34200
25 Metros de Americano grosso	4450	114700
14 Caibros grossos de $3,08$	4500	74000
16 Decalitros de cal	4320	54120
12 Ditos de areia	4100	14200
12 Ditos de terra	4030	4600
Mão d'obra		
18 Jornales de Carpinteiro	24000	364000
		90,320

Transporte		90,320
8 Jornas de pebreiro	24000	164000
do Dito de servente	19000	<u>40000</u>
		146,320
5% para eventuais		<u>7,316</u>
		153,636

Cayaz, 22 de Abr. de 1875
 O Agente da Provincia
 Joaquim Rodrigues de Moraes Jardim

Ano: 1875 Levantamento para reforma da escola. Arquivo Histórico Estadual-GO



Ano: 1875 - Planta da escola. Arquivo Histórico Estadual-GO

1.ª Turma Palácio do Governo de Goiás, 9 de Novembro
de 1877.
N.º 28

M.ª Sr

Nota
Tendo designado o dia 15 do corrente mez, pelas 11 horas da manhã, para ser examinada nas matérias exigidas pelo Regulamento do 1.º de Janeiro de 1869 a Professora interina da escola do ensino primario da Vila de Tauss-Alto, a qual pretende ser provida vitaliciamente na mesma Cadeira, nomeei o Dr Exaristo Rodrigues da Silva Carnatho, Andre' Ferreira Reis e Joaquim Gomes de Oliveira para, sob a presidencia de V.S., procederem ao exame em uma das salas do Palacio do Governo. O que communico a V.S. para seu conhecimento e fins convenientes. - Deus Guarde a V.S.

Sr Cnego Inspector
Gral da Instrução
Publica. -

Arturo C. Silva

Palacio do Governo de Goyaz, 7 de Março
de 1878.

M^{mo} S^{mo}

Conformando-me com a informação
constante do officio de V. S.^a sob n.^o 207, de
hoje e em vista do que dispõe o P.^o do
Art.^o 4.^o do regulamento de 1.^o de Janeiro
1869, concedi authorisação para exercer o
magisterio particular do sexo feminino
nesta Provincia, visto estar para isso ha-
bilitada a Ignacia Francisca Biserra, a
quem V. S.^a previnirá que mande proce-
der o respectivo titulo na Secretaria do
Governo.

Deus Guarde a V. S.^a

o Inspector Geral
da Educação Publica.

Antônio C. Lima

N.º 85. Inspectoria Geral da Instrução Publica
de Goyaz, 11 de Maio de 1886.

A. Insinuaria de Fatura Prov.ª para
os fins devidos. Palacio da Prefeitura
de Goyaz, 11 de Maio de 1886.

Le. n.º 345

N.º 64. Secção.

Insinuaria. Prov.ª de Goyaz, 12 de Maio
de 1886.

Communicou-me o Delegado Litterario
Secretario da Freguesia de S. Anna, desta Capital,
que a Professora de 1.ª lettras D. Silvina
Ermelinda Xavier de Britto, no dia 8 do
corrente mez alugou uma casa para n'ella
funcionar a respectiva escola; e que tem
a honra de levar ao conhecimento de
V. Ex.ª a quem

Deus Guarde.

Atte. e Ex.ª Sim. Desembargador Julio Barbosa de
Fazendeiro, D. Vice-Presidente da Provincia.

Não se na resp.ª folha.
G. Machado.

Subst.º sub. nº 2342
Em 13-5-86.

Inspector Geral
Manuel Sardinha de Sousa

Ano: 1886 Oficio autorizando o aluguel da escola de mestra Silvina.
Arquivo Histórico Estadual-GO

Provença recebimento de 380 mil réis em 1886.
Recibido, 16 de Junho de 1886.
Caasaty.

1885-1886.
Secção 6ª
Instrução Publica.
- 3-20 -
Transporte d's mobilias perten-
cente á escola normal, para
uma das escolas do 1ºo Termi-
no da Freguesia de Santo Anna
da Capital. *34000*

B.
Segunda Secção da Thesouraria e Fazenda Provincial
de Goiás, 15 de Junho de 1886.
Por credito para o pagamento.
Wandete. *O Intendente Interino*
Alente. Sando de Almeida

Recibi a quantia supra.
6 de Julho de 1886
Silvina Emelinda R. de Brito.

Ano: 1886 Documento acusando recebimento de dinheiro para pagamento da mudança da escola de Mestra Silvina. Arquivo Histórico Estadual-GO

Precisa-se para a escola do Sr. J. Fernandes da J. F. Aguiar de S. Paulo desta Capital, os seguintes objectos:

1/2 Perno de papel pautado

1 Caixa de perno de aço

1/2 Canetas para pernos

2 Ditas para pedras

5 Tintim e barn, em tintos

5 Grammaticas da infancia

2 Caderno de Collecção de Cartas p.^{as} memorias. (1.^a coll. e 2.^a) e um livro em branco p.^o e posto.

6 Compendio de geographia do Brasil

Goyas 4 de Julho de 1887.

et Professoza Maria Victoria de Moraes Brandão

Recebi as objectos constantes do encargo
pedidos, observando a redução feita.

Goyas, 12 de Julho de 1887.

Antonio Carlos Pinto



Inspectoria Geral da Instrução Publica de Goyaz,
de Outubro de 1887

N.º 112

A Thm.assa Provincial p.^a
os fins devidos. Palácio da Pa. Mo. e En. L.
Goyaz, 17 de Outubro
de 1887.
L. 06499

Basile

Comunico-me o Delegado Literario da
P.ª, P.ª de S. Anna d.ª Capital, que
em 18 de Outubro reassumiu o exercicio do magis-
terio. Tendo a Prof.ª da escola de mem-
beria, mas da dita P.ª de S. Anna, Ex-
m.ª da Univer. de P.ª, visto ter
findado a licença de 30 dias que lhe
foi concedida, para tratar de sua sa-
de e em cujo gozo se achava, o que
tinha a honra de levar ao conhecimento
de V.ª a quem
At.ª

Deus Guarde

M.ª e En. L.º P.ª de S. Anna d.ª Capital.
Mo. D.ª N.ª - Presidente da P.ª de S. Anna

Prot. of. 924
18-10-87

João Bonifácio Gomes de S.ª
Ins.ª G.ª Instr.ª Pub.

Termo de exame a que se procedeo no dia dez de Dezembro de 1889.
Nos dez dias do mez de Dezembro de um mil oitocentos e oitenta e sete, nesta escola publica do sexo feminino estabelecida na freguesia de Nossa Senhora do Carmo, municipio da Capital, reunidas sob a presidencia do Senhor Joaquim Jorge da Silva, Substituto do Delegado Litterario os Senhores examinadores Joaquim Gomes de Oliveira e Raphael Americo Torres, com a Professora Maria Cyriaca Ferreira, por esta foi feito a chamada das sessenta e seis alumnas matriculadas e verificando-se estarem presentes 38 das se comeco aos exames na forma do Artº 33 do Regulamento de 9 de Abril de 1884. Sendo examinadas as Alumnas cada uma por sua, nas respectivas classes, a Comissao julgou e approvou as Alumnas da 5ª Classe Joannina Agostinha Pintas, Constancia Guerina de S. Jose Pereira, Maria Ernestina da Silva Caldas, Maria Gonalves Cordeiro e Joannina da Cruz e Sousa em todas as materias do ensino primario, sendo com distincao Joannina Agostinha Pintas, e em 2º lugar Joannina da Cruz e Sousa. Approvou tambem as alumnas da 4ª Classe Anna Maniziac de Bastos, Benedicta Pereira Valle e Benedicta Pereira de Torres sendo as duas primeiras em 1º lugar e a ultima em 2º. Teve com suffravel adiantamento as Alumnas da 3ª Classe Euladica Borges Alves, Lina Maria da Conceicao, Anna Rodrigues de Moraes, Francisca Gomes Dutra e Maria da Conceicao Ferreira. E a Maria Cyriaca Ferreira Professora Vitalicia laurei o presente termo que vai assignado pelo Substituto do Delegado Litterario e Senhor Capºm Joaquim Jorge da Silva e mais membros da Comissao Examinadora.
O Substituto do Delegado Litterario Joaquim Jorge da Silva
Joaquim Gomes de Oliveira
Raphael Americo Torres
Maria Cyriaca Ferreira

Ano: 1887 Termo de exame das alunas da Mestra Cyriaca.
Arquivo Histórico Estadual-GO



Local onde funcionou a escola de Mestra Silvina, rua Direita n.º13.
Foto: Maria das Graças C. Prudente

DIOCESE DE GOIÁS
ARQUIVO GERAL

RUA Joaquim Rodrigues s/n – Centro
Cep 76.600-000 Goiás – GO
Fone (62) 3371 1206 – Fax (62) 3371 2380
diocesedegoias@cultura.com.br

CERTIDÃO DE ÓBITO

Certifico que no livro de Óbitos da Diocese de Goiás, Paróquia de SANTANA- GOIÁS

Livro 03 Folha 91V,

Existe o assentamento de óbito de teor seguinte:

Aos VINTE E TRÊS DE DEZEMBRO DE MIL OITOCENTOS E OITENTA E SETE,

Nesta CIDADE DE GOIÁS

Faleceu da vida presente ANGÉLICA DE SOUSA LOBO,

Viúva do Capitão Gregório da Silva Abrantes,

com sessenta e nove anos de idade.

Foi sepultada no CEMITÉRIO MUNICIPAL.

E encomendada pelo Cônego José Iria Xavier Serradourada,

E para constar faço o presente;

Goiás, 13 de novembro de 2008



DIOCESE DE GOIÁS
ARQUIVO GERAL

RUA Joaquim Rodrigues s/n – Centro
Cep 76.600-000 Goiás – GO
Fone (62) 3371 1206 – Fax (62) 3371 2380
diocesedegoias@cultura.com.br

CERTIDÃO DE ÓBITO

Certifico que no livro de Óbitos da Diocese de Goiás, Paróquia de SANTANA- GOIÁS

Livro 02 Folha 66, Nr. 01

Existe o assentamento de óbito de teor seguinte:

Aos TRÊS DE OUTUBRO DE MIL OITOCENTOS E SETENTA E SEIS,

Nesta CIDADE DE GOIÁS

Faleceu da vida presente GREGÓRIO DA SILVA ABRANTES,

Casado com Angélica de Souza Lobo,

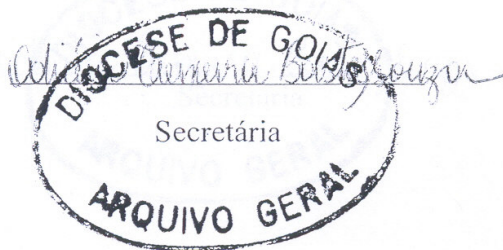
com sessenta e quatro anos de idade.

Foi sepultado no CEMITÉRIO MUNICIPAL .

E encomendado pelo Cônego José Iria Xavier Serradourada,

E para constar faço o presente;

Goiás, 13 de novembro de 2008



DIOCESE DE GOIÁS
ARQUIVO GERAL

RUA Joaquim Rodrigues s/n – Centro
Cep 76.600-000 Goiás – GO
Fone (62) 3371 1206 – Fax (62) 3371 2380
diocesedegoias@cultura.com.br

CERTIDÃO DE BATISMO

Certifico que no livro de batizados da Paróquia de Santana
Livro nº 08 Folha 97V

Existe o seguinte assentamento:

Aos nove de março de mil oitocentos e quarenta e oito,

Na Catedral de Santana,

O Exmo. Feliciano José Leal

Batizou solenemente a Silvina

Nascida aos vinte e quatro de fevereiro de mil oitocentos e quarenta e oito,

Filha natural de Francisca Maria da Conceição

Foram padrinhos: Alferes Albino Álvaro de Faria Costa e Silvina de Faria
Costa.

E para constar faço o presente;

Goiás - GO, 14 de novembro de 2008.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL

ESTADO DE Goiás
COMARCA DE Goiás
MUNICÍPIO DE Goiás
DISTRITO DE Goiás

João Herminio Lacerda e Silva,

Oficial vitalício do Registro Civil

Certidão de Óbito

CERTIFICO que, em data de 07 de abril de 1911, no Livro
Nº C - 003, à fls. 0174vº, sob o Nº 0054, foi feito o Registro de óbito de

MARIA VICTORIA DE MORAES BRANDÃO x:x:x:x:

falecid. a em 07 de abril de 1911, às 01,00 horas,

nest a Capital de Goyaz, à Rua Morette Foggia

do sexo feminino, profissão x*x*x*x*x*

natural de este Estado,

domiciliado e residente nesta Capital

com 69 anos de idade, estado civil viuva, filh a de

(não consta do termo) x*x*x*x*x*x*x*x*x*

tendo sido declarante Aristoteles de Paula e Souza

e o óbito atestado pelo Dr. José Netto de Campos Carneiro

que deu como causa da morte tuberculose pulmonar

e o sepultamento foi feito no cemitério de

Goyaz-Go.

Observações:

O referido é verdade e dou fé.

Goiás 10 de março de 2006

Cartório Registro Civil de
Goiás-GO

Oficial